

PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO EXERCÍCIO DE 2019**



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Carla Comerlato Jardim

Reitora

Nídia Heringer

Pró-Reitora de
Desenvolvimento Institucional

Vanderlei José Pettenon

Pró-Reitor de Administração

Édison Gonzague Brito da Silva

Pró-Reitor de Ensino

Raquel Lunardi

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

EQUIPE DE ARTICULAÇÃO

Direção de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional

Gustavo Lotici Hennig

Diretor

Diego Brenner dos Reis

Economista

Rodrigo Uszacki Carvalho de Freitas

Administrador

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Secretaria de Comunicação

REVISÃO TEXTUAL

Raquel da Silva Goularte
Tairon Beck Martins

Alameda Santiago do Chile, nº 195 – Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685
Santa Maria - Rio Grande do Sul/RS - Tel.: (55) 3218.9800
iffarroupilha.edu.br

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 178/2019 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

SUMÁRIO

1 MENSAGEM DA REITORA.....	13
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	14
2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.....	14
2.2. Estrutura organizacional.....	19
2.3. Estrutura de governança.....	21
2.3.1. Instância internas de governança.....	22
2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna.....	25
2.4. Cadeia de valor e Modelo de negócios.....	27
2.5. Políticas e programas de governo.....	29
2.6. Análise do ambiente externo.....	29
3 ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA.....	30
3.1. Estratégia organizacional.....	30
3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade do IFFar gerar valor e ao processo decisório.....	31
3.3. Relacionamento com as comunidades interna e externa do IFFar.....	33
3.3.3. Informações relevantes sobre a atuação do IFFar.....	34
3.3.4. 3Carta de serviços ao cidadão.....	34
4 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	35
4.1. Gestão de riscos e controles internos.....	35
5 RESULTADOS DA GESTÃO.....	36
5.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.....	36

SUMÁRIO

5.2. Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha.....	41
5.2.1. Análise crítica dos indicadores acadêmicos	42
5.2.2. Análise crítica dos indicadores administrativos.....	43
5.2.3. Análise crítica dos indicadores socioeconômicos.....	44
5.2.4. Análise crítica do Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)	45
6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	46
6.1. Gestão orçamentária e financeira	46
6.1.1. Execução orçamentária e financeira do IFFar	48
6.1.2. Despesas executadas	49
6.1.3. Despesas com pessoal	50
6.1.4. Despesas com custeio	50
6.1.5. Despesas com investimentos	51
6.1.6. Execução por grupo e elemento de despesa realizados pelo IFFar.....	52
6.1.7. Execução de restos a pagar.....	54
6.1.8. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	55
6.2. Gestão de pessoas.....	56
6.2.1. Conformidade legal.....	56
6.2.2. Avaliação da força de trabalho	57
6.2.3. Quantidade de cargos gerenciais ocupados.....	59
6.2.4. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	59

SUMÁRIO

6.2.5. Despesa de pessoal	60
6.2.6. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia	62
6.2.7. Capacitação: estratégia e números	63
6.2.7. 1. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar	64
6.2.7. 2. Segurança no trabalho.....	64
6.2.7. 3. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas - CAGEP	65
6.2.8. Principais desafios e ações futuras.....	65
6.3. Gestão de licitações e contratos.....	66
6.3.1. Conformidade legal e detalhamento das licitações e contratos	68
6.4. Gestão patrimonial e infraestrutura.....	70
6.4.1. Investimentos em infraestrutura.....	70
6.4.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União	73
6.4.3. Gestão da frota de veículos do IFFar	73
6.4.4. Locações de imóveis e equipamentos	74
6.4.5. Principais desafios e ações futuras.....	74
6.4.6. Principais ações institucionais	75
6.5. Gestão da tecnologia da informação.....	75
6.5.1. Conformidade legal.....	75
6.5.2. Modelo de governança de TI.....	75
6.5.3. Montante de recursos aplicados em tecnologia da informação.....	75
6.5.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI	76

SUMÁRIO

6.5.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	76
6.5.6. Segurança da informação	76
6.5.7. Principais desafios e ações futuras	76
6.6. Gestão de custos	77
6.7. Sustentabilidade ambiental	77
7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	79
7.1. Declaração do contador	79
7.2. Balanço orçamentário	80
7.3. Balanço patrimonial	85
7.4. Balanço financeiro	91
7.5. Demonstração do fluxo de caixa	93
7.6. Demonstrações das variações patrimoniais	95
7.7. Demonstração das mutações do patrimônio líquido	98
7.8. Notas explicativas	100

LISTA DE ABREVIATURAS

AFD - Assentamento Funcional Digital	PIQP - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação
AUDIN - Auditoria Interna	PIQPE - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Especial
CAAD - Comitê Assessor de Administração	PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
CD - Cargo de Direção	PA - Plano Plurianual
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica	PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
CGDP - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal	PROAD - Pró-Reitoria de Administração
CGEP - Comitê Assessor de Gestão de Pessoas	PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
CGGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
CGSI - Comitê Gestor de Segurança da Informação	PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
CGU - Controladoria-Geral da União	PRPPGI - Pró-Reitoria de Pós- Graduação, Pesquisa e Inovação
CLC - Coordenadoria de Licitações e Contratos	QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências
CODIR - Conselho de Dirigentes	SEGOV - Secretaria de Governança
CONSUP - Conselho Superior	SETEC - Secretaria de Educação Tecnológica
CPA - Comissão Própria de Avaliação	SGP - Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
CPC - Conceito Preliminar de Curso	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente	SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação	SIG - Sistema Integrado de Gestão
DAD - Diretoria de administração	SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas
DCLC - Direção de Compras Licitações e Contratos	SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas	SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
EaD - Ensino a Distância	SISAC - Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão
EJA - Educação para Jovens e Adultos	SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
FG - Função Gratificada	PTAE - Técnico-Administrativo em Educação
IFFar - Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	TCU - Tribunal de Contas da União
IGC - Índice Geral de Cursos	TI - Tecnologia da Informação
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
ITCD - Índice de Titulação do Corpo Docente	UAIG - Unidade de Auditoria Interna Governamental
LOA - Lei Orçamentária Anual	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
MEC - Ministério da Educação	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
PAC - Plano Anual de Contratações	UGR - Unidade Gestora Responsável
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação	
PETI - Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação	
PID - Programa Institucional de Desenvolvimento	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Unidades de ensino do IFFar.....	14
Figura 2 - Diagrama dos processos da atuação finalística do IFFar.....	17
Figura 3 - Diagrama dos produtos e serviços relativos aos processos relativos à atuação finalística do IFFar.	18
Figura 4 - Organograma da Reitoria simplificado.....	19
Figura 5 - Organograma dos Campi simplificado.....	20
Figura 6 - Estrutura de governança do IFFar.....	21
Figura 7 - Modelo de negócio.....	27
Figura 8 - Cadeia de Valor.....	28
Figura 9 - Mapa Estratégico.....	30
Figura 10 - Perfil de governança do IFFar.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento Total consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) do IFFar – período 2015-2019, em milhões de reais.....	46
Gráfico 2 - Evolução das despesas empenhadas, por grupo de despesa, referente ao orçamento consignado na LOA do IFFar – período 2015-2019, em milhões de reais.....	47
Gráfico 4 - Execução de recursos extra-orçamentários no exercício 2019, em milhões de reais.	48
Gráfico 3 - Orçamento consignado na LOA 2019, em milhões de reais.....	48
Gráfico 5 - Distribuição da execução por grupo de despesa paga pelo IFFar.....	51
Gráfico 6 - Execução de Restos a Pagar no IFFar no exercício 2019, em milhões de reais.....	54
Gráfico 7 - Execução de Restos a Pagar no IFFar nos exercícios 2018 e 2019, em milhões de reais.	54
Gráfico 8 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no IFFar.....	54
Gráfico 9 - Percentual executado por modalidade de contratação, período 2017 a 2019, Instituto Federal Farroupilha.....	67
Gráfico 10 - Distribuição dos dispêndios com equipamentos e material permanente.....	70
Gráfico 11 - Despesas executadas com locação de móveis, imóvel, máquinas, equipamentos e softwares no IFFar, em milhões de reais.....	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise ambiental externa.....	29
Quadro 2 - Indicadores de governança corporativa do IFFar.	32
Quadro 3 - Análise interna de governança.	33
Quadro 4 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do planejamento estratégico – PDI 2019-2026.....	36
Quadro 5 - Ações e resultados relacionados à dimensão Aluno e Sociedade do planejamento estratégico – PDI 2019-2026.	37
Quadro 6 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha	41
Quadro 7 - Despesas com pessoal.	61
Quadro 8 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar em 2019.....	72
Quadro 9 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos automotores próprios do IFFar em 2019.	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas do PPA 2016-2019 executados pelo IFFar.	46
Tabela 2 - Despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas em 2018 e 2019, em milhões de reais.	49
Tabela 3 - Distribuição das despesas com pessoal no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018, em milhões de reais.	50
Tabela 4 - Distribuição das despesas de custeio no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018, em milhões de reais.	50
Tabela 5 - Distribuição das despesas de investimentos no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018 em milhões de reais.	51
Tabela 6 – Total de despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.	52
Tabela 7 – Total de Outras Despesas Correntes no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.	52
Tabela 9 – Total de despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2019 e 2018, por grupo de despesa em milhões de reais.	53
Tabela 8 – Total de despesas com Investimentos no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.	53
Tabela 10 - Distribuição da força de trabalho em relação à unidade de lotação.	58
Tabela 12 - Distribuição da força de trabalho de acordo com o perfil dos servidores.	58
Tabela 11 - Distribuição da força de trabalho em relação à carga horária.	58
Tabela 13 - Cargos gerenciais ocupados.	59
Tabela 14 – Padrão de vencimento inicial da carreira TAE.	62
Tabela 15 - Padrão de vencimento inicial da carreira Docente.	62
Tabela 16 - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional.	63
Tabela 17 - Ações de segurança no trabalho desenvolvidas no IFFar em 2019.	65
Tabela 18 - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação, no período de 2017 a 2019 realizadas pelo IFFar, em reais.	67
Tabela 20 - Total de servidores capacitações realizadas no exercício de 2019.	68
Tabela 21 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar no exercício de 2019.	68
Tabela 19 - Quantidade de processos licitatórios finalizados no exercício de 2019 por modalidade de licitação.	68
Tabela 22 - Total dos dispêndios em obras, instalações e manutenção das estruturas do IFFar, em milhões de reais.	70
Tabela 23 - Total dos dispêndios com equipamento e mobiliários no IFFar, exercício de 2019, em milhões de reais.	70

» 1 MENSAGEM DA REITORA

No presente Relatório de Gestão, que é um instrumento sistematizado de prestação de contas, pretendemos dar publicidade às principais informações sobre recursos, processos e resultados entregues à sociedade, oriundos das ações institucionais desenvolvidas durante o exercício de 2019.

As atividades de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e inovação, Extensão e Assistência estudantil, que constituem a Cadeia de Valor da instituição, resultaram, em 2019, na oferta de 150 cursos para aproximadamente 13,5 mil estudantes. Entregamos aos nossos territórios de atuação - regiões Central, Noroeste e Oeste do Rio Grande do Sul, mais de 2 mil novos profissionais, concluintes dos diferentes cursos técnicos, de graduação e pós-graduação oferecidos nos campi, centros de referência e polos de EaD do IFFar.

A qualidade dos cursos ofertados pelo IFFar foi reafirmada pelos resultados de excelência obtidos nos processos de avaliação externa: em 2019, foram 2 cursos avaliados com nota 4, além de 4 cursos avaliados com nota 5, numa escala de 0 a 5. Além disso, o ótimo desempenho dos estudantes no ENEM e

no ENADE é reflexo do elevado padrão de ensino desenvolvido na instituição. A articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais em nossos territórios de atuação foi potencializada pelo desenvolvimento de 255 ações de extensão, as quais impactaram a vida de 73,5 mil pessoas. Nesse sentido, o desenvolvimento de 298 projetos de pesquisa e inovação, envolvendo servidores e estudantes, foram ferramentas potentes na construção do conhecimento, no avanço da ciência e na produção de soluções tecnológicas aderentes às demandas regionais. Inclui-se, ainda, a atuação das incubadoras/campus, que fortaleceu ainda mais a integração entre a instituição e o mundo do trabalho.

Dentre os indicadores institucionais produzidos e divulgados pela Plataforma Nilo Peçanha (PNP) – base oficial de apresentação dos dados da Rede Federal, é pertinente destacar a Eficiência Acadêmica que, em 2017, atingiu 44,1%, passando para 49,30% em 2018 e para 74,7%, em 2019. A melhoria desse indicador, observada de forma sistemática nos últimos anos, deve ser creditada ao Programa Permanência e Êxito (PPE), em desenvolvimento desde 2014, que

tem definido e implementado ações voltadas à melhoria dos processos de ensino, de aprendizagem e de assistência estudantil.

Outra informação relevante a destacar é a Evasão por Ciclo, que mede a perda de estudantes ao longo do ciclo do curso. Nesse indicador, os resultados melhoraram significativamente, passando de 53,3%, em 2017; para 48,48%, em 2018; e para 24,4%, em 2019; resultado que também está associado ao Programa de Permanência e Êxito.

Os indicadores socioeconômicos do exercício, repetindo os dados dos anos anteriores, demonstram que 79% dos estudantes do IFFar são oriundos de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salário-mínimo. Desses, 27% estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual ou inferior a 0,5 salário-mínimo. Tais dados tornam evidente a importância das políticas e recursos destinados à Assistência Estudantil como forma de assegurar os processos de inclusão e de permanência dos estudantes. Da mesma forma, os dados demonstram que a instituição se consolida como espaço de oportunidades às clas-

ses mais desfavorecidas da população. A construção coletiva e participativa do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), planejamento estratégico para o período 2019/2026, foi uma ação institucional de extrema relevância neste período, projetando a trajetória do IFFar para os próximos 8 anos com base em valores assumidos pela comunidade acadêmica.

Por fim, as informações apresentadas no Relatório de Gestão 2019 permitem reafirmar que, mesmo diante das limitações orçamentárias e de um cenário político adverso às instituições públicas de ensino, o IFFar se mantém como espaço qualificado de oportunidades, propiciando a milhares de jovens e adultos trabalhadores o acesso, com êxito, à educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade, contribuindo com a efetiva transformação social.


Carla Comerlato Jardim
Reitora

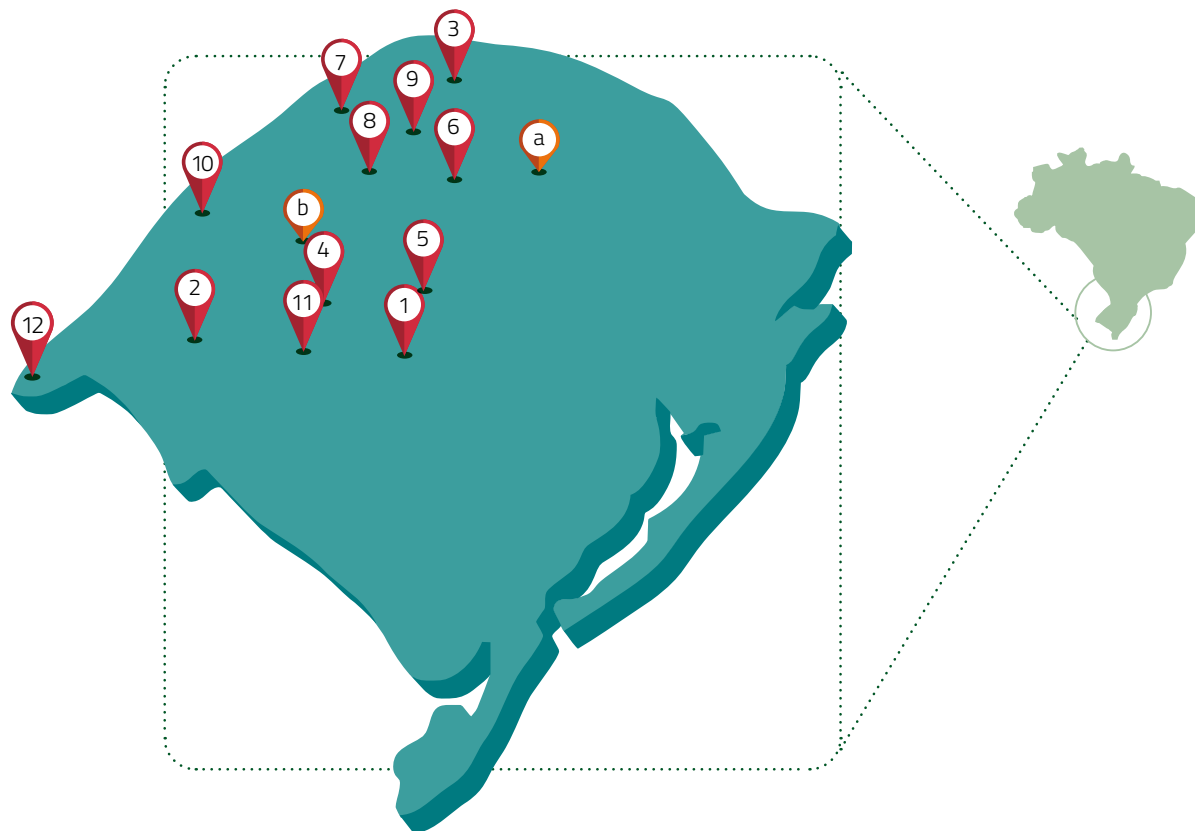
» 2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar, instituição pública e gratuita vinculada ao Ministério da Educação, criado pela Lei nº 11.892/2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) São Vicente do Sul e sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos com a Escola Agrotécnica Federal de Alegrete (EAFA) e a Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto, então pertencente ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, o IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Com relação ao seu ambiente de atuação e unidades de ensino, o IFFar apresenta uma estrutura que totaliza 10 *campi* e 1 *campus* avançado, 4 centros de referência e 12 polos de Educação a Distância (EaD) que ofertam cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância.

Figura 1 - Unidades de ensino do IFFar



UNIDADES DE ENSINO DO IFFAR

- | | | | |
|---|-----------------------------|----|----------------------------|
| 1 | REITORIA | 7 | CAMPUS SANTA ROSA |
| 2 | CAMPUS ALEGRETE | 8 | CAMPUS SANTO ÂNGELO |
| 3 | CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN | 9 | CAMPUS SANTO AUGUSTO |
| 4 | CAMPUS JAGUARI | 10 | CAMPUS SÃO BORJA |
| 5 | CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS | 11 | CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL |
| 6 | CAMPUS PANAMBI | 12 | CAMPUS AVANÇADO URUGUAIANA |

CENTROS DE REFERÊNCIA

- a CARAZINHO
- b SANTIAGO

Disponível em:
<https://iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>

Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:

- » Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- » Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- » Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- » Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- » Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- » Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- » Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- » Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- » Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:

- » Ministar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- » Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- » Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- » Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- » Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- » Ministar em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.



Foto: Elisandro Coelho

O IFFar, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, determina a missão, a visão e os valores institucionais assim definidos:

MISSÃO

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

VISÃO

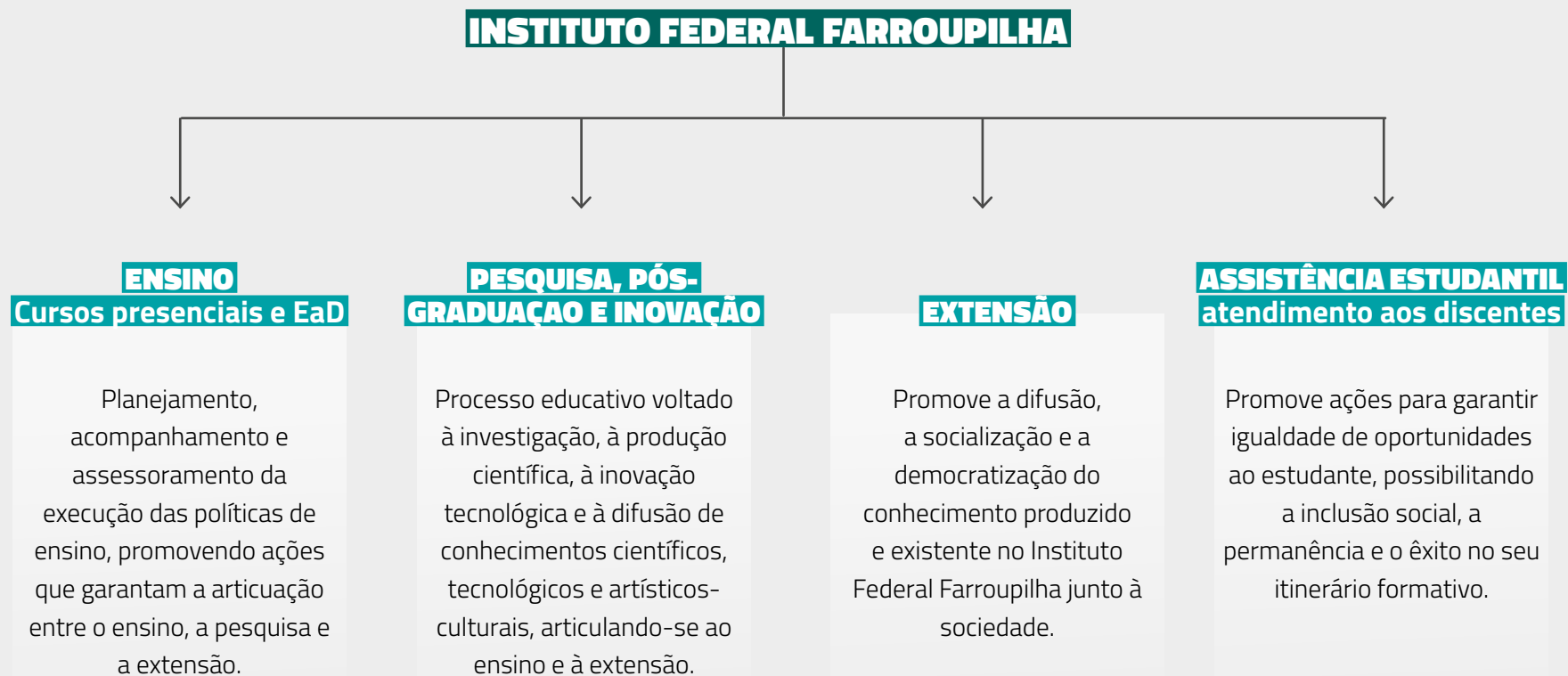
Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

VALORES

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social, ambiental e econômica
- d) Comprometimento
- e) Transparência
- f) Respeito
- g) Gestão democrática
- f) Inovação

Processos finalísticos do IFFar

Figura 2 - Diagrama dos processos da atuação finalística do IFFar.



Fonte: PROEN, PROEX, PRPPGI e PRDI.

Produtos e serviços relativos aos processos finalísticos do IFFar



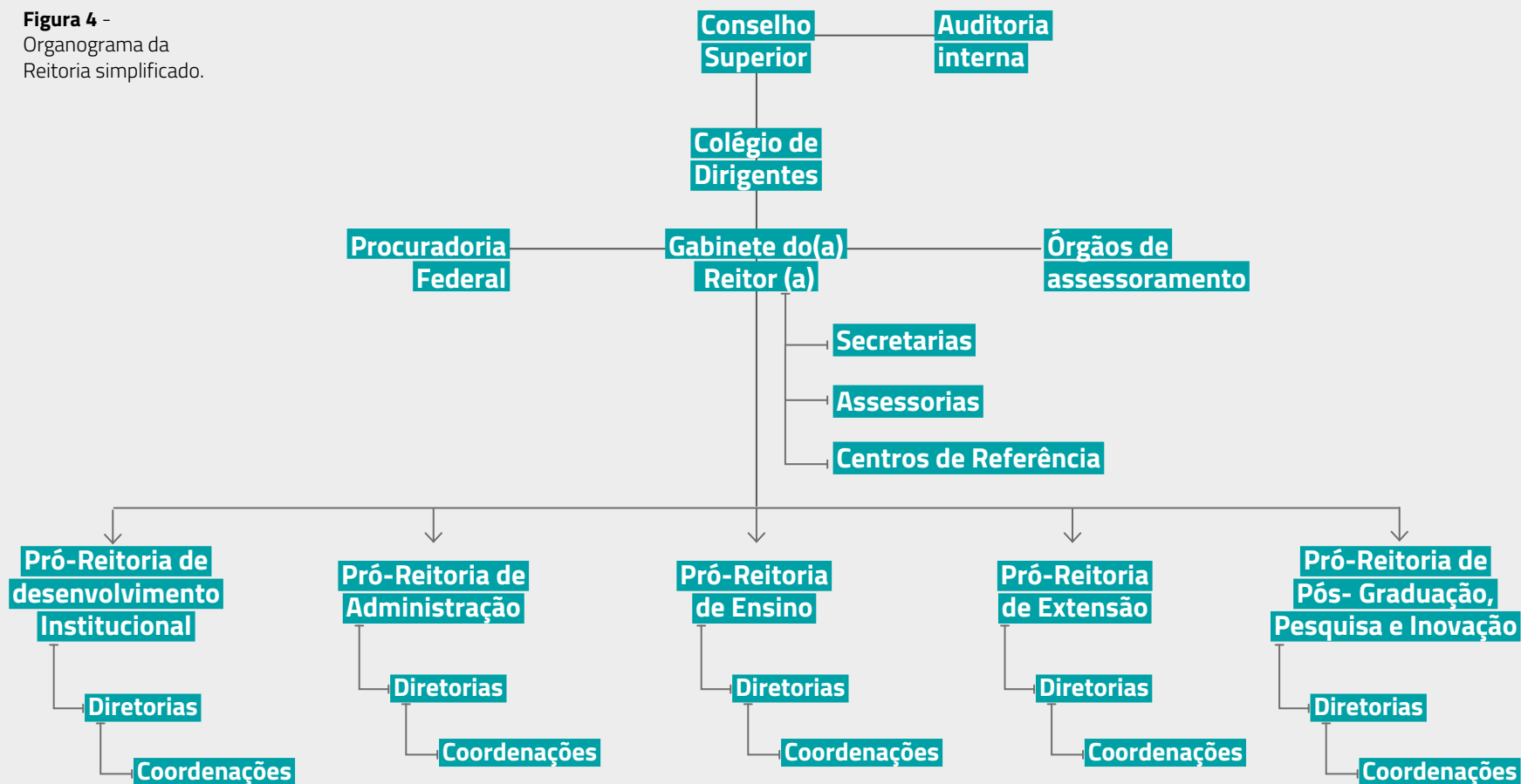
Figura 3 - Diagrama dos produtos e serviços relativos aos processos relativos à atuação finalística do IFFar.

Fonte: PROEN, PROEX, PRPPGI e PRDI.

2.2. Estrutura organizacional

Organograma da Reitoria

Figura 4 -
Organograma da
Reitoria simplificado.

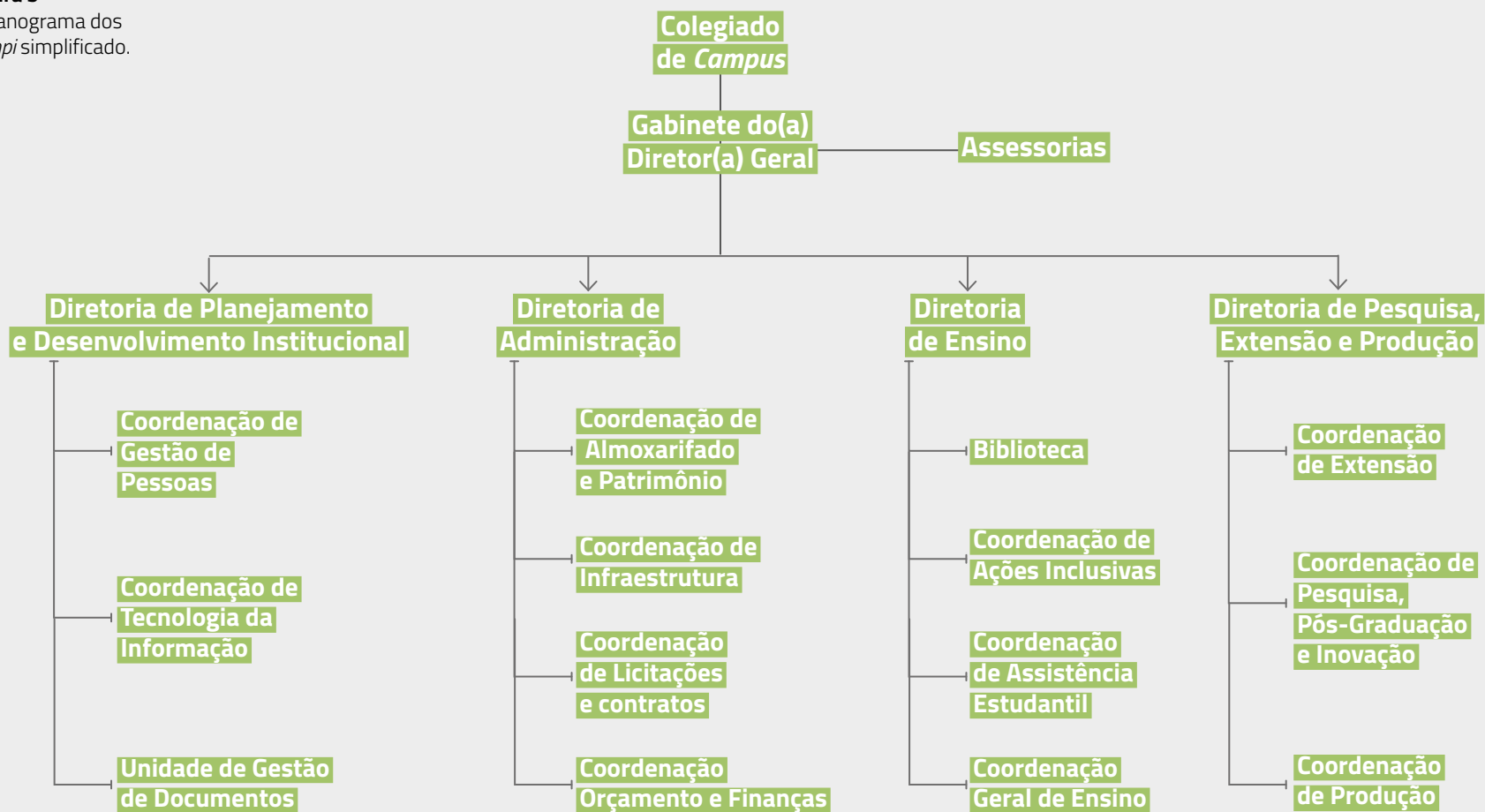


Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Nota: Elaborado com base no organograma da Reitoria disponível em: <https://iffarroupilha.edu.br/estrutura-organizacional>

Organograma dos Campi

Figura 5 -
Organograma dos
Campi simplificado.



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.
Nota: Elaborado com base nos organogramas dos campi disponíveis em:
<https://iffarroupilha.edu.br/estrutura-organizacional>.

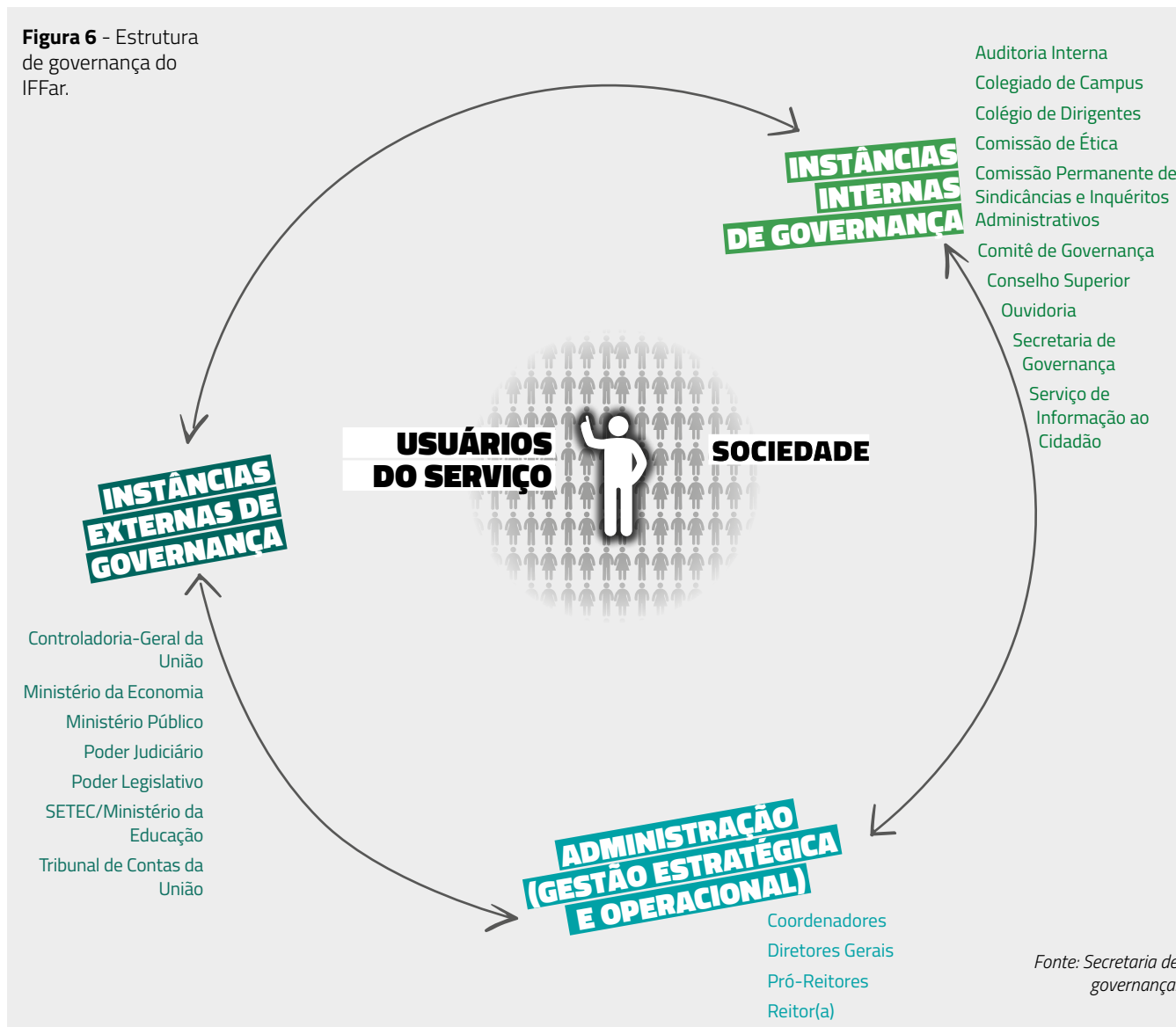
2.3. Estrutura de governança

A estrutura de governança do IFFar integra as operações das unidades diretamente relacionadas ao propósito institucional e o acesso e participação diretos da sociedade na gestão, bem como assegura a participação desses em órgãos consultivos e/ou deliberativos. Ademais, a governança disponibiliza canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A administração geral é exercida pela Reitoria e pelas Direções Gerais de *campi*, conforme consta no Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>. Nessa configuração, os gestores são apoiados pelos órgãos superiores, executivos, de assessoramento e órgãos colegiados que se articulam nos diversos níveis organizacionais para tomada de decisões que impactam o funcionamento do IFFar e a geração de valor para a sociedade.

A governança do IFFar tem como foco a melhoria dos processos de gestão e o cumprimento da mis-

Figura 6 - Estrutura de governança do IFFar.



são institucional. Ela compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle, os quais servem para direcionar, monitorar e avaliar os atos da gestão na condução do instituto, em alinhamento com os interesses públicos. A figura, a seguir, representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas:

2.3.1. Instância internas de governança

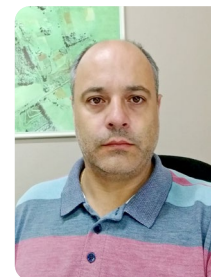
a. Alta administração



**Carla
Comerlato
Jardim**
Reitora



**Édison G.
Brito da Silva**
Pró-Reitor
de Ensino



**Rodrigo
Ferreira
Machado**
Diretor Geral do
Campus Alegrete

ACESSE:

➔ *Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha,*

<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>



**Vanderlei
J. Pettenon**
Pró-Reitor de
Administração



**Arthur
Pereira
Frantz**
Pró-Reitor de
Pós-Graduação,
Pesquisa
e Inovação



**Carlos Roberto
Devincenzi Socal**
Diretor Geral do
Campus Jaguari



Nídia Heringer
Pró-Reitora de
desenvolvimento
Institucional



**Raquel
Lunardi**
Pró-Reitora
de Extensão



**Alessandro
Callai Bazzan**
Diretor Geral do
Campus Panambi

a. Alta administração



**Carlos
Guilherme
Trombetta**
Diretor Geral do
Campus Frederico
Westphalen



**Rodrigo
Carvalho
Carlotto**
Diretor Geral
do *Campus*
Júlio de Castilhos



Renata Rotta
Diretora Geral
do *Campus*
Santa Rosa



**Verlaine Denize
Brasil Gerlach**
Diretora Geral
do *Campus*
Santo Augusto



**Carla
Tatiana Zappe**
Diretora Geral
do *Campus*
São Borja



**Adilson
Ribeiro Paz**
Diretor do
Campus
Santo Ângelo



**Deivid Dutra
de Oliveira**
Diretor Geral
do *Campus* São
Vicente do Sul

b. Conselho Superior

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi* e da Reitoria — servidores técnico-administrativos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

ACESSO:

➔ *Estatuto do Instituto Federal Farroupilha*
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=58297&key=2a2fd5c3c04bf9d2b66359996cb93b88>

➔ *Regulamento do Conselho Superior*
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=60807&key=92a21059986caaffff15340e00f9ee64>

2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança

a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna – AUDIN é o órgão de controle res-

ponsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

b. Colegiado de *Campus*

O Colegiado de *Campus* é um órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do *campus*. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. O Colegiado de *Campus* é composto por servidores técnico-administrativos e docentes, por discentes e também possui representação da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

ACESSO:

➔ *Regulamento dos Colegiados de *Campus**
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

c. Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes é um órgão consultivo. Ele tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias. Também atua quanto às relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

ACESSE:

➔ *Regulamento do CODIR*

http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao_n%C2%BA_15_2013_regimento_codir.tif

d. Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFFar – CE foi constituída pela Portaria Nº 840/2012, de 11 de julho de 2012, e é responsável por analisar e dar encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução CONSUP Nº 001/2013, *qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de di-*

reito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução CONSUP Nº 013/2017, de 28 de março de 2017, aprovou o *Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Cíveis do Instituto Federal Farroupilha*.

e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha

Criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1/2016, por meio da Portaria Nº 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (reitora, pró-reitores e diretores gerais) e tem, dentre suas competências: *promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o ma-*

peamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos – COPSIA é um órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar. Ela é responsável pelas atividades de controle interno, no âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e na apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

g. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria Nº 829/2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto. Tal órgão visa à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricção e ao sigilo e foco na agilidade. A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos — pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (e-OUV), e-mail, telefone e presencialmente — analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

ACESSE:

➔ *e-OUV:*

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/>

h. Secretaria de Governança – SEGOV

A SEGOV foi instituída em 2016, por meio da Resolução CONSUP N° 21/2016, que atualizou a estrutura organizacional do Instituto Federal Farroupilha. Compete-lhe promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, à missão e aos valores institucionais. Cabe à Secretaria, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto N° 9.203, de 22 de novembro de 2017, e pela Portaria CGU N° 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, COPSIA, Comissão de Ética e Auditoria.

i. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em conformidade com a Lei N° 12.527, de 18 de novembro de 2011, o *Serviço de Informação ao Cidadão – SIC* do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III – Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o *Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)*. Esse sistema, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União, permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal do Acesso à Informação, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

ACESSO:

→ e-SIC

<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>

2.3.2. Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é órgão singular que exerce atividade de au-

ditoria interna governamental no âmbito do IFFar, e atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram. É subordinada ao Conselho Superior da Instituição, obedecendo o que rege o Decreto N° 3.591/2000, e vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a primar pela independência de atuação da unidade.

A UAIG do IFFar está organizada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa N° 03/2017 da Controladoria Geral da União.

Sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é composta, atualmente, por sete auditores. A equipe possui uma Auditora-Chefe e auditores internos lotados nos *campi* da instituição. O(a) Auditor(a)-Chefe substituto é escolhido na ocasião de cada necessidade de substituição.

ACESSO:

→ *Regimento Interno da AUDIN:*

<https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

O regimento interno da unidade foi atualizado, para adequação às últimas normativas publicadas sobre a atividade de auditoria interna governamental, em especial às Instruções Normativas N° 03/2017 e N° 08/2017, ambas da Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União. O documento foi aprovado pelo Conselho Superior da Instituição por meio da Resolução N° 014/2019.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor aos processos institucionais, contribuindo para: o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão. Enquanto a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. Já o apoio ao Sistema de Controle Interno resi-

de no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Providências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela CGU para cumprimento do IFFar) no sistema e-AUD da CGU e em diligências do sistema e-Pessoal do TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores por meio de informações contidas nos seus relatórios, para que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o assessoramento à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas da gestão que possam surgir relacionadas à Governança, à Gestão de Riscos ou a Controles Internos.

A designação do(a) chefe da equipe é feita conforme o art. 10 do Regimento Interno, considerando que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por igual pe-

ríodo. O(a) Dirigente Máximo(a) da Instituição submete o nome do(a) candidato(a) à chefia junto ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e aceitação da CGU, em conformidade com a Portaria N° 2.737/2017. A equipe pode, em até 60 dias antes do término do mandato do chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de Técnico Administrativo em Educação - Auditor. A atuação da equipe possui enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em relação às técnicas e enfoques utilizados.

Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi* da Instituição, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, é montada uma equipe com dois a três auditores, sendo um deles designado como coordenador(a) da ação, os quais vão ao respectivo *campus* onde a audito-

ria será realizada, no momento dos trabalhos de campo. O planejamento e desenvolvimento dos papéis de trabalho são feitos em conjunto, porém a distância, via *e-mail* e *drive*.

Quando possível, a equipe retorna ao *campus* auditado para reunião com a gestão sobre os resultados encontrados. Os relatórios com o resultado final dos trabalhos, constatações e recomendações são enviados aos gestores por memorando eletrônico com comprovante de recebimento, para que a Unidade possa certificar-se de que os responsáveis tomaram conhecimento dos resultados dos trabalhos e, posteriormente, tais resultados são publicados no sítio do IFFar.

Com esses relatórios, a equipe de auditoria comunica ao gestor sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da UAIG, que é agregar valor à gestão e contribuir para a melhoria dos processos.

As recomendações formuladas, após a entrega ao gestor, passam a integrar o Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento

da implementação das mesmas por parte dos auditores. A verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os gestores tenham tempo suficiente para a devida implementação e aprimoramento de seus processos.

Sobre o acórdão N° 1.178/2018 TCU Plenário:

A UAIG recebeu, por meio do Ofício Circular N° 181/2018 GAB DS/DS/SFC-CGU, determinação para que fosse incluído no conteúdo do Relatório de Gestão, por pelo menos quatro exercícios, as conclusões dos trabalhos realizados pela Unidade relativos à transparência nos relacionamentos da instituição com fundações de apoio. Isso posto, informamos que no exercício 2019, não houve atuação da UAIG na verificação do assunto em tela, pois a instituição não teve atividades de relacionamento com fundações de apoio para análise.

2.4. Cadeia de valor e Modelo de negócios

O IFFar, no cumprimento da sua missão institucional, atua em conformidade com as políticas governamentais para educação e atento às demandas sociais nesta área, promovendo ensino público, gratuito e de

qualidade, conforme atestam os resultados das avaliações externas do INEP e as avaliações internas implementadas pelo próprio instituto. Nesse sentido, as ações do IFFar têm repercutido positivamente sobre o desenvolvimento humano, econômico e social, à medida em que oportunizam o ensino de jovens e adultos, a quali-

ficação profissional e a produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

Associado ao modelo de negócio, a cadeia de valor do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos e os resultados gerados e entregues à sociedade.

Figura 7 - Modelo de negócio

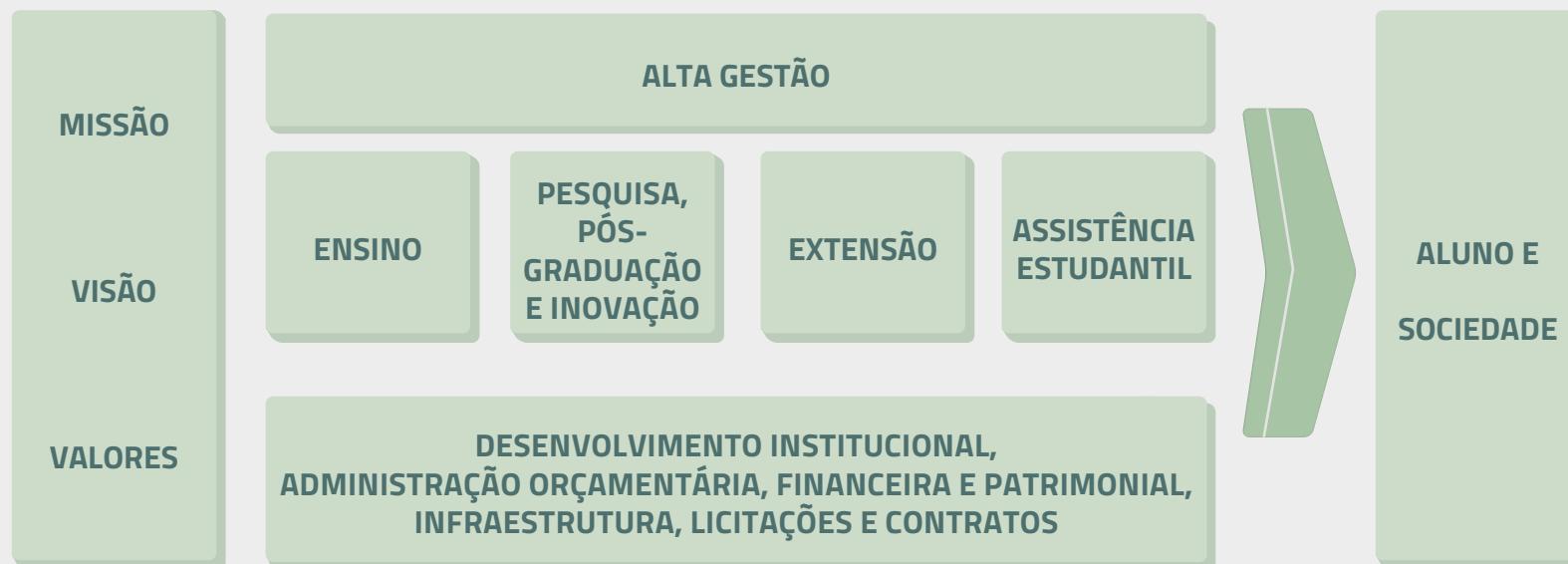


Figura 8 - Cadeia de Valor



2.5. Políticas e programas de governo

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 (PPA 2016-2019) é instituído pela Lei N° 13.249, de 13 de janeiro de 2016, e abrange um conjunto de ações públicas que visam ao cumprimento das estratégias governamentais. O IFFar, na qualidade de órgão executor das políticas públicas voltadas para a educação superior, técnica e profissionalizante, nas modalidades presencial e a distância, participou da execução dos seguintes programas do PPA no exercício de 2019:

- » 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- » 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;
- » 0910 - Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- » 2080 - Educação de qualidade para todos;
- » 2109 - Programa de gestão e manutenção do ministério da educação.

2.6. Análise do ambiente externo

Na análise do ambiente externo, foram considerados aqueles fatores com capacidade de impactar positiva ou negativamente a geração de valor e os resultados institucionais pretendidos pela gestão do IFFar no curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta as oportunidades e ameaças que caracterizam o ambiente de atuação externo do IFFar que possuem potencial de modificar o curso do planejamento estratégico institucional.

Quadro 1 - Análise ambiental externa
Montante de recursos destinados aos refeitórios

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> » Reconhecimento local e regional da qualidade da formação acadêmica dos egressos dos cursos IFFar; » Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT); » Manutenção do quantitativo de vagas para ingresso nos cursos ofertados pela instituição, incluindo a política de reserva de vagas a partir de um sistema de cotas; » O Plano Plurianual 2020-2023 prevê aumentar em 80% o total de matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional (fonte: página do MEC); » Indicadores de qualidade positivos em avaliações externas dos cursos de graduação, como Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC); » Expressivo percentual de egressos das graduações do IFFar aprovados em seleções de programas de Pós-Graduação stricto sensu; » Participação da comunidade local e regional no planejamento da criação e funcionamento de novos cursos técnicos, de graduação e de Pós-Graduação lato sensu; » A curricularização da extensão proporciona maior integração da instituição com a comunidade externa; » Ampliação do número de produtores rurais para o fornecimento dos gêneros e produtos da Agricultura Familiar para fins de qualificar a oferta de alimentação dos estudantes. 	<ul style="list-style-type: none"> » O Programa FUTURE-SE criado para dar maior autonomia financeira a universidades e institutos federais estimulará a captação de recursos próprios, propiciando possíveis desigualdades nos recursos destinados à educação; » Programa “Novos Caminhos” centrado na ideia de aumentar a “produtividade e competitividade” em oposição à missão institucional que tem o “foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável”; » Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT sem a efetiva participação das instituições públicas; » A atualização do CNCT promoverá repactuações que “possibilita a geração de novas matrículas em cursos técnicos e de qualificação profissional” (particulares e do sistema S); » Distinção nas políticas nacionais de formação de professores tendo em vista a participação da CAPES na formação de professores para escolas Cívico Militares e não nas demais instituições; » Contingenciamento de bolsas do PIBID, nas licenciaturas; » Representativo índice de analfabetismo funcional no país, inclusive dentre nossos estudantes ingressantes; » Contexto nacional de incertezas e de tensão no que tange, de modo geral, às políticas educacionais; » A repetição do orçamento do ano anterior impacta na redução do quantitativo de auxílios concedidos pela Assistência Estudantil, uma vez que o aumento anual dos custos de alimentação tem consumido a maior parte do recurso, acarretando a diminuição do número de estudantes auxiliados; » Redução nas possibilidades de pactuação com o FNDE/SETEC para oferta de vagas em cursos técnicos fomentadas por programas governamentais.

Fonte: PROEN.

» 3 ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

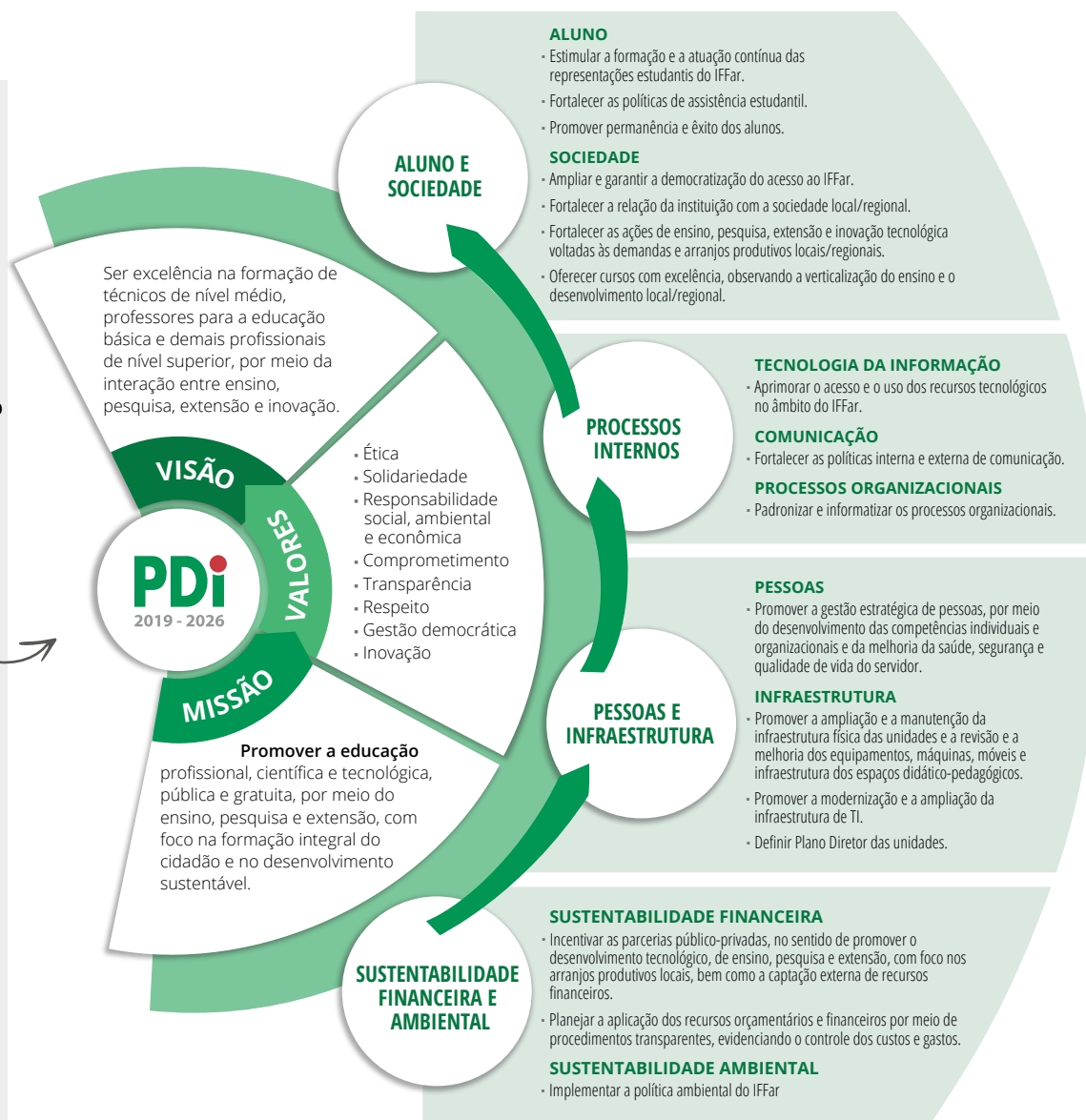
3.1. Estratégia organizacional

O planejamento estratégico do IFFar está formalizado nos Planos de Desenvolvimento Institucional e nos Planos de Ação disponíveis em <https://iffarroupilha.edu.br/documento-siffar>. Esses documentos contêm a estratégia organizacional e as ações programadas que visam ao cumprimento da missão e da visão do IFFar. É importante observar que o exercício 2019 marca o período de transição do PDI 2014-2018 para o PDI 2019-2029.

O PDI representa o planejamento de longo prazo do IFFar e define as políticas institucionais, os objetivos, as metas e as ações estratégicas que se pretende realizar. Já os Planos de Ação trazem o planejamento anual de cada unidade, mantendo vínculo direto com os PDI's e indicando a alocação de recursos nos macroprocessos finalísticos do IFFar.

Figura 9 - Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico expressa graficamente o planejamento do IFFar, permitindo uma visualização clara e sumária do seu escopo.



3.2. Apoio da estrutura de governança à capacidade do IFFar gerar valor e ao processo decisório

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa, primordialmente, a estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de boas práticas.

O último levantamento foi realizado em 2018 e, partindo de um questionário de autoavaliação, aferiu o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como de práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações, em 498 organizações públicas.

De forma global, considerando-se o conjunto das unidades participantes, os resultados indicam evolução em comparação com os índices de 2017, ainda que, conforme apontado no Acórdão N° 2699/2018

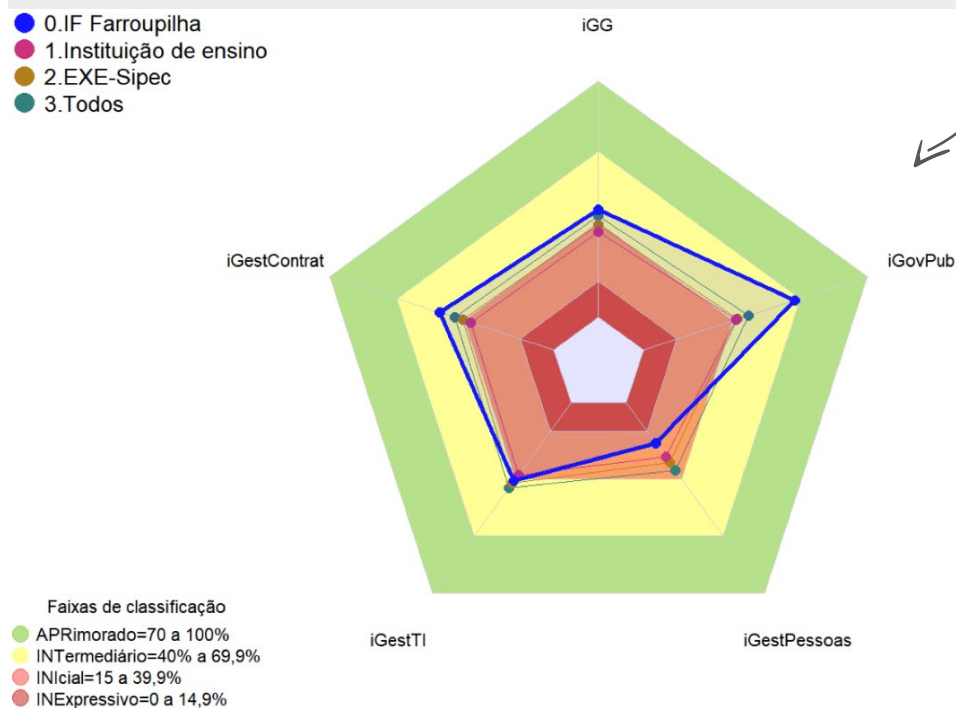
– TCU – Plenário, haja “um longo caminho a ser percorrido para que a Administração Pública Federal atinja um estágio, ao menos, satisfatório de governança e gestão”.

Em uma escala de 0 a 100%, o IFFar obteve iGG (índice integra-

do de governança e gestão públicas) de 45%, escore que o coloca entre as maiores pontuações no grupo dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, acima da média no seu contexto.

Figura 10 - Perfil de governança do IFFar

- 0.IF Farroupilha
- 1.Instituição de ensino
- 2.EXE-Sipec
- 3.Todos



Fonte: Secretaria de Governança

Apesar de evidenciar a superação de um nível inicial de governança — um passo significativo, tendo em vista o quadro geral das organizações avaliadas pelo TCU — o índice alerta para o largo espaço de aperfeiçoamento que separa o IFFar de um patamar de excelência nesse campo. No desdobramento do índice geral (iGG) em seus componentes primários, é possível identificar as áreas que demandam melhorias com maior ou menor urgência:

Cada indicador equivale a um amplo conjunto de medidas, ações, políticas e/ou instrumentos específicos que configuram um arcabouço ideal de governança. Conforme visualizado, a avaliação do TCU posiciona-os em quatro níveis: inexpressivo (0 a 14,9%); inicial (15 a 39,9%); intermediário (40 a 69,9%) e aprimorado (70 a 100%).

Quadro 2 - Indicadores de governança corporativa do IFFar.

iGC (índice integrado de governança e gestão públicas)



iGovPub (índice de governança pública)



iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)



iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)



iGovTI (índice de governança e gestão de TI)



iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)



iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)



iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)



Fonte: Secretaria de Governança.

[http://www.cscruz.org/igg2018/270-IF%20Farroupilha%20\(Instituto%20Federal%20Farroupilha\).pdf](http://www.cscruz.org/igg2018/270-IF%20Farroupilha%20(Instituto%20Federal%20Farroupilha).pdf)

Ao lado, estão listados, de forma exemplificativa, com base nos dados extraídos do relatório do TCU, alguns itens que fortalecem a governança no IFFar (nível intermediário ou aprimorado) e pontos críticos que requerem tratamento prioritário (nível inexpressivo ou inicial):

**Quadro 3 -
Análise interna de
governança.**

FORÇAS	FRAQUEZAS
Estratégia da organização estabelecida (governança pública)	Gestão de riscos (governança pública)
Promoção da transparência, responsabilidade e prestação de contas (governança de pessoas)	Retenção dos colaboradores e dos gestores (governança de pessoas)
Capacidade em planejamento de TI (governança e gestão de TI)	Disponibilidade de sucessores qualificados (capacidade em gestão de pessoas)
Existência de modelo de gestão de TI (governança e gestão de TI)	Definição adequada da demanda por colaboradores e gestores (capacidade em gestão de pessoas)
Capacidade em gestão de contratos de TI (capacidade em processos de TI)	Capacidade em gestão de pessoal de TI (governança e gestão de TI)
Conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores (capacidade em estrutura e processos de segurança da informação)	Capacidade em monitoramento do desempenho de TI (governança e gestão de TI)
Existência de política de segurança da informação (capacidade em estrutura e processos de segurança da informação)	Capacidade de gestão de projetos de TI (capacidade em processos de TI)
Processo de gestão de incidentes (capacidade em planejamento de TI)	Processo de gestão da continuidade dos serviços de TI (capacidade em planejamento de TI)
Modelo de gestão de contratações estabelecido (governança e gestão em contratações)	Gestão de pessoas em contratações (governança e gestão em contratações)
Padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços acessíveis via internet (capacidade em resultados organizacionais)	Definição de metas para a ampliação da oferta de serviços públicos prestados em meio digital (capacidade em resultados organizacionais)

Fonte: Secretaria de Governança.

3.3. Relacionamento com as comunidades interna e externa do IFFar

O relacionamento com as comunidades interna e externa do IFFar, representadas pelos servidores, alunos, funcionários terceirizados e membros da sociedade civil, ocorre principalmente por meio de processos autoavaliativos implementados pela CPA, Ouvidoria e avaliação do docente pelo discente, conduzidos pela CPA e por CPPD. Essas formas de relacionamento com as comunidades interna e externa do IFFar constituem um rol de informações úteis que auxiliam nas decisões dos gestores sobre a atuação do instituto. As consultas abordam aspectos como: a gestão de recursos, o planejamento e a organização institucional, as políticas pedagógicas, a infraestrutura física e o atendimento aos alunos.

CONTATO:



Ouvidoria do IFFar:

ouvidoria@iffarroupilha.edu.br

ACESSE:

- ➔ *Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão (e-SIC):*
<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>
- ➔ *Plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação (Fala.BR):*
<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx>

3.3.3. Informações relevantes sobre a atuação do IFFar

- » **Portal do Instituto Federal Farroupilha:**
<http://www.iffarroupilha.edu.br/>
- » **Regimento Geral:**
<http://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>
- » **Plano de Desenvolvimento Institucional:**
<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>
- » **Relatórios de Gestão anteriores:**
<http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>

» **Editais publicados:**

<http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>

» **Boletins de Serviço**

<https://iffarroupilha.edu.br/boletim-de-servi%C3%A7o/sobre-bs>

3.3.4. 3Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal Nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. No IFFar, ela se baseia no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GES-PÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso aos serviços prestados.

ACESSE:

- ➔ *Carta de serviços ao cidadão*



[http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221.](http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221)

» 4 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

4.1. Gestão de riscos e controles internos

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

- » Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- » Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- » Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- » Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;
- » Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria N° 1.185/2018) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna – AUDIN e a Secretaria de Governança – SEGOV são as unidades de apoio ao Comitê, cabendo-lhe a análise, acompanhamento, orientação, recomendação e

operacionalização (SEGOV) da política de gestão de riscos.

No que se refere à gestão de riscos enquanto processo global, cabe destacar que o IFFar está desenvolvendo as primeiras iniciativas exclusivamente voltadas ao tema, situando-se, portanto, em um estágio incipiente na abordagem sistemática de riscos e oportunidades. Tal condição, identificada recentemente em levantamento da Auditoria Interna, deve-se a diversos fatores como escassez de pessoal, necessidade de capacitação, conciliação com outras demandas, etc.

O IFFar intenciona, progressivamente, estabelecer e consolidar uma estrutura de gestão de riscos nos moldes recomendados pelo COSO — The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, contemplando as seguintes características:

- » Processo contínuo e permanente;
- » Aplicado em todos os níveis e unidades da instituição;

- » Conduzido por todos os servidores;
- » Aplicado à definição das estratégias;
- » Orientado para a realização de objetivos em categorias distintas.

» 5 RESULTADOS DA GESTÃO

5.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

Esta seção tem a finalidade de apresentar sinteticamente as ações estratégicas desenvolvidas no exercício 2019 e os resultados obtidos em relação aos objetivos e metas institucionais estabelecidos no PDI.

Quadro 4 - Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do planejamento estratégico – PDI 2019-2026.

1 OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS INDIVIDUAIS E ORGANIZACIONAIS E DA MELHORIA DA SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA DO SERVIDOR.	
1.1 Meta: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível de Pós- Graduação <i>strito sensu</i> .	
Ações	Resultados
» Pagamento de bolsas para os servidores contemplados no programa de qualificação (PIIQPE).	» O programa está em fase de elaboração da 2ª oferta e há 23 servidores aprovados para Doutorado Interinstitucional (Dinter) em 2020.
1.2 Meta: Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível médio, graduação e Pós- Graduação.	
Ações	Resultados
» Pagamento de bolsas para os servidores contemplados no programa de qualificação (PIIQP).	» Total de recursos aplicados no programa PIIQP: R\$ 348.947,34 » 361 servidores atendidos.

1.3 Meta: Possibilitar, anualmente, a 70% dos servidores do IFFar a participação em cursos/eventos de capacitação.	
Ações	Resultados
» Capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos.	» Recursos aplicados na Ação do Governo 4572 - Capacitação de servidores públicos federais: R\$ 323.230,21.
2 OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A AMPLIAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES E A REVISÃO E A MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, MÓVEIS E INFRAESTRUTURA DOS ESPAÇOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.	
2.1 Meta: Garantir, no orçamento das unidades, recursos para as atividades de manutenção de infraestrutura física e maquinários.	
Ações	Resultados
» Manutenção de maquinários, veículos, mobiliário e infraestrutura. » Contratação de serviços terceirizados. » Aquisição de materiais permanentes.	» Fornecimento de material permanente e de consumo, energia elétrica, água, telefonia e internet, segurança, serviços postais e limpeza e conservação para o desenvolvimento das atividades finalísticas e de gestão. » Manutenção predial, de elevadores, veículos e máquinas.
2.2 Meta: Expandir a infraestrutura física para a equalização das condições de atendimento aos discentes.	
Ações	Resultados
» Obras, reformas e adequações para garantir acessibilidade e inclusão.	» Construção de salas e laboratórios.

3 OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER A MODERNIZAÇÃO E A AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI.

3.1 Meta: Atualizar, até 2022, 30% da infraestrutura administrativa e didático-pedagógica, física e lógica de TI.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Aquisição e manutenção de equipamentos de TIC. » Implantação do sistema de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> » Soluções e equipamentos de TIC: R\$ 920 mil reais » Ampliação e modernização continuada da infraestrutura de TI e acesso à internet. » Atendimento das necessidades didático-pedagógicas e de gestão do IFFar.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Quadro 5 - Ações e resultados relacionados à dimensão Aluno e Sociedade do planejamento estratégico – PDI 2019-2026.

1 OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER A RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A SOCIEDADE LOCAL/REGIONAL.

1.1 Meta: Divulgar, anualmente, 100% dos resultados dos projetos e ações desenvolvidos pela instituição no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Participação discente em eventos internos e externos para divulgação das produções científicas ligadas aos projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> » Realização de pesquisas, produção de conteúdo científico e engajamento dos alunos em atividades acadêmicas.

1.2 Meta: Ampliar, anualmente, em 5%, as parcerias de cada unidade com os setores público e privado, estabelecidas via convênio, projeto ou outro instrumento formal, com vista ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica e à maior interação entre estudantes e sociedade.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Convênios e parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> » Estágios curriculares, visitas técnicas, realização de eventos científicos, culturais, artísticos e esportivos, palestras, seminários visando a complementar a formação dos alunos do IFFar.

2 OBJETIVO ESTRATÉGICO: AMPLIAR E GARANTIR A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO IFFAR.

2.1 Meta: Aumentar em 5%, até 2022, o total de inscrições nos processos de seleção do IFFar.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Campanhas publicitárias para divulgação do processo seletivo de alunos. » Isenção de taxa de inscrição no processo seletivo de alunos » Acessibilidade. » Realização e participação em eventos para exposição dos cursos oferecidos pelo IFFar. 	<ul style="list-style-type: none"> » Oferta de 5.512 vagas totais. » 18.142 candidatos inscritos nos processos seletivos. » Total de 13.440 alunos matriculados.

2.2 Meta: Ampliar em 100% a quantidade de vagas ofertadas para o ingresso de alunos, em consonância com os anseios da comunidade local/regional de cada unidade de ensino, até 2026.

Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"> » Abertura de cursos, ampliação e adequação do número de vagas ofertadas. 	<ul style="list-style-type: none"> » Criação de 7 cursos de graduação e 12 cursos técnicos de nível médio totalizando 960 novas vagas.

3 OBJETIVO ESTRATÉGICO: ESTIMULAR A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO CONTÍNUA DAS REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS DO IFFAR.

3.1 Meta: Oportunizar, anualmente, tempo e espaços de formação relacionados a liderança estudantil para 3% dos alunos.

Ações	Resultados
» Realização de eventos para promover a formação e encontros de lideranças estudantis.	» Palestras, seminários, mostras, cursos e oficinas.

4 OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

4.1 Meta: Beneficiar, até 2022, no mínimo, 1.500 estudantes pela política de concessão de auxílios financeiros.

Ações	Resultados
» Auxílio financeiro aos estudantes. » Auxílio alimentação aos estudantes.	» 705 alunos beneficiados com bolsas e auxílios. » R\$ 11,41 milhões de auxílio financeiro aos estudantes e auxílio à alimentação.

4.2 Meta: Desenvolver a temática de promoção à saúde da comunidade discente, atingindo 100% dos alunos do IFFar anualmente.

Ações	Resultados
» Atendimento psicológico, nutricional, social e de saúde aos alunos.	» 808 alunos contemplados com moradia estudantil. » 884 alunos atendidos com auxílio transporte. » 22.664 alunos atendidos por programas de saúde no IFFar.

5 OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER AS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA VOLTADAS ÀS DEMANDAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS/REGIONAIS.

5.1 Meta: Revisar 100% dos PPCs do IFFar, no intuito de qualificar os currículos e implantar a curricularização da pesquisa e extensão, até 2023.

Ações	Resultados
» Revisão dos PPC's dos cursos ofertados. » Criação de projeto de implantação da curricularização da pesquisa e extensão, com previsão de projeto piloto, etapas de implantação, regulamentos, prazos e outros. » Reconhecimento de cursos.	» Ajustes nos currículos dos cursos. » Implantação de 21 cursos-piloto no IFFar. » Conceitos de cursos nas avaliações do MEC: » 1 curso superior com CPC = 3; » 5 cursos superiores com CPC = 4; » 4 cursos superiores com CPC = 5; » ICG = 4.

5.2 Meta: Ofertar, no mínimo, 1 (um) curso de Pós- Graduação lato sensu por campus e 3 (três) cursos stricto sensu no IFFar, até 2026.

Ações	Resultados
» Oferta de cursos de Pós- Graduação.	» 07 cursos de Pós- Graduação lato sensu. » 01 curso de Pós- Graduação stricto sensu.

5.3 Meta: Mobilidade anual de, no mínimo, 1% dos alunos matriculados entre os campi do IFFar e com outras instituições no Brasil e no exterior.

Ações	Resultados
» Intercâmbios.	» Realização de missão internacional no Uruguai.

5.4 Meta: Ofertar no mínimo uma língua estrangeira extracurricular, anualmente, por <i>campus</i> anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
» Criação e funcionamento dos Núcleos de Ações Internacionais (NAI) e do Centro de Idiomas em todos os <i>campi</i> .	» Fortalecimento das ações internacionalização e aprendizagem de língua estrangeira.
5.5 Meta: Ampliar em, no mínimo, 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
» Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT). Laboratórios de pesquisa. » Qualificação dos pesquisadores, extensionistas e avaliadores. » Ampliação do número de pessoas abrangidas pelos projetos de extensão. » Desenvolvimento de projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação.	» Realização de eventos com a temática da inovação tecnológica. » Compra de materiais e equipamentos para os laboratórios. » Capacitação de 40 avaliadores de ações de extensão. » 73.501 alunos e público externo participantes de ações de extensão. » 201 projetos de extensão. » 03 projetos de inovação. » 298 projetos de pesquisa.
5.6 Meta: Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
Ações	Resultados
» Incubadoras tecnológicas. » Empresas juniores.	» 06 empresas incubadas. » 03 incubadoras- <i>campus</i> .

5.7 Meta: Acompanhar e monitorar, no mínimo, 10% dos egressos por meio do Programa de Acompanhamento de Egressos.	
Ações	Resultados
» Acompanhamento de alunos egressos. » Realização de eventos.	» Acompanhamento dos alunos egressos na sua colocação no mercado de trabalho.
6 OBJETIVO ESTRATÉGICO: OFERECER CURSOS COM EXCELÊNCIA, OBSERVANDO A VERTICALIZAÇÃO DO ENSINO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.	
6.1 Meta: Reservar, no mínimo, 50% das vagas para cursos técnicos de nível médio em todos os <i>campi</i> do IFFar, com inclusão de pelo menos 2 (dois) cursos integrados ao ensino médio.	
Ações	Resultados
» Garantir o percentual mínimo de 50% das matrículas nos cursos técnicos de nível médio, prioritariamente nos cursos integrados em todos os <i>campi</i> do IFFar.	» 2.621 vagas ofertadas. » 6.216 matrículas efetivadas. » 2.553 alunos ingressantes.
6.2 Meta: Verticalizar o ensino em todos os eixos/áreas ofertados no âmbito do IFFar.	
Ações	Resultados
» Criação de cursos técnicos de nível médio visando à verticalização do ensino.	» Criação de 12 cursos técnicos de nível médio com 590 novas vagas.
6.3 Meta: Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos PROEJA, conforme prevê o Decreto N° 5.840/06, entre os quais, pelo menos, 1 (um) curso EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os <i>campi</i> e 1 (um) curso EJA/EPT (PROEJA) FIC em todos os <i>campi</i> , com possibilidade de ingresso ao Ensino Médio.	
Ações	Resultados
» Garantir a oferta de pelo menos 10% de vagas em curso integrado PROEJA em todos os <i>campi</i> .	» 4,2% de vagas ofertadas em curso PROEJA. » 10 cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio.

6.4 Meta: Ofertar, no mínimo, 20% das vagas em cursos de formação de professores em todos os *campi* do IFFar, com a inclusão de, pelo menos, 2 (dois) cursos de licenciatura e/ou formação pedagógica em todos os *campi*.

Ações	Resultados
» Oferta de vagas em cursos de formação de professores.	» 19,37% de vagas ofertadas em cursos de formação de professores. » 32 cursos de formação de professores.

6.5 Meta: Ampliar a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), incluindo, no mínimo, um curso técnico por *campus* e cinco cursos superiores no IFFar.

Ações	Resultados
» Ampliação da infraestrutura de ensino. Ensino a distância articulados com as ações de extensão, pesquisa e inovação. » Ampliação da oferta de cursos EaD. » Formação pedagógica de docentes.	» Aquisição de equipamentos e melhoria dos espaços físicos. » Realização de visitas técnicas. » Criação de novos cursos. » Qualificação do quadro de pessoal.

7 OBJETIVO ESTRATÉGICO: PROMOVER PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ALUNOS.

7.1 Meta: Reduzir índices de evasão e retenção escolar nos cursos do IFFar.

Ações	Resultados
» Programa de Permanência e Êxito. » Acolhimento aos discentes. » Ações inclusivas. » Apoio pedagógico. » Atividades extraclasse. » Assistência estudantil. » Serviços de refeitório. » Moradia estudantil.	» Índice de Evasão Escolar dos cursos técnicos integrados: 32,5% » Índice de Evasão Escolar dos cursos técnicos subsequentes: 54,08% » Índice de Evasão Escolar dos cursos técnicos PROEJA: 60,62% » Índice de Evasão Escolar dos cursos superiores de licenciaturas: 58,9% » Índice de Evasão Escolar dos cursos superiores de tecnologia: 56,44% » Índice de Evasão Escolar dos cursos superiores de bacharelado: 47,39% » Índice de Evasão Escolar dos cursos de Pós- Graduação: 26,06% » Índice de Retenção Escolar dos cursos técnicos integrados: 2,93% » Índice de Retenção Escolar dos cursos técnicos subsequentes: 3,18% » Índice de Retenção Escolar dos cursos técnicos PROEJA: 1,55% » Índice de Retenção Escolar dos cursos superiores de licenciaturas: 15,05% » Índice de Retenção Escolar dos cursos superiores de tecnologia: 16,74% » Índice de Retenção Escolar dos cursos superiores de bacharelado: 19,91% » 8.630 alunos atendidos nos refeitórios do IFFar. » 808 alunos atendidos com moradia estudantil no IFFar.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

5.2. Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha

Quadro 6 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha

INDICADORES – PLATAFORMA NILO PEÇANHA		2019	2018	2017
Acadêmicos	Taxa de Evasão	16,8%	13,40%	19,1%
	Eficiência Acadêmica	74,7%	49,30%	44,1%
	Conclusão Ciclo	71,94%	47,19%	42,1%
	Evasão Ciclo	24,4%	48,48%	53,3%
	Retenção Ciclo	3,65%	4,33%	4,6%
	Relação Inscritos/Vagas	3,29	2,73	4,0
	Relação Matrícula por Professor (RAP)	21,55	21,29	19,44
Administrativos	Gasto Total	R\$ 317.182.250,01	R\$ 305.106.223,00	R\$ 280.455.814,00
	Gasto com Pessoal	R\$ 263.811.876,75	R\$ 227.695.928,00	R\$ 216.185.120,00
	Investimentos	R\$ 8.001.067,65	R\$ 8.022.745,00	R\$ 9.975.010,00
	Outros Custeios	R\$ 45.369.305,61	R\$ 67.374.260,00	R\$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas	R\$ 16.770.613,52	R\$ 13.821.528,00	R\$ 11.798.786,00
	Gasto Corrente por Matrícula	R\$ 19.438,41	R\$ 20.352,90	R\$ 19.783,35
Socioeconômicos	0 < RFP ≤ 0,5	3.241 alunos	2.550 alunos	2.613 alunos
	0,5 < RFP ≤ 1	3.298 alunos	3.194 alunos	3.300 alunos
	1,0 < RFP ≤ 1,5	2.654 alunos	2.599 alunos	2.396 alunos
	1,5 < RFP ≤ 2,5	1.535 alunos	1.476 alunos	1.636 alunos
	2,5 < RFP ≤ 3,5	500 alunos	382 alunos	398 alunos
	RFP > 3,5	375 alunos	277 alunos	162 alunos
	Não Declarado	1.837 alunos	4.381 alunos	2.773 alunos
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)	4,4	4,20	4,20

Fonte: Pesquisa Institucional.

5.2.1. Análise crítica dos indicadores acadêmicos

Os indicadores do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário foram utilizados, até 2017, no Relatório de Gestão, como referência para a apresentação e a análise dos resultados. Essa metodologia de cálculo levava em conta o período compreendido entre janeiro e dezembro do ano de análise.

Com o desenvolvimento da Plataforma Nilo Peçanha – PNP, a partir de nova metodologia estatística e de nova forma de apresentar os dados da Rede Federal, novos indicadores foram definidos para apresentação e análise dos resultados de gestão.

Eficiência Acadêmica

A Plataforma Nilo Peçanha mede o indicador Eficiência Acadêmica a partir do indicador Conclusão Ciclo, que representa a parte dos estudantes que concluíram o curso no ciclo, mais uma expectativa estatística de prováveis concluintes, considerando uma média de conclusão dos estudantes que se encontram na situação de retidos. De acordo com a PNP, a Eficiência Acadêmica passou

de 44,1%, em 2017; para 49,30%, em 2018; e para 74,7%, em 2019. Esse indicador, no geral, tem melhorado desde que a PNP começou a coletar os dados. Credita-se a melhoria no desempenho de 2019 à performance de cursos FIC de qualificação profissional implementados em 2019.

A melhoria da eficiência acadêmica institucional, que pode ser observada de forma sistemática, ao longo dos últimos anos, deve ser creditada ao Programa Permanência e Êxito (PPE) instituído em 2014. Nesse programa, estão definidas as ações e as metas quantitativas para cada curso, considerando o nível, a forma e a modalidade de ensino. Ressalta-se, ainda, que o PDI 2019-2026, por sua vez, também estabeleceu metas quantitativas específicas de combate à evasão escolar como forma de melhorar ainda mais os índices de eficiência acadêmica.

Conclusão Ciclo

O indicador Conclusão Ciclo é utilizado para medir a eficiência acadêmica e considera o percentual de estudantes que integralizaram o curso dentro do ciclo. O indicador passou

de 42,1%, em 2017, para 47,19%, em 2018, e para 71,94% em 2019. Os resultados desse indicador corroboram a análise já feita no indicador Eficiência Acadêmica de que o avanço desses indicadores estão relacionados ao trabalho sistemático da instituição para minimizar a evasão escolar e garantir êxito dos estudantes por meio do Programa de Permanência e Êxito.

Taxa de Evasão e Evasão Ciclo

A Plataforma Nilo Peçanha trabalha com dois indicadores para tratar da evasão: (1) a *Taxa de Evasão* – que é o total de estudantes matriculados no ano pelo número de evadidos no ano e (2) a *Evasão Ciclo* – que é o total de estudantes que perderam o vínculo com o curso ao longo do ciclo.

A Taxa de Evasão foi de 19,1% em 2017. Em 2018, ela diminuiu para 13,4% e, em 2019, essa taxa aumentou para 16,8%. Uma possível explicação para o aumento de aproximadamente três pontos percentuais no indicador de evasão de 2019 pode estar relacionada às dificuldades econômicas pelas quais passaram as Instituições Federais de Ensino com o contingenciamento de orçamen-

to, que levou, inclusive, à incerteza quanto à conclusão do ano letivo. O IFFar, preocupado em reverter esta situação, estabeleceu no PDI 2019-2026, ações e metas específicas para combater a evasão de alunos por nível, forma de organização e modalidade dos cursos.

Quanto à Evasão Ciclo, que mede a perda de estudantes ao longo do ciclo do curso, os índices melhoraram. Em 2017, a taxa de Evasão Ciclo foi de 53,3%. Em 2018, essa taxa reduziu para 48,48% e, em 2019, para 24,4%. Nesse sentido, observa-se que a melhoria no indicador de evasão de alunos durante o ciclo dos cursos foi de 24 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Esse resultado é atribuído ao Programa de Permanência e Êxito, o qual tem definido ações específicas para garantir a frequência dos estudantes na instituição, em especial, as ações voltadas à melhoria dos processos de ensino, de aprendizagem e de assistência estudantil.

O indicador Retenção Ciclo reflete os dados dos estudantes que permanecem regularmente matriculados, mas não tiveram êxito no ciclo do curso. Os alunos retidos, em geral, são alunos que têm pendência em

disciplinas ou que tiveram dificuldade de concluir estágios.

Os dados da PNP indicam uma melhora nos três anos que o índice foi medido. Em 2017, a Retenção no Ciclo foi de 4,6%; em 2018, foi de 4,33% e, em 2019, a taxa foi de 3,65%. Esse indicador está relacionado à permanência e ao êxito dos estudantes. O decréscimo observado acusa um avanço da eficiência da instituição, o que também deve ser creditado ao PPE. Quanto ao indicador Retenção Ciclo, o PDI 2019-2026 estabeleceu metas por nível, forma de organização e modalidade dos cursos, que, se alcançadas, impactarão de forma positiva na redução da retenção.

Relação Inscritos/Vagas

A relação inscritos/vaga é um indicador que considera o número total de candidatos inscritos no Processo Seletivo pelo total de vagas ofertadas na instituição, ou seja, essa relação representa quantas vezes o número de inscritos supera o número de vagas ofertadas. A relação inscritos/vaga, no IFFar, em 2017, foi de 4,0. Em 2018, esse número decaiu para 2,73 e, em 2019, aumentou para 3,29.

Nesse sentido, os dados de 2019 indicam que houve um aumento na procura pelos cursos da instituição. Tal melhora pode ser creditada ao planejamento de gestão institucional na elaboração do PDI.

Baseado no planejamento estratégico institucional, o IFFar tem procurado ajustar a oferta de vagas às demandas regionais. Quanto mais os cursos ofertados estão conectados com os arranjos produtivos locais, maior será a procura pelos cursos por parte dos estudantes das regiões de abrangência. No processo de elaboração do PDI 2019-2026, houve uma revisão da oferta de cursos do IFFar. Partindo de dados apurados sobre a procura por cursos nos diferentes *campi*, o PDI propôs um reordenamento da oferta de cursos. Essa proposta considerou, portanto, os dados mais recentes quanto ao contexto social das comunidades em que estão localizados os *campi*.

No entanto, há que se ponderar que o dado é uma média de procura em relação aos cursos ofertados. Alguns cursos têm alta procura e outros não. A análise sobre a relação candidato/vaga inclui, por outro lado, as ofertas que são obrigações legais

dos Institutos Federais como o PROEJA e as Licenciaturas. Cursos estes que, em decorrência da realidade social e econômica do país e, em especial, no caso das licenciaturas, devido à ausência de políticas educacionais de valorização dos professores, têm passado por crises quanto à demanda de candidatos.

Relação Matrícula por Professor (RAP)

A Relação Aluno Professor (RAP) é um indicador da eficiência institucional que determina quantos estudantes a instituição consegue atender com o quadro de docentes de que dispõe. Ressalta-se que a Plataforma Nilo Peçanha trabalha com o conceito de aluno equivalente, ponderando o nível, a forma de organização ou a modalidade do curso para o cômputo final.

A RAP do IFFar, em 2017, foi de 19,44%. Em 2018, essa taxa aumentou para 21,29% e, em 2019, atingiu 21,55%. Os dados da PNP indicam que o IFFar atingiu, em 2018, a meta ideal de 20/1, isto é, 20 matrículas para cada professor, assim como conseguiu ampliar esse índice em 2019.

Cabe ressaltar que há cursos em implantação e, por esse motivo, docentes ainda com carga horária baixa, o que faz com que o índice RAP do IFFar não seja o real, que só ocorrerá ao final do processo de expansão. Conforme os cursos ainda em implantação comecem a integralizar as turmas, a tendência é de que o índice tenha novos avanços.

A eficiência do IFFar no indicador RAP pode ser explicada por dois fatores: (1) *a definição de diretrizes educacionais para os cursos de graduação e para os cursos técnicos*, que estabeleceu como referência de carga horária aquelas definidas nas diretrizes e catálogos nacionais de cursos; e (2) *o planejamento de gestão definido no PDI*, que define um máximo de três eixos em cada *campus*, tendo a definição dos cursos por meio do princípio da verticalização, que garante o melhor aproveitamento da força de trabalho.

5.2.2. Análise crítica dos indicadores administrativos

Os indicadores administrativos permitem observar que os gastos correntes por alunos tiveram aumen-

to perceptível desde 2014. Esse aumento reflete a expansão da instituição, bem como a expansão da rede federal de educação e tecnológica, como pode ser observada na Lei Orçamentária Anual desses últimos anos.

Destaca-se, também, que a evolução dos gastos se deu principalmente nas despesas com pessoal, as quais, em 2018, atingiram o patamar de R\$ 263,81 milhões de reais, que correspondem aproximadamente a 83,17% dos gastos totais da instituição. Analisando a série histórica, percebe-se que a representatividade dos gastos com pessoal aumentou de 59,38%, em 2014, para 83,17%, em 2018. Os gastos totais, em 2019, atingiram o valor de R\$ 317,18 milhões, que foi 3,96% maior que em 2018, quando o montante chegou a R\$305,11 milhões.

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades e a ações de assistência e capacitação, correspondem a aproximadamente 14,30% dos gastos totais de 2019, o que, em 2018, correspondiam a 20,23%. Quanto aos gastos com investimento, há uma trajetória decrescente

desde 2012, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2012, os valores despendidos em investimentos representaram 21,58% dos gastos totais do instituto. Já, em 2019, esse investimento correspondeu a 2,52%.

Os gastos com investimento, em 2018, foram de aproximadamente R\$8,00 milhões, enquanto, em 2015, o valor despendido foi de R\$ 16,4 milhões. Comparando o exercício de 2018 com o exercício de 2015, constata-se a redução de aproximadamente 51%, ou seja 8,4 milhões. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também da redução do orçamento público destinado ao investimento da rede. Destaca-se, neste grupo, que a redução é ainda maior quando se inclui na análise o valor empenhado no exercício, em que esse valor chega próximo dos 5,51 milhões.

Quanto aos gastos correntes relacionados às matrículas, percebe-se uma elevação considerável. Esse gasto passou de R\$ 17.443,63, em 2014, para R\$ 19.438,41, em 2019. Os principais fatores que influenciaram o aumento nos gastos por ma-

trícula equivalente estão diretamente relacionadas com as despesas com pessoal, resultantes do aumento do número servidores e salários. Quando se analisa o valor despendido em "outros custeios", o valor por aluno equivalente é de R\$ 2.780,44 e representa uma redução de 44,68% em comparação a 2018, quando esta relação era de R\$4.022,69.

5.2.3. Análise crítica dos indicadores socioeconômicos

A análise dos dados socioeconômicos dos alunos, considerando apenas aqueles que declararam a renda familiar, indicam que 79% dos estudantes da instituição são de famílias com renda per capita inferior a 1,5 salários mínimos. Essa situação não se alterou de 2018 para 2019.

É importante considerar, ainda, que 27% dos estudantes estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda familiar *per capita* igual ou inferior a 0,5 salários. Ou seja, a cada quatro estudantes, um é proveniente de família com menos de meio salário mínimo *per capita*. O dado é relevante, considerando que um dos objetivos dos institutos federais

é promover a inclusão social por meio da garantia de acesso à educação.

Também cabe destacar que ocorreu uma redução no número de estudantes que não declararam a renda. Em 2018, um total de 4.831 estudantes declararam a renda, enquanto em 2019, esse número foi de 1.837. Tais números são importantes porque permitem um panorama mais preciso da situação socioeconômica dos estudantes.

Na perspectiva do IFFar, não basta garantir o acesso sem que haja garantia de permanência. Busca-se a elevação da escolaridade por meio de uma organização das unidades em eixos tecnológicos, os quais que possibilitam a verticalização dos cursos e, conseqüentemente, a inserção dos egressos no mundo produtivo. Para tanto, é indispensável a garantia de recursos de assistência pelo Estado.

Os dados socioeconômicos também explicam alguns dos índices de insucesso, principalmente no que se refere aos índices de retenção escolar, já que que muitos estudantes provêm de um meio social que não tem o estudo como um valor máximo familiar.

A literatura educacional demons-

tra que há relação direta entre o insucesso educacional e a realidade de jovens em situação de vulnerabilidade. Essa relação é explicada por vários fatores decorrentes da vulnerabilidade social. Entre esses fatores, está a baixa escolaridade dos pais e a consequente não valorização familiar da educação formal, bem como a baixa autoestima do jovem, principalmente em relação à sua capacidade de realizar com sucesso cursos técnicos ou superiores.

No imaginário de muitos desses jovens, a formação em cursos superiores e o sucesso profissional é somente para as pessoas das classes superiores. Do mesmo modo, a falta de recursos financeiros dificulta as condições familiares, para que o jovem possa se dedicar aos estudos, considerando que muitas moradias não dispõem de local adequado para estudar, e as condições econômicas não permitem a aquisição de materiais escolares ou até mesmo a alimentação adequada.

Reitera-se o que já foi indicado em outros relatórios de gestão: que os dados de vulnerabilidade social tornam evidente a necessidade e a importância de haver um serviço de

assistência estudantil proficiente, a fim de promover a inclusão e a permanência dos estudantes do IFFar. Nesse contexto, as ações efetivadas visando à assistência estudantil se justificam por promoverem melhorias sistemáticas no atendimento das necessidades dos alunos

5.2.4. Análise crítica do Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)

O Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD) é um indicador que representa a titulação do quadro de professores do Instituto Federal Farroupilha – são quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores. Em relação aos professores de EBTT, constatou-se que 287 (ou 38,78%) possuem Doutorado, 398 (ou 53,78%) Mestrado, 44 (ou 5,94%) Especialização, 1 (ou 0,14%) com curso de Aperfeiçoamento e 10 (ou 1,36%) com Graduação, totalizando 740 servidores.

No exercício de 2019, o aumento do quadro efetivo de docentes decorreu das movimentações em processos de redistribuição, vacância, exoneração e nomeações. Em relação

à qualificação do quadro efetivo de docentes, o Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD) passou de 4,20, em 2018; para 4,40, em 2019. Esses resultados advêm das Políticas Institucionais de Qualificação Profissional (PIIQP e PIIQPE), afastamentos integrais para qualificação, bem como ingresso de novos servidores com título de mestre ou doutor.

Destaca-se, ainda, que o indicador de qualificação dos docentes repercute diretamente nas avaliações dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha pelo Ministério da Educação. No ano de 2019, 02 (dois) cursos obtiveram nota 4 e 04 (quatro) cursos alcançaram nota 5, numa escala de 0 a 5, contribuindo com o Índice Geral de Cursos que se manteve com a pontuação 4.

» 6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão orçamentária e financeira

Desempenho orçamentário

O IFFar possui uma gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e descentralizadas. Um exemplo desta estrutura de execução é a gestão dos recursos de pessoal e encargos, que são centralizados e geridos pelo órgão central – Reitoria. Quanto às ações descentralizadas, que são executadas e controladas diretamente pelas demais unidades orçamentárias do instituto, enquadram-se as despesas de funcionamento, assistência e despesas de investimento.

Há outras despesas específicas que possuem procedimentos de execução e controle centralizados na Reitoria, as quais se referem aos programas institucionais, modelos de contratação e outros de necessidade organizacional. No exercício de 2019, o IFFar participou da execução de cinco programas vinculados ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, são eles:

Tabela 1 - Programas do PPA 2016-2019 executados pelo IFFar.

PROGRAMA	DESPESAS EMPENHADAS	%
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	R\$ 16.770.613,52 / 5,27%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais	R\$ 1.343.636,14 / 0,42%
0910	Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	R\$ 61.494,07 / 0,02%
2080	Educação de qualidade para todos	R\$ 53.836.011,94 / 16,91%
2109	Programa de gestão e manutenção do ministério da educação	R\$ 246.267.143,39 / 77,37%
TOTAL	R\$ 318.278.899,06	100%

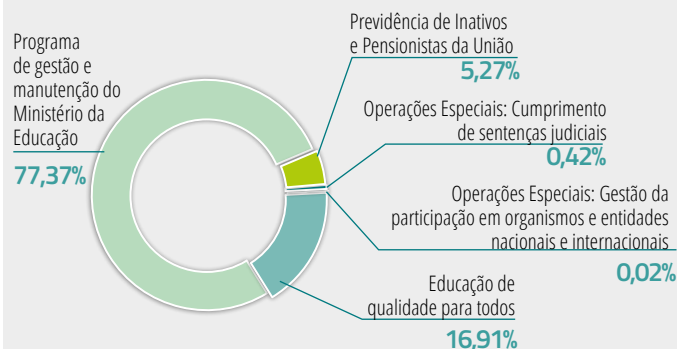
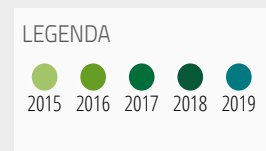
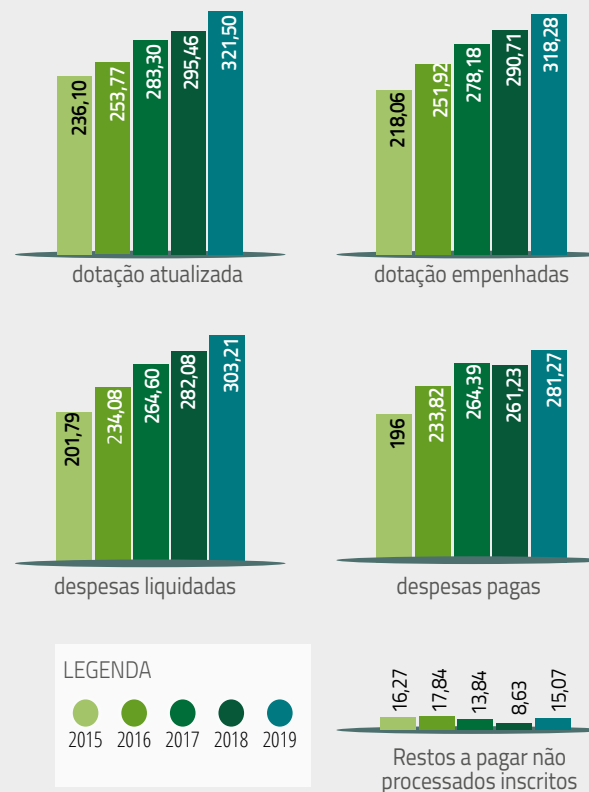


Gráfico 1 - Evolução do Orçamento Total consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) do IFFar – período 2015-2019, em milhões de reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

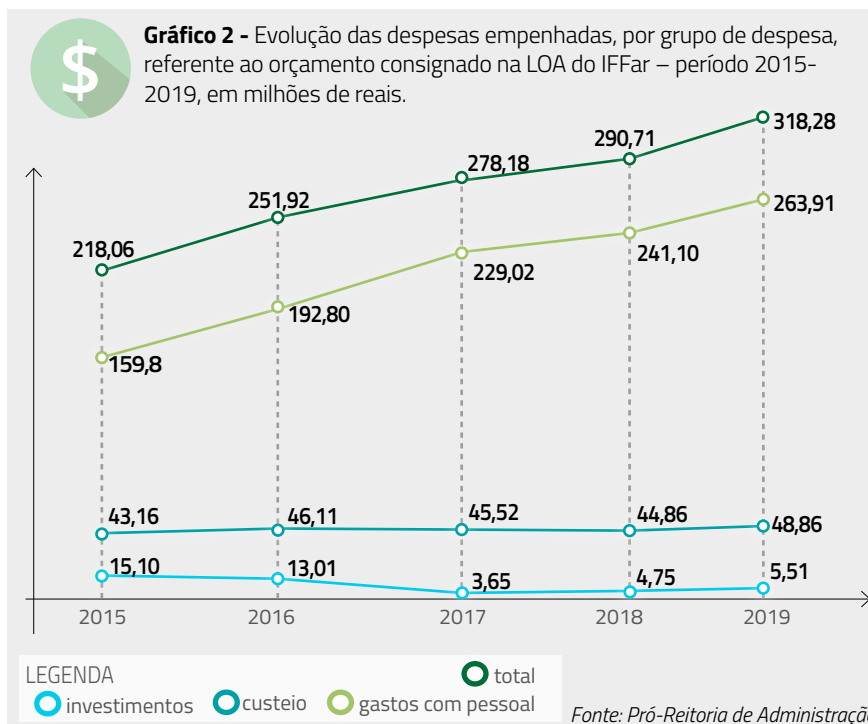
É importante observar que o IFFar não é responsável diretamente por nenhum programa do PPA relatado. Contudo, o instituto participou indiretamente da execução e do acompanhamento dos programas vinculados ao PPA 2016-2019. Dessa forma, optou-se por apresentar a execução do órgão de forma global e simplificada, permitindo uma visualização sob a ótica orçamentária e do dispêndio no período.

O gráfico 1 (página 46), apresenta a evolução do orçamento do IFFar. Nele se observa que, ao longo do período analisado, houve uma evolução da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 36,17% entre 2015 e 2019, enquanto os empenhos cresceram aproximadamente 45,96% no mesmo período. Já quanto aos Restos a Pagar não Processados no período analisado, houve majoração referente ao período anterior de aproximadamente 73,46%, mantendo-se próximo da média anual. Assim, o seu percentual sobre o total de empenhos passou de 2,88% para 4,49% nesse período, porque a liberação de limites de empenho ocorreu no final do exercício.

Com a liberação tardia de limites, várias ações foram postergadas e, conseqüentemente, a liquidação da despesa ocorrerá no exercício de 2020.

Em relação ao dispêndio orçamentário, as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas a gastos com pessoal. Tais despesas, quando empenhadas, passaram de R\$ 159,80 milhões em 2015 para R\$ 263,91 milhões em 2019, representando um acréscimo de 65,15% neste período. Essa situação reflete a expansão da instituição, considerando que, em 2014, o IFFar contava com um total de 1.158 servidores, em 2018, passou para 1.357 e, em 2019, chegou a 1.519 servidores docentes e técnico-administrativos.

Enquanto a dotação atualizada variou em 8,81%, a força de trabalho aumentou 11,93% de 2018 para 2019, resultando em um aumento na folha de pagamento da ordem de 9,42%. Destaca-se, ainda, que 82,91% do orçamento do IFFar vinculado a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 são destinados ao pagamento de despesas relacionadas aos gastos com pessoal, como: salários, encargos sociais, contribuições, aposentadorias, pensões, benefícios e auxílios.



Pode-se verificar que entre os anos 2015 e 2019 houve um crescimento das despesas do IFFar, exceto com aquelas de investimento, as quais sofreram uma redução vigorosa neste período, passando de R\$ 15,10 milhões em 2015 para R\$ 5,51 milhões em 2019 – uma redução de 63,51%. Entre os principais fatores que influenciaram essa contração citamos: a) o fim do programa de ex-

pansão da rede federal; b) a crise econômica e conseqüentemente a redução da arrecadação do Estado; c) A lei que limita os gastos públicos por vinte anos; e d) mudança da metodologia de distribuição dos valores destinados a investimento da SETEC/MEC, que passaram a sua maior parte a ser distribuído a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada), conforme as prioridades da secretaria.

A redução do orçamento de investimento trouxe reflexo significativo nas ações referentes à execução de obras e aquisição de equipamentos e material permanente para laboratórios. Nessas circunstâncias, foi postergado o início de obras institucionais essenciais para atender com gratuidade e qualidade o conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão que constitui a função social do IFFar com a sociedade.

As despesas de custeio vinculadas ao funcionamento institucional e assistência ao estudante tiveram um crescimento de 13,21% entre os anos 2015 e 2019, passando de R\$ 43,16 milhões de reais em 2015 para R\$ 48,86 milhões em 2019. No sentido oposto, uma análise detalhada permite observar que as despesas com funcionamento do IFFar se reduziram em 4,44%, fato influenciado pela estabilização do orçamento da rede. Quanto ao orçamento da assistência estudantil, houve um aumento no período analisado, passando de R\$ 8,01 milhões em 2015 para R\$ 13,04 milhões em 2019. Esse crescimento de 62,74% se deve principalmente à política de assistência estudantil da Rede Federal e, naturalmente, do IFFar.

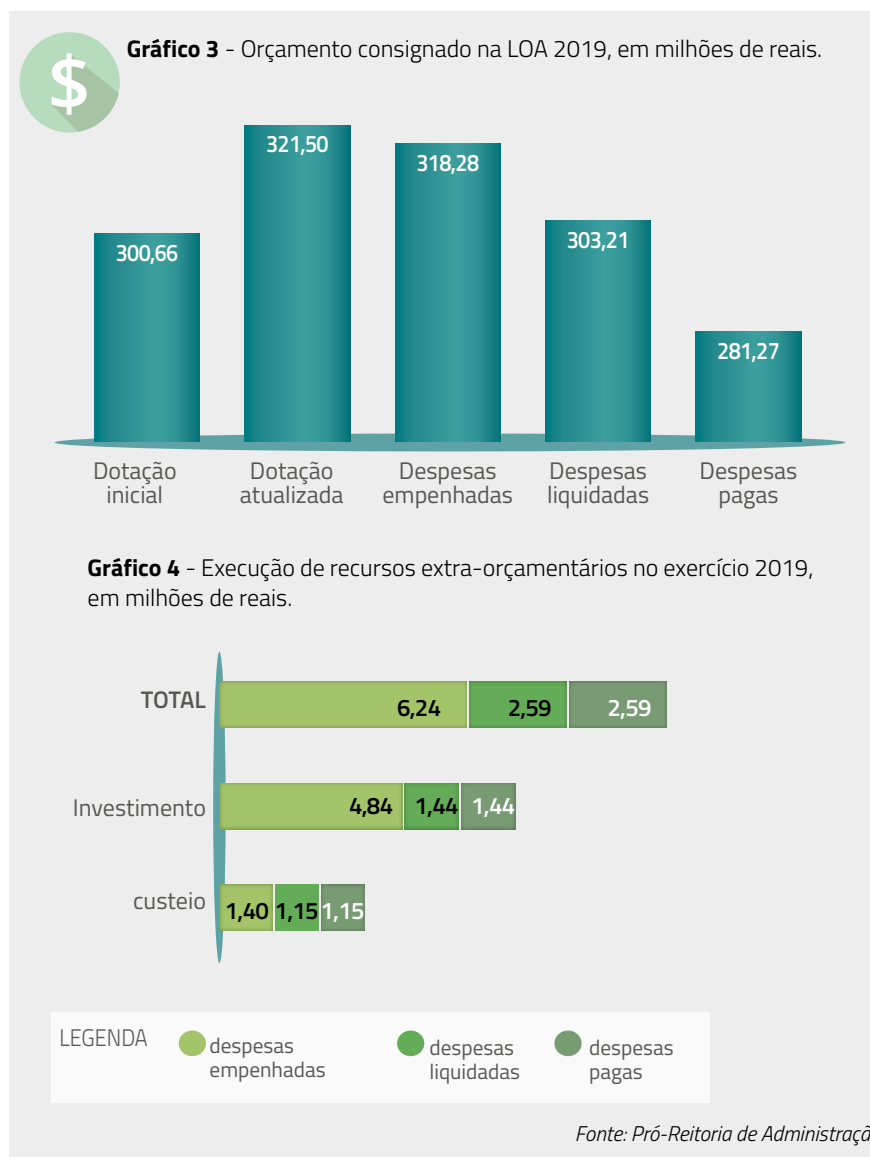
6.1.1. Execução orçamentária e financeira do IFFar

A LOA 2019 consignou ao IFFar R\$ 300,66 milhões. Contudo, para garantir as despesas institucionais no período, principalmente os gastos relativos a pessoal, a dotação inicial foi acrescida de R\$ 20,84 mil reais (+6,93%). Do orçamento total, o órgão executou no exercício R\$ 318,28 milhões, desses, R\$ 263,91 milhões se referem a gastos com pessoal, R\$ 48,86 milhões com custeio e R\$ 5,51 milhões em investimento.

Do total empenhado, R\$ 303,21 milhões foram liquidados, ou seja, 95,25% do total. Dessa forma, foram incluídos em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 14,97 milhões (4,70%). O valor pago representa 87,48% da dotação atualizada.

Quanto à execução financeira, o valor pago em 2019 totalizou R\$ 281,27 milhões, com R\$ 21,94 milhões inscritos em Restos a Pagar Processados. Destaca-se que R\$ 21,61 milhões (98,5%) refere-se à folha de pagamento que, em virtude do processamento, só se concretizou no exercício de 2019.

Destaca-se que o IFFar também executou recursos extra-orçamentá-



rios, que são oriundos de outros órgãos e/ou instituições, no montante de R\$ 6,24 milhões. Desses 77,56% são recursos de investimento e 22,44% de custeio.

Dos valores executados em custeio, 32,38% referem-se a ações de Apoio à Formação Profissional, como e-Tec, Médiotec e Bolsa Formação, e 67,44% à Alimentação Escolar (PNA-ES). Quanto ao investimento, 100% do valor executado refere-se à ação 15R4 - Apoio à expansão, reestruturação e modernização da rede.

Do total dos recursos extra-orçamentários executados em 2019, R\$ 2,59 milhões foram liquidados e pagos

na sua totalidade. Assim, permaneceram em Restos a Pagar para o exercício de 2019 o montante de R\$ 3,65 milhões entre Processados e Não Processados.

6.1.2. Despesas executadas

Para melhor compreensão da execução da despesa no exercício 2019, elas foram divididas em três grupos: despesas com pessoal, despesas de custeio e despesas de investimento.

» **1 Despesas com pessoal:** são os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios e indenizações, além das des-

pesas de pessoal e encargos sociais. Essas despesas representaram R\$ 263,91 milhões (82,91% do total de despesas empenhadas) em 2019.

» **2 Despesas de custeio:** são as despesas necessárias à prestação de serviços, manutenção organizacional e assistência aos estudantes. Tais despesas representaram R\$ 48,86 milhões (15,35% do total de despesas empenhadas) em 2019.

» **3 Despesas de investimentos:** são os recursos financeiros aplicados no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de siste-

mas de TI e outros. Elas representaram R\$ 5,51 milhões (1,73% do total de despesas empenhadas) em 2019.

Comparando as despesas totais empenhadas em 2019 e 2018, percebe-se uma evolução positiva de 9,48%, majoritariamente atribuída ao aumento das despesas relacionadas a gastos com pessoal, que teve um incremento de R\$ 22,81 milhões.

As despesas pagas no exercício 2019 perfazem 88,34% do total empenhado e 92,76% do total liquidado. Os valores liquidados e não pagos referem-se basicamente a despesas obrigatórias vinculadas à folha de pagamento.

Tabela 2 - Despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas e pagas em 2018 e 2019, em milhões de reais.

DESPESAS EM MILHÕES DE REAIS	2019			2018			2018-2019		
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	VARIAÇÃO EMPENHADAS	VARIAÇÃO LIQUIDADAS	VARIAÇÃO PAGAS
Gastos com Pessoal	R\$ 263,91	R\$ 263,81	R\$ 242,30	R\$ 241,10	R\$ 241,10	R\$ 220,87	9,46%	9,42%	9,70%
Custeio	R\$ 48,86	R\$ 37,59	R\$ 37,28	R\$ 44,86	R\$ 38,50	R\$ 38,07	8,92%	-2,35%	-2,06%
Investimento	R\$ 5,51	R\$ 1,71	R\$ 1,69	R\$ 4,75	R\$ 2,48	R\$ 2,29	15,89%	-31,22%	-26,18%
TOTAL	R\$ 318,28	R\$ 303,11	R\$ 281,17	R\$ 290,71	R\$ 282,08	R\$ 261,23	9,48%	7,46%	7,64%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.1.3. Despesas com pessoal

Na Tabela 3, consta o detalhamento das despesas com pessoal empenhadas no IFFar no exercício de 2019. Os principais gastos com pessoal estão relacionados ao salário de servidores e contribuições para a previdência, os quais juntos somam 87,97% do total empenhado. O pagamento de inativos e pensionistas chegou a R\$ 16,77 milhões, 50% do total recolhido em contribuições à previdência. Destaca-se esta informação em virtude de a instituição ter um número pequeno de aposentados e pensionistas quando comparado ao número de servidores ativos, reflexo do ingresso de novos servidores nos últimos dez anos.

Do montante empenhado, foram pagos 91,81%, ou seja, R\$ 242,30 milhões. Os valores não pagos dentro do exercício totalizam R\$ 21,61 milhões e refletem a operacionalização do pagamento junto aos bancos. Os ajustes necessários foram realizados no início do exercício de 2020. Os valores liquidados e empenhados nos exercícios correspondem integralmente.

Comparando os exercícios 2018 e 2019, percebe-se que houve um aumento de 9,46% nas despesas empenhadas com pessoal. As despesas com inativos e pensionistas foram as

que proporcionalmente tiveram maior crescimento, 21,34%, reflexo das aposentadorias no ano de 2018. Em termos nominais, as despesas com ativos evoluíram em R\$ 16,10 milhões de reais.

6.1.4. Despesas com custeio

As despesas de custeio empenhadas no IFFar em 2019 totalizaram R\$ 48,86 milhões e foram subdivididas em dois subgrupos, para separar as ações de assistência e auxílio aos estudantes das ações de funcionamento e manutenção da instituição. Destaca-se que 73,31% das despesas empenhadas de custeio estão relacionadas à manutenção e ao funcionamento das atividades e 26,69% referem-se às despesas de assistência e ao auxílio aos estudantes, tais como: alimentação, moradia, políticas de permanência e êxito e auxílios diversos.

Ressalta-se que no exercício de 2019 as despesas empenhadas para atividades relacionadas ao funcionamento e manutenção do IFFar e à assistência e auxílio aos estudantes tiveram um acréscimo de 7,15% e 14,09%, respectivamente, em relação a 2018. No total, o crescimento em 2019 foi de 8,91% em relação a 2018.

Tabela 3 - Distribuição das despesas com pessoal no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018, em milhões de reais.

DESPESAS COM PESSOAL	2019		2018	
	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Despesas empenhadas	Despesas pagas
Ativos	198,67	179,53	182,57	164,59
Contribuições para a Previdência	33,49	33,49	30,58	30,58
Inativos e Pensionistas	16,77	15,46	13,82	12,70
Auxílios e Benefícios	13,64	12,48	13,40	12,28
Precatórios	1,34	1,34	0,72	0,72
TOTAL	263,91	242,30	241,10	220,87

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Tabela 4 - Distribuição das despesas de custeio no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018, em milhões de reais.

DESPESAS DE CUSTEIO	2019		2018	
	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Despesas empenhadas	Despesas pagas
Funcionamento e manutenção	35,82	27,4	33,43	28,55
Assistência e auxílios a estudantes	13,04	9,88	11,43	9,52
TOTAL	48,86	37,28	44,86	38,07

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.1.5. Despesas com investimentos

A execução do investimento ocorreu basicamente para atender às demandas por equipamentos e mobiliários de laboratórios para os cursos em implantação, reconhecimento de cursos superiores e reorganização de espaços administrativos. Dentre os subelementos das despesas mais representativos estão: R\$ 655.046,63 em mobiliários em geral (ou 11,89% do total das despesas empenhadas em 2019); R\$ 1.051.037,89 em obras em andamento (ou 19,08% do total das despesas empenhadas em 2019) e R\$ 905.034,24 em equipamentos energéticos (ou 16,43% do total das despesas empenhadas em 2019). A Tabela 5 apresenta as despesas com investimentos classificadas de acordo com os elementos da despesa aplicados

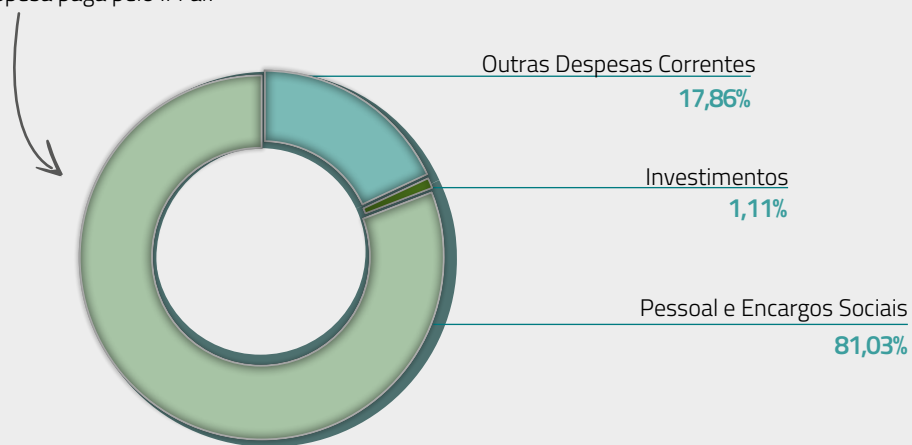
Com base na Tabela 5, observa-se que as despesas de investimentos empenhadas em 2019 tiveram crescimento em 16 % em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os investimentos com equipamentos e material permanente aumentaram em aproximadamente 49,46%, enquanto os investimentos em obras e instalações diminuíram 32,82%.



Tabela 5 - Distribuição das despesas de investimentos no IFFar referente ao orçamento consignado na LOA em 2019 e 2018, em milhões de reais.

DESPESA DE INVESTIMENTOS		2019		2018	
		Despesas empenhadas	Despesas pagas	Despesas empenhadas	Despesas pagas
449040	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ	0,03	0,01	0,00	0,00
449051	Obras e instalações	1,33	0,77	1,98	0,35
449052	Equipamentos e material permanente	4,14	0,91	2,77	1,94
TOTAL		5,51	1,69	4,75	2,29

Gráfico 5 - Distribuição da execução por grupo de despesa paga pelo IFFar.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.1.6. Execução por grupo e elemento de despesa realizados pelo IFFar

A estrutura orçamentária do IFFar está disposta de forma a identificar onde o gasto é realizado. Assim, apresenta-se a seguir a execução total (LOA + extraorçamentário) realizada pelo instituto indiferentemente da origem do recurso, de acordo com cada grupo de despesa paga e com os principais elementos e/ou insumos que foram utilizados ou adquiridos.

Observa-se, no Gráfico 5, que o grupo que envolve as Despesas Obrigatórias com Pessoal e Encargos Sociais representou 81,03% do total das despesas pagas pelo IFFar independentemente da origem dos recursos. Já o grupo Outras Despesas Correntes representou 17,86% deste total. Neste grupo, 25,28% das despesas pagas estiveram relacionadas aos auxílios e benefícios.

As principais despesas do grupo estiveram centradas nos pagamentos relacionados aos vencimentos e vantagens dos servidores, com 73,02% do total das despesas pagas. Nesse elemento, as principais despesas pagas foram referentes a grati-

ficações por cargo efetivo, salários e vencimentos.

Dos valores pagos em Outras Despesas Correntes, 29,41% corresponderam a serviços de terceiros - PJ. Entre essas despesas, destacaram-se os pagamentos com limpeza e conservação, vigilância, fornecimento de alimentação para estudantes, entre outros. Nesse contexto, a locação de mão-de-obra para as atividades de manutenção e funcionamento das unidades é bastante representativa, chegando a 20,19% do total pago.

As principais despesas pagas no grupo Investimentos estão relacionadas a obras e instalações, as quais representam 70,7% deste total. Em equipamentos e material permanente foi aplicado 28,98% do total das despesas pagas.

Analisando os exercícios 2019 e 2018, observa-se que houve aumento no total das despesas empenhadas em R\$ 31,83 milhões de reais, dos quais 66,70% referem-se às despesas com pessoal. Em relação às despesas pagas, houve um aumento de R\$ 20,73 milhões de reais.

Tabela 6 – Total de despesas com Pessoal e Encargos Sociais no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.

DETALHAMENTO DA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
01. Aposent. RPPS, reser. remuner. e reform. militar	13,94	13,94	12,83
11. Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil	185,62	185,62	166,83
13. Obrigações patronais	34,65	34,65	34,65
Demais elementos	14,71	14,71	14,16
TOTAL	248,93	248,93	228,47

Tabela 7 – Total de Outras Despesas Correntes no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.

DETALHAMENTO DA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
18. Auxílio financeiro a estudantes	3,74	3,74	3,74
30. Material de consumo	5,45	3,91	3,91
37. Locação e mão-de-obra	12,78	10,52	10,38
39. Outros serviços de terceiros - PJ	21,43	14,83	14,81
46. Auxílio - alimentação	7,67	7,67	7,02
Demais elementos	12,19	11,15	10,48
TOTAL	63,27	51,82	50,34

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.



Tabela 8 – Total de despesas com Investimentos no exercício de 2019 no IFFar, em milhões de reais.

DETALHAMENTO DA DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
51. Obras e Instalações	4,29	2,22	2,22
52. Equipamentos e Material Permanente	6,03	0,93	0,91
Demais Elementos	0,03	0,01	0,01
TOTAL	10,34	3,15	3,14

Tabela 9 – Total de despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2019 e 2018, por grupo de despesa em milhões de reais.

GRUPO DE DESPESA	2019			2018			2018-2019	
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	Evolução Despesas empenhadas	Variação das Despesas Empenhadas
Gastos com Pessoal	248,93	248,93	228,47	227,70	227,70	208,59	21,23	9,32%
Custeio	63,27	51,82	50,34	58,26	51,90	50,35	5,01	8,60%
Investimento	10,34	3,15	3,14	4,75	2,48	2,29	5,59	117,67%
TOTAL	322,54	303,90	281,96	290,71	282,08	261,23	31,83	10,95%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.1.7. Execução de restos a pagar

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe a legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base na Lei N° 4.320/64, no Decreto N° 93.872/86, no Decreto N° 7.654/2011 e no Acórdão TCU N° 3.108/2011.

O IFFar executa os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Desde os anos anteriores, como em 2016, quando da inclusão de Restos a Pagar referentes exercício de 2015, adotou-se no IFFar procedimentos que visam a melhorar o acompanhamento e a execução desses recursos, os quais formam subsídios para as inclusões posteriores, inclusive do exercício de 2019. Os Restos a Pagar inscritos em 2018 que foram executados em 2019 referem-se principalmente a obras e a equipamentos, despesas correntes com material de consumo e serviços de pessoas jurídicas e despesas com folha de pagamento.

Os valores inscritos e reinscritos em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 37,02

milhões de reais. Deste montante, somente 1,6% foi reinscrito no exercício de 2020. Redução de aproximadamente 85% se comparado com as reinscrições para 2019.

Dos valores em Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, 41,62% são do tipo Não Processados e representam as despesas empenhadas que não foram liquidadas. Desses recursos, a parcela mais significativa refere-se às despesas fixas referentes ao exercício de 2018. Observa-se também que 90,41% dos Restos a Pagar foram pagos no exercício de 2019, enquanto 7,94% foram cancelados.

Podemos observar ao longo dos cinco últimos exercícios uma manutenção nos estoques de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. Em 2015, eles somavam em torno de R\$ 24,80 milhões, enquanto em 2018, R\$ 23,40 milhões. Porém, o ano de 2019 reservou um aumento para R\$ 37,02 milhões, muito devido ao pagamento da folha de servidores ativos, correspondendo a 43,57% do montante e ainda às obras em andamento, 17,91% do total.



Gráfico 6 - Execução de Restos a Pagar no IFFar no exercício 2019, em milhões de reais.

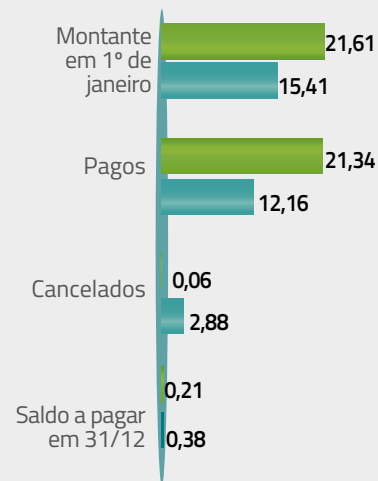
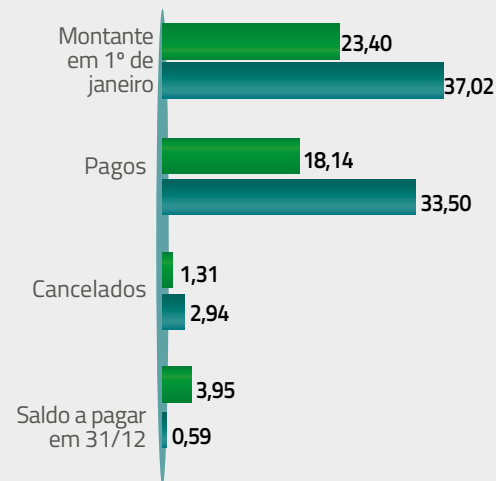
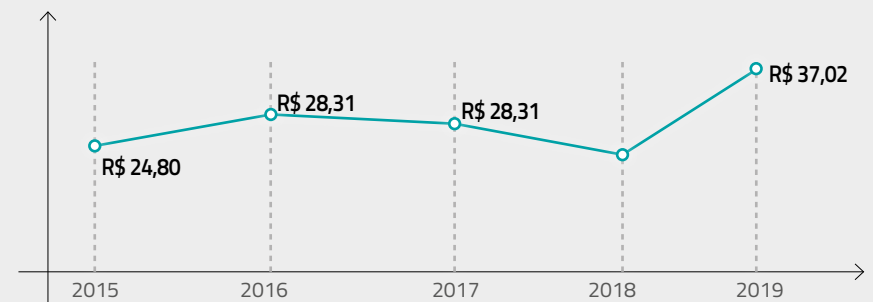


Gráfico 7 - Execução de Restos a Pagar no IFFar nos exercícios 2018 e 2019, em milhões de reais.



LEGENDA ● RP Processados ● RP Não Processados | ● 2018 ● 2019

Gráfico 8 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores no IFFar.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.1.8. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Com relação às questões de execução orçamentária e financeira do exercício de 2019, é sabido que desde o final do exercício de 2013, com pequeno agravamento em 2014, impacto drástico em 2015 e reflexo negativo entre 2017 e 2018, a gestão orçamentária tornou-se mais instável em virtude dos contingenciamentos ocorridos. Contudo, por prudência, sempre se organizou anualmente no IFFar o planejamento das despesas com margem de 10% como forma de segurança, a fim de garantir o andamento responsável dos gastos. A depender da capacidade de execução ao longo do exercício, articula-se com a Setec a liberação dos valores contingenciados para a efetivação do planejamento inicial.

Com as liberações já no final do exercício, chegou-se à execução de aproximadamente 99% do orçamento de custeio e investimento consignado na LOA. Esse fato gerou um aumento nos Restos a Pagar Não Processados a serem inscritos para o exercício seguinte. Se as liberações dos limites de empenho ocorressem em um prazo razoável, e se as incertezas sobre

o orçamento real do IFFar fossem reduzidas, haveria ganhos significativos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, também seria reduzido significativamente o montante de Restos a Pagar. Com efeito, as ações de longo prazo acabam por ser estagnadas no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo.

Apesar das tantas dificuldades que derivam das incertezas em relação ao orçamento institucional, o IFFar prossegue com foco na execução responsável e eficaz de seus recursos, como se pode observar nos demonstrativos apresentados neste relatório. O resultado é a efetivação das ações de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

O cenário financeiro vivenciado nos últimos exercícios, que não foi diferente em 2019, proporcionou insegurança quanto aos prazos legais para pagamento de fornecedores. Dessa forma, torna-se importante fixar que a atual organização das áreas de licitações e contratos e de execução orçamentária e financeira em cada unidade do IFFar possibilitou vencer os

desafios enfrentados.

Principais impactos do contingenciamento

O contingenciamento orçamentário ocorrido em 2019 afetou a execução de parte do planejamento de gastos de várias unidades do IFFar, acarretando os seguintes prejuízos à programação institucional:

- » Exigência de sucessivas reprogramações orçamentárias ao longo de 2019, com o propósito de atender obrigações contratuais e garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais;
- » Limites orçamentários liberados no final do exercício acarretaram atrasos na abertura de certos processos licitatórios, o que estimulou as inscrições de Restos a Pagar;
- » Adiamento ou cancelamento de novas despesas de custeio e de investimentos em áreas estratégicas do IFFar.

Medidas para reduzir o impacto do contingenciamento

Medidas de adequação do gasto que vêm sendo adotadas para ade-

quar a realidade orçamentária e financeira vivenciada pelo IFFar:

- » Definição de critérios pelo Colégio de Dirigentes para despesas de investimento;
- » Reestruturação do quadro de terceirizados nas unidades do instituto;
- » Priorização para pagamentos de despesas relacionadas à assistência aos estudantes;
- » Planejamento de ações estratégicas de acordo com as prioridades de gastos de cada unidade.

Desafios

- » Manter bom funcionamento de toda a estrutura do IFFar apesar do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras, garantindo a qualidade institucional;
- » Aprimorar a qualidade e a transparência dos gastos públicos;
- » Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do IFFar;
- » Garantir a qualidade nas contratações.

Ações

- » Aprimorar ações que visem à racionalização das despesas no órgão;

- » Estimular boas práticas de redução de custos;
- » Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;
- » Intensificar a comunicação visando à conscientização dos servidores;
- » Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas que foram implementadas;
- » Possibilitar a capacitação dos servidores envolvidos nas ações de execução e acompanhamento orçamentário, bem como nas aquisições e contratações.

6.2. Gestão de pessoas

6.2.1. Conformidade legal

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) está vinculada ao órgão setorial na área de pessoal no Ministério da Educação (MEC) denominado de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que atualmente denomina-se Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, a qual edita normas e orientações com

relação a área de pessoal.

A Lei Nº 11.892/2008 propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Para tanto, a Gestão de Pessoas atua diretamente na organização do resgate e do registro de informações de pessoal. Também age articulando a promoção de capacitação e qualificação dos quadros de pessoal, um requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Para assegurar a conformidade com a Lei Nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha trabalha com observância da Lei Nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e da Lei Nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como das diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda com relação às formas de

atendimento aos requisitos legais da Instituição, são utilizadas as Resoluções do Conselho Superior do IFFar, Pareceres do Colegiado de Dirigentes e Instruções Normativas. Essas, por conseguinte, seguem as Notas Técnicas e Orientações Normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP), do Ministério da Economia, assim como serão revisadas com base no Decreto Nº 10139/2019 e atualizações decorrentes dele, que tratam da revisão e consolidação dos Atos Normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No ano de 2019, o IFFar emitiu um total de 2.136 atos, entre eles:

- » Resoluções: 116
- » Instruções Normativas: 07
- » Portarias: 1912
- » Ordem de Serviço: 101

Assentamento Funcional Digital – AFD

O Assentamento Funcional Digital - AFD foi criado através da Portaria Normativa/ SEGRT/MP Nº 04, de 10 de março de 2016, para os servi-

dores públicos federais efetivos, comissionados ou a estes equiparados, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, como forma de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão, resguardar os direitos e os deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes, sendo considerado documento arquivístico.

Para os efeitos da Portaria Normativa, equiparam-se a servidor os empregados públicos, os contratados temporariamente, os residentes, os estagiários, os militares de ex-territórios e do Distrito Federal e os participantes do Programa Mais Médicos.

Em 01 de agosto de 2018, a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGP), através da Portaria Normativa Nº 9, instituiu novas orientações quanto à digitalização do Assentamento Funcional, sendo criado o Novo Sistema SIGEPE - AFD, tendo em vista o atendimento às necessidades de integração com os sistemas SIAPE e SIGEPE.

O Assentamento Funcional Digital (AFD) é um dossiê, uma mídia digital, que será tratado como fonte primária de informação de dados ca-

dastrais de servidores e substituirá a tradicional Pasta Funcional. Tal pasta se constitui de documentos que compõem o legado e documentos pós legado.

O Legado é o conjunto de documentos não digitais relativos à vida funcional do servidor, na forma que se encontram em cada unidade de gestão de pessoas até 30/06/2016, excluídos os documentos médicos não previstos na tabela de documentos funcionais.

O IFFar contratou empresa especializada para realizar a digitalização do legado, que é composto por cerca de 220 mil documentos. A previsão que se tem de término desse trabalho é o primeiro semestre de 2020. Nesse processo, os documentos que não são considerados legados estão sendo incluídos, pela CGP de cada unidade do IFFar, no AFD, o qual é atualizado regularmente, em consonância com o previsto nas orientações legais sobre o assunto.

Controle externo

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU),

de forma a corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas - apontamentos, diligências e recomendações - são respondidas com atenção aos prazos e controles.

No ano de 2019, foram apuradas questões motivadas pelo TCU/CGU que trataram de possíveis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, recebimento de auxílio-transporte, quebra da Dedicção Exclusiva e descumprimento de jornada de trabalho, conforme quantitativos de apontamentos respondidos descritos abaixo:

- » Descumprimento de dedicação exclusiva: 06 apontamentos;
- » Acumulações indevidas de cargo público: 04 apontamentos;
- » Recebimento de auxílio transporte (superior a R\$ 800,00) e que residem no mesmo município do trabalho: 23 apontamentos;
- » Recebimento de auxílio transporte (superior a R\$ 1000,00) e que residem no mesmo município do trabalho: 23 apontamentos;
- » Recebimento de auxílio transporte (superior a R\$ 1000,00): 34 aponta-

mentos;

- » Recebimento irregular de auxílio alimentação: 05 apontamentos;
- » Recebimento de quintos/décimos: 06 apontamentos;
- » Descumprimento de jornada de trabalho: 02 apontamentos;
- » Jornada Flexibilizada: informação sobre todos os servidores e setores do IFFar que possuem jornada flexibilizada - total de 194 servidores e 46 setores.

Destaca-se que todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (SISAC), conforme Instrução Normativa TCU 78-2018.

Segue o registro de Atos SISAC/e-
-pessoal no ano de 2019:

- » Admissão: 199
- » Desligamento: 108
- » Aposentadoria: 10

6.2.2. Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é composto, em sua maioria, por duas

carreiras: Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei Nº 12.772/2012; e Técnico-Administrativos em Educação, regidos pela Lei Nº 11.091/2005. Também constituem o quadro de servidores do IFFar, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

A força de trabalho do IFFar é distribuída por meio das lotações de pessoal, nas onze unidades de ensino e uma unidade administrativa, conforme a Tabela 10.

Em relação à jornada de trabalho, a grande maioria dos servidores TAEs estatutários são submetidos à jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais. Já entre os Docentes predomina o regime de dedicação exclusiva.

A seguir, é apresentada a distribuição dos servidores em relação ao sexo, faixa etária e titulação.

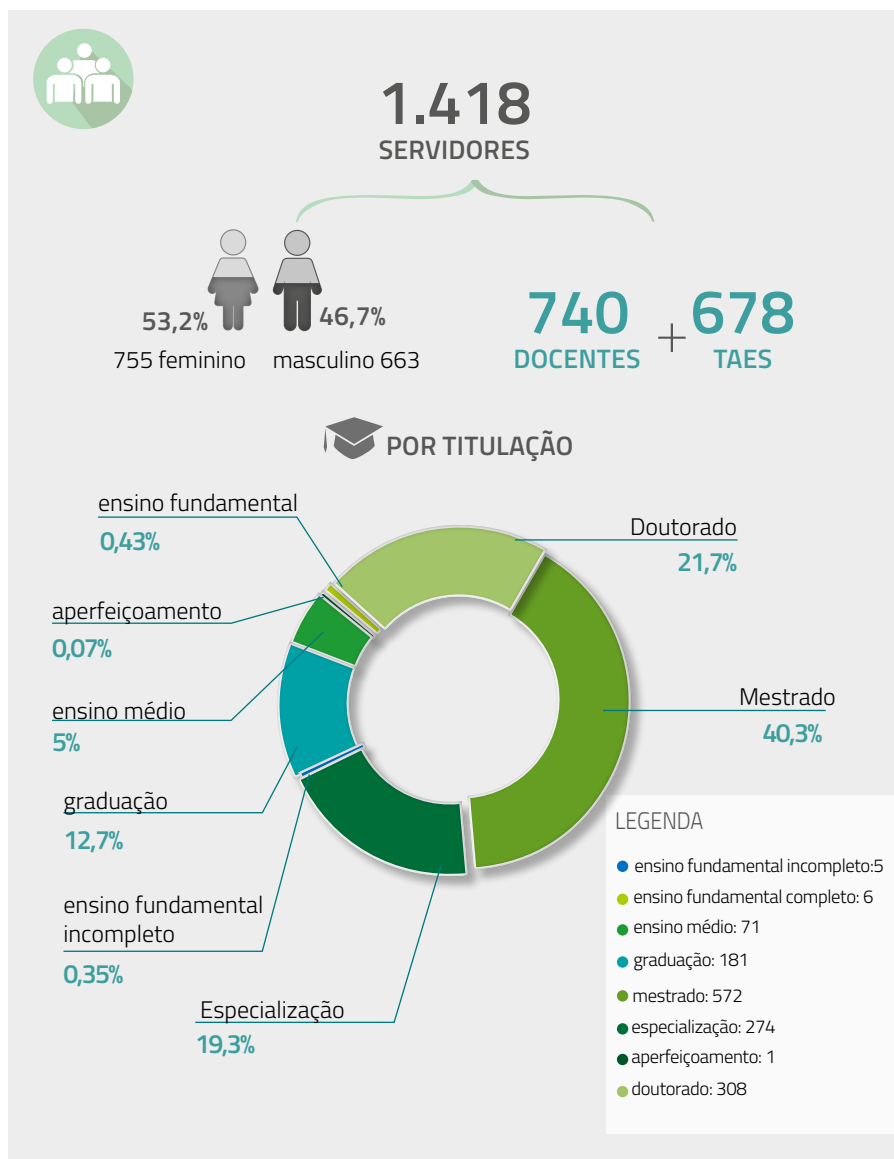


Tabela 10 - Distribuição da força de trabalho em relação à unidade de lotação.

UNIDADE DE LOTAÇÃO	DOCENTE	TAE
Reitoria	0	90
Alegrete	109	82
São Vicente do Sul	119	102
Santa Rosa	68	55
Júlio de Castilhos	71	61
Santo Augusto	66	51
Panambi	64	56
São Borja	59	55
Jaguari	37	38
Santo Ângelo	53	41
Uruguaiana	23	14
Frederico Westphalen	61	33
TOTAL	740	678

Tabela 11 - Distribuição da força de trabalho em relação à carga horária.

CARREIRA	CARGA HORÁRIA	Nº DE SERVIDORES
TAE	40h	665
	25h	6
	20h	7
Docente	Dedicação Exclusiva	735
	40h	1
	20h	4
TOTAL		1418

Tabela 12 - Distribuição da força de trabalho de acordo com o perfil dos servidores.

PERFIL DOS SERVIDORES	DOCENTE	TAE
Sexo	740	678
Masculino	345	318
Feminino	395	360
Faixa etária	740	678
18 a 30 anos	78	96
31 a 40 anos	373	348
41 a 50 anos	208	145
51 a 60 anos	74	75
maior que 60 anos	7	14

PERFIL DOS SERVIDORES	DOCENTE	TAE
Titulação	740	678
Doutorado	287	21
Mestrado	398	174
Especialização	44	230
Aperfeiçoamento	1	0
Graduação	10	171
Ensino médio	0	71
Ensino fundamental	0	6
Ensino fundamental incompleto	0	5

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.2.3. Quantidade de cargos gerenciais ocupados

Na tabela 13 a seguir, é possível verificar o número de cargos de Direção e Funções Gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-04 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União, e os demais Cargos em Comissão/Gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

Tabela 13 - Cargos gerenciais ocupados.

CARGOS DE DIREÇÃO		FUNÇÃO GRATIFICADA	
CD 01	01	FG 01	63
CD 02	15	FG 02	92
CD 03	20	FG 03	08
CD 04	41	FG 04	14
		FG 05	24
		FUC	185

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.2.4. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e alocação de pessoal no IFFar é realizado por meio

de concurso público e processos seletivos simplificados. Os concursos públicos ocorrem de acordo com o Art. 37, II, da Constituição Federal:

A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

E o Art. 10 da Lei Nº 8.112/1990:

A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Ainda, o Decreto Nº 9.739, de 28 de Março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo

Federal – SIORG. Em decorrência do Decreto Nº 7.312/2010 e do Decreto Nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais regidos pela Lei Nº 8.745/93, referente a professores substitutos e admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, são normatizados pela própria Lei.

Quanto aos provimentos das vagas previstas em concurso, esses devem estar planejados pela Instituição, de acordo com Portaria Interministerial Nº109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação - MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme Art. 2º, I, alíneas b e c:

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:
I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos qua-

dros de referência de servidores técnico-administrativos em educação;

b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e

c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto Nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018, e com o Decreto Nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, assim como vedam a abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas

Unidades do IFFar respeita a Portaria Nº 246, de 15 de abril 2016, que dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II. Ela também define normas e parâmetros para a sua implementação, indicando os quantitativos de Técnico- Administrativos em Educação e Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de docentes na Reitoria. Além da portaria 246 supracitada, o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

Quanto à mobilidade interna dos servidores da Instituição, desde 2013, ela é realizada por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido. O intuito desse processo é selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em

consonância com o disposto na Lei Nº 8.112/1990. Desde agosto de 2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI Nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Outras remoções ocorreram por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como por motivo de acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto na Lei Nº 8.112/90. Assim, no ano de 2019, pelos diferentes motivos entre os elencados, o IFFar registrou um total de 29 remoções, das quais: 11 (onze) Técnico-Administrativos em Educação e 18 (dezoito) docentes.

6.2.5. Despesa de pessoal

A despesa de pessoal no IFFar apresenta anualmente acréscimo devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras Docen-

te e TAE. Em quantitativos globais, o total de servidores passou de 1.409 no ano de 2018, para 1.418 no ano de 2019, produzindo o resultado conforme demonstra o Quadro 7.

O IFFar registra um aumento nos valores do exercício 2019 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão, devido ao recebimento de valores de exercícios anteriores e judiciais. Salienta-se que o pagamento de exercício anterior ocorre através de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Os servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, desta forma, considera-se normal a oscilação nos valores.



Quadro 7 - Despesas com pessoal.

QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO 2019 E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2019	R\$ 78.805.329,87	R\$ 0,00	R\$ 39.050.187,65	R\$ 6.484.699,01	R\$ 9.454.898,69	R\$ 13.887.848,50	R\$ 424.581,68	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 151.920.283,50
	2018	R\$ 74.142.746,98	R\$ 0,00	R\$ 31.746.146,77	R\$ 1.752.824,21	R\$ 9.286.646,55	R\$ 13.213.599,51	R\$ 439.617,90	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 130.806.058,47
	2017	R\$ 75.544.919,92	R\$ 0,00	R\$ 32.752.475,45	R\$ 6.360.219,09	R\$ 9.957.935,05	R\$ 11.633.773,67	R\$ 534.904,39	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 137.028.208,09
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2019	R\$ 4.207.968,08	R\$ 0,00	R\$ 490.441,78	R\$ 29.659,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,35	R\$ 0,00	R\$ 4.728.187,27
	2018	R\$ 4.879.461,44	R\$ 0,00	R\$ 588.143,80	R\$ 71.256,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 348,39	R\$ 0,00	R\$ 5.539.209,89
	2017	R\$ 4.426.623,35	R\$ 0,00	R\$ 510.159,25	R\$ 60.352,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.997.134,88
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2019	R\$ 154.662,20	R\$ 0,00	R\$ 22.298,23	R\$ 7.376,96	R\$ 5.038,00	R\$ 8.374,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197.749,47
	2018	R\$ 146.706,34	R\$ 0,00	R\$ 17.198,22	R\$ 3.718,08	R\$ 5.038,00	R\$ 6.187,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.847,77
	2017	R\$ 179.571,17	R\$ 0,00	R\$ 19.071,18	R\$ 7.306,17	R\$ 9.160,00	R\$ 11.123,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 226.232,36
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2019	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.136.122,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 7.948.861,00
	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.006.804,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 4.231.281,33
	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.194.433,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 4.438.414,26
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2019	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 590.932,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.733.102,05	R\$ 79.636,05	R\$ 4.403.670,87
	2018	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 610.013,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.617,50	R\$ 103.859,05	R\$ 834.490,50
	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 648.016,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 124.729,47	R\$ 119.251,05	R\$ 891.997,31

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.2.6. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A carreira Técnica Administrativa em Educação (TAE) está fundamentada pela Lei Nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui, ainda, quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada 18 meses, quando realizado a Progressão por Mérito Profissional, existindo ainda a progressão por capacitação, o que ocorre também a cada 18 meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica.

A carreira dos servidores docentes é regida pela Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. De acordo com a referida lei, o docente ingressa no nível 1, classe DI. Sua progressão depende da titulação, tempo de exer-

cício e avaliação de desempenho e as avaliações de desempenho da carreira docente ocorrem a cada 24 meses de efetivo exercício.

Além disso, de acordo com o Art. 18 da Lei Nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CONSUP Nº 62, de 05 de novembro de 2014.

Em 2019, vinte e um (21) docentes obtiveram o Reconhecimento de Saberes e Competências no IFFar e 02 (dois) docentes passaram a Titular. Ainda, 6 (seis) docentes tiveram a RSC revogada ante encaminhamento da Retribuição por Titulação.

Estágio probatório

A avaliação do estágio probatório no IFFar é regulamentada pela Portaria Nº 497, de 28 de julho de 2010, a qual determina as normas

de acompanhamento e avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório. A avaliação ocorre a cada oito meses de efetivo exercício do cargo, sendo que os servidores Técnico-Administrativos em Educação e Docentes estão sujeitos a estágio probatório pelo período de trinta e dois meses, existindo quatro meses para realização da homologação.

O desempenho do servidor no cargo é avaliado observando-se os fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, conforme o art. 20 da Lei No 8.112/90. No ano de 2019, houve 65 estágios probatórios homologados no IFFar.

Remuneração

A remuneração das carreiras TAE do IFFar é regida pela Lei Nº 11.091/2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, acrescido dos valores referente a Incentivo à Qualificação conforme os percentuais previstos em lei.

Tabela 14 – Padrão de vencimento inicial da carreira TAE.

CARREIRA DO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	
Nível	Vencimento Básico Nível 1
A	R\$ 1.326,72
B	R\$ 1.606,41
C	R\$ 1.945,07
D	R\$ 2.446,96
E	R\$ 4.180,66

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

A remuneração da carreira docente do IFFar é regida pela Lei Nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, acrescido dos valores referente a Retribuição por Titulação (Especialização, Mestrado e Doutorado).

Tabela 15 - Padrão de vencimento inicial da carreira Docente.

CARREIRA DO ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	
Regime de Trabalho	Vencimento Básico D I
Dedicação Exclusiva	R\$ 4.472,64
40 horas	R\$ 3.130,85
20 horas	R\$ 2.236,32

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.2.7. Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar estabeleceu, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), o qual se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio Mensalidade e Auxílio Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós- Graduação *strictu sensu*. No ano 2016, através da Resolução CONSUP N° 007, de 26 de fevereiro de 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós- Graduação *lato sensu*, em Instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias. Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP serão fracionados de forma igualitária entre as três modalidades existentes, em caráter de ressarcimento, sendo as modalidades caracterizadas como:

a) Bolsa de Estudo (PIIQP-BE): Destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, em cursos de graduação e programas de Pós- Graduação em instituições nacionais;

b) Auxílio Mensalidade (PIIQP-AM): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de Pós- Graduação em instituições nacionais e privadas;

c) Auxílio Deslocamento (PIIQP-AD): Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de Pós- Graduação em instituições nacionais localizadas em municípios diferentes ao de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas estão os recursos destinados ao PIIQP e PIIQPE que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre através de edital semestral, em que o servidor deverá atender as exigências da Resolução CONSUP.

No ano de 2019, foram utilizados R\$ 348.947,34 no programa PIIQP, atendendo um total de 361 servidores.

Tabela 16 - Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional.

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019		SEGUNDO SEMESTRE DE 2019	
Modalidade	Número de servidores contemplados	Modalidade	Número de servidores contemplados
PIIQP-BE	104	PIIQP-BE	79
PIIQP-AM	36	PIIQP-AM	29
PIIQP-AD	66	PIIQP-AD	47
Total	206	Total	155

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Com relação ao Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE), aprovado através do anexo I da Resolução CONSUP N° 007, de 26 de fevereiro de 2016, tal programa possui caráter e proposição institucional com objetivo de atender à qualificação, em nível de Pós- Graduação *strictu sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no exterior e no país.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, especializações em Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, conveniado com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PIIQPPE está em andamento - Doutorado Interinstitucional (Dinter) convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Pelotas, na área de Informática, seleção para

25 vagas, a qual teve 23 servidores aprovados, com início das aulas em março de 2020.

Com relação à qualificação profissional, em atendimento ao Art. 96-A da Lei Nº 8.112/90, que prevê a possibilidade de afastamento integral para realização de curso de Pós-Graduação *Stritu Sensu*, o IFFar, desde 2011, possibilita que os servidores se afastem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação, o que é possível a partir das diretrizes reformuladas por meio da Resolução CONSUP Nº 070/2018, que prevê a realização de seleção, através de edital semestral, no percentual de 10% de total de servidores, por categoria (docentes e técnico-administrativos), os quais concorrem entre si.

No ano de 2019, foram contemplados no edital de afastamento integral 37 docentes e 24 técnico-administrativos do IFFar. Já quanto aos afastamentos parciais, 86 servidores estiveram afastados, desses, 42 são técnico-administrativos e 44 são docentes.

Em agosto/2019, a partir da edição do Decreto Nº 9.991/2019, que revogou o Decreto Nº 5.707/2006 e instituiu a Política Nacional de

Desenvolvimento de Pessoas, as capacitações e qualificações dos servidores deverão estar previstas no Plano de Desenvolvimento do IFFar (PDP), o qual foi cadastrado na plataforma, conforme o prazo estabelecido e será executado no ano de 2020. Salienta-se que todo ano o PDP do IFFar deverá ser planejado e cadastrado, o que será realizado a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores, a partir de capacitação e formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida e projetos culturais, foi criado, em 2014, pela Resolução CONSUP Nº 086/2014, e alterado pela Resolução CONSUP nº 046/2016, o Programa Institucional de Desenvolvimento (PID), que funciona por meio de cadastro dos projetos e ações em fluxo contínuo.

O PID prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução CONSUP Nº 077/2019, concedido através de edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio

de cada Unidade do IFFar. No ano de 2019, o valor correspondente a 1% do custeio de cada Unidade somou o total de R\$ 332.461,72.

6.2.7. 1. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar

O SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal - instituído pelo Decreto Nº 6.833, de 29/04/2009, tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida em Lei.

A portaria SRH Nº 797, de 22 de Março de 2010, que instituiu o Manual de Perícia Oficial em Saúde objetiva orientar os órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) quanto aos procedimentos relativos à perícia médica e odontológica, de que trata o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da

União (Lei Nº 8.112/90).

Até agosto de 2019, o IFFar era conveniado com a UFSM para as ações inerentes ao SIASS e, a partir de planejamento alinhado com organização da força de pessoal, em 28 de agosto de 2019, o IFFar tornou-se unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), passando a atender as demandas institucionais da área de saúde, aspecto que qualificou o trabalho já corrente. Salienta-se que este foi um dos desafios projetados pelo IFFar para 2019 e foi concretizado.

Ainda, em 11 de dezembro 2019, foi aprovada, pela Resolução CONSUP Nº 073/2019, a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do IFFar, visando à promoção e à manutenção da saúde, da segurança e da qualidade de vida dos servidores, a partir da proposição de projetos e ações relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

6.2.7. 2. Segurança no trabalho

A Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que têm por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar

acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. No IFFar, a equipe responsável pela segurança no trabalho é composta por uma engenheira e uma técnica de segurança do trabalho.

As principais atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Segurança no Trabalho no ano de 2019 foram: levantamento de riscos, elaboração de laudo de avaliação ambiental por *campus*, confecção de mapas de risco, registros de acidentes de trabalho, medidas preventivas e corretivas de acidentes de trabalho, envio de informativos relacionados à área de segurança do trabalho a servidores da instituição, elaboração de laudos individuais com fins de concessão de adicional ocupacional, avaliação de atividades de profissional terceirizado, confecção de termos de referência para compra de equipamentos de proteção individual (EPI), estudo ergonômico de postos de trabalho, elaboração de subsídios judiciais e atuação como assistente técnica em perícias judiciais, emissão de Perfis Profissiográficos Previdenciários.

A Tabela 17 demonstra o quantitativo de servidores beneficiados por ações de segurança no trabalho em 2019.

Tabela 17 - Ações de segurança no trabalho desenvolvidas no IFFar em 2019.

AÇÃO	Número de servidores
Levantamento ergonômico dos postos de trabalho	46
Levantamento de riscos	161
Perfis Profissiográficos Previdenciários	8
Subsídios judiciais e assistência técnica	2
Termos de referência para compra de EPI's	1
Laudos individuais para concessão de adicional ocupacional	37
Registros de acidentes, medidas corretivas e preventivas	4
Envio de informativos relacionados à segurança do trabalho	1476

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas.

Cabe salientar que a criação do módulo de vigilância de concessão de adicionais ocupacionais, dentro do Sistema SIASS, possibilitou o cadastro de 114 laudos, no decorrer de 2019.

6.2.7. 3. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas - CAGEP

O Comitê Assessor de Gestão de Pessoas é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade colaborar para a inovação e aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, de promover o desenvolvimento institucional ético e responsável e de zelar pela correta execução das políticas de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Farroupilha, por meio da interação na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, entre Diretoria de Gestão de Pessoas e sua equipe e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, nos *campi*.

Uma das práticas de gestão realizadas pelo CAGEP é o “Café Virtual”, projeto constituído por reuniões semanais que objetivam a gestão democrática e dialogada com todas as unidades. O projeto caracteriza-se por oportunizar um momento informativo, propositivo e de aprimoramento dos conhecimentos, a partir de temáticas que envolvem a DGP, a Coordenação de Administração e Pagamento, a Coordenação de Desen-

volvimento de Pessoas e as Coordenações de Gestão de Pessoas da reitoria e dos onze *campi*.

6.2.8. Principais desafios e ações futuras

Em consonância com o PDI 2019-2026, a área de pessoal possui desafios e ações a implementar.

Desafios:

- » Criar um Programa de Preparação para Aposentadoria;
- » Aprimorar progressivamente a utilização dos recursos de capacitação;
- » Revisar a Política de Gestão de Pessoas, documento norteador das ações que envolvem a área de pessoal no IFFar.

Ações futuras:

- » Articular juntamente com as unidades do IFFar a proposição de ações e projetos envolvendo a QVT, com o objetivo de protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e de satisfação com o ambiente de trabalho;

- » Utilizar integralmente o Sistema Integrado de Gestão para processos de natureza funcional, buscando a sustentabilidade ambiental e a agilidade das demandas;
- » Retomar e ampliar o Curso de Formação de Gestores, que já teve uma edição organizada por comissão específica para tal objetivo;
- » Realizar o dimensionamento da força de trabalho;
- » Atualizar todas as normativas que tiveram impacto com a edição do Decreto N° 9.991/2019.

6.3. Gestão de licitações e contratos

A execução orçamentária classificada por modalidade possibilita ao gestor analisar a totalidade da despesa, comparando-as de forma que se visualize as principais formas de contratação do instituto. A seguir, a Tabela 18 mostra as despesas executadas e pagas pelas referidas modalidades de contratação.

Destaca-se que o item Pagamento em Folha informa aquelas despesas

relacionadas ao grupo de natureza de despesas 1(um). Algumas despesas que são pagas via folha de pagamento, como os auxílios transporte, alimentação, saúde, creche, funeral e outros, ficam informados no quadro como Outros. Assim, o valor real realizado via Folha de Pagamento no exercício de 2019 foi de R\$ 263,91 milhões, dos quais, R\$ 14,98 milhões estão dispostas como outras modalidades.

Em 2019, observa-se que 77,18% das despesas se referem a Pagamento em Folha e 11,82% a Pregão. Porém, quando descontados do Total das Despesas as modalidades de licitações Pagamento de Pessoal e Outros, o Pregão passa a representar 74,96% do Total das Despesas Executadas em 2019.

Em relação à despesa com Diárias, houve uma redução de 53,37% no exercício de 2019 quando comparada com 2018, que, em termos absolutos, representa uma diminuição de R\$ 492.630,70. Esse fato se deve à reorganização das atividades administrativas como reuniões e eventos internos, participação de servidores em eventos nacionais e internacionais, capacitações de servidores fora de sede. Nesse mesmo contexto, houve redu-

ção significativa nas despesas com locomoção da ordem de 50%.

O valor elevado da modalidade de licitação "Outros" na Tabela 18 está diretamente relacionado aos valores de auxílios e assistência aos servidores que somam R\$ 15,68 milhões de reais, ou seja, 70% do seu total. Além dessa despesa, podemos citar ainda auxílios financeiros a estudantes e auxílio pesquisador, que juntos somam R\$ 3,91 milhões, representando 17% do total da modalidade de licitação "Outros".

Os montantes referentes à modalidade de licitação Contratações Diretas somam R\$ 8,72 milhões (2,71% do total empenhado e 11,92% quando descontadas as despesas com Pagamento de Pessoal). Tais contratos representam basicamente os serviços de energia elétrica, água e esgoto, publicidade legal, locação de espaço público e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Ao comparar os últimos três exercícios, percebe-se que houve evolução significativa de 80,85% nas Contratações Diretas entre os anos 2017 e 2019. Esse movimento está diretamente relacionado ao aumento das despesas com energia elétrica, con-

tratamento de fundação para concurso público e remanescente de obras. Já em relação aos exercícios 2018 e 2019, houve uma evolução de 18,84% nas despesas desta modalidade de licitação.

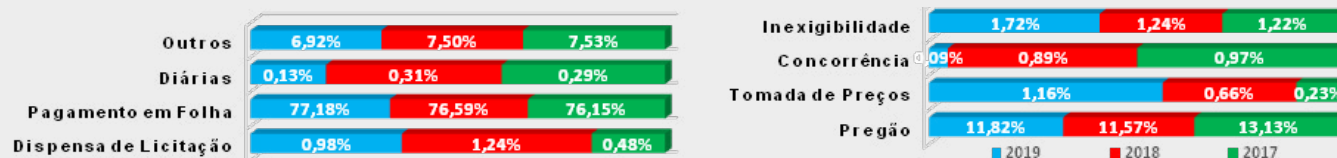
Quanto às modalidades de licitação Concorrência e Tomada de Preços, diretamente relacionadas a obras, o valor executado em 2019 foi de R\$ 4.012.122,16 (ou 12,87% inferior ao exercício de 2018). Porém, com relação à despesa, essas modalidades representam aproximadamente 1,24% do total das despesas executadas. De uma maneira geral, a variação do orçamento executado entre 2019 e 2018 foi de +8,83%, influenciado predominantemente pelas despesas de Pagamento de Pessoal.



Tabela 18 - Despesas executadas e pagas por modalidade de licitação, no período de 2017 a 2019 realizadas pelo IFFar, em reais.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPESA EXECUTADA			DESPESA PAGA		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
1. Modalidade de Licitação	42.140.696,78	38.894.032,55	40.706.419,26	28.353.897,16	28.110.455,59	24.931.455,28
Pregão	38.128.574,62	34.288.694,52	37.283.452,64	26.411.198,71	27.434.718,55	23.732.124,33
Tomada de Preços	3.726.242,51	1.962.424,25	660.600,00	1.865.282,95		262.294,32
Concorrência	285.879,65	2.642.163,78	2.762.366,62	77.415,50	674.987,04	937.036,63
Concurso		750,00			750,00	
2. Contratações Diretas	8.725.288,59	7.341.826,37	4.824.623,95	6.350.388,57	6.295.361,89	3.527.957,43
Inexigibilidade	5.555.888,08	3.674.552,01	3.465.203,73	3.909.265,20	3.205.411,48	2.499.359,12
Dispensa de Licitação	3.169.400,51	3.667.274,36	1.359.420,22	2.441.123,37	3.089.950,41	1.028.598,31
3. Pagamento de Pessoal	249.356.241,69	227.896.336,25	217.100.741,80	228.905.212,46	208.785.231,38	217.098.742,72
Pagamento em Folha	248.925.755,13	226.973.218,99	216.277.809,01	228.474.725,90	207.862.729,29	216.277.809,01
Diárias	430.486,56	923.117,26	822.932,79	430.486,56	922.502,09	820.933,71
4. Outros*	22.314.934,03	22.223.275,45	21.381.326,99	18.345.750,56	20.088.105,21	20.588.520,10
5. TOTAL DAS DESPESAS	322.537.161,09	296.355.470,62	284.013.112,00	281.955.248,75	263.279.154,07	266.146.675,53

Gráfico 9 - Percentual executado por modalidade de contratação, período 2017 a 2019, Instituto Federal Farroupilha



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

6.3.1. Conformidade legal e detalhamento das licitações e contratos

Em função de suas especificidades, optou-se no IFFar por uma estrutura organizacional descentralizada, em que cada unidade institucional participa diretamente na elaboração e execução dos seus processos licitatórios e gestão de contratos, estando submetidos às determinações da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

No âmbito do IFFar, as compras são realizadas de forma compartilhada, na qual as unidades licitam bens e serviços comuns a todos de forma conjunta e colaborativa. Essa metodologia é utilizada para reunir as requisições que contemplem o mesmo objeto, visando à evitar repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa. Já as ações de gestão, execução e acompanhamento das contratações e ou/contratos são realizadas de forma descentralizada.

No intuito de dirimir possíveis riscos, vem-se trabalhando no acompanhamento das ações, bem como na capacitação de servidores e no monitoramento dos mapas de risco. Ao longo do exercício de 2019, foram fi-

nalizados 208 processos licitatórios e aquisições diretas, todos regidos pela Lei Nº 8.666/93. Desses, 120 foram relacionados a compras diretas. Os principais tipos de contratação estão relacionados à energia elétrica, água e esgoto, capacitações e despesas de baixo valor.

O IFFar possui atualmente um considerável número contratos em execução e acompanhamento. O principal fator está relacionado à descentralização dos procedimentos e competências e à decisão institucional de que as principais despesas devem estar vinculadas a contratos. Uma parcela significativa desses instrumentos está relacionada às despesas continuadas da instituição como: energia elétrica, vigilância, limpeza e conservação, entre outros.

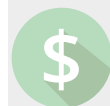


Tabela 19 - Quantidade de processos licitatórios finalizados no exercício de 2019 por modalidade de licitação.

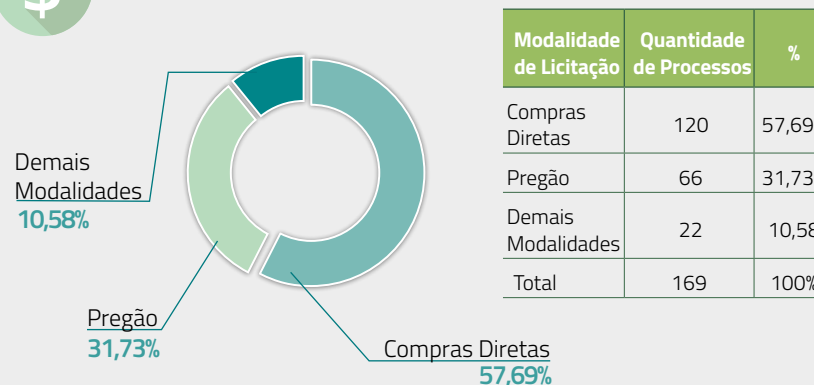


Tabela 20 - Total de servidores capacitações realizadas no exercício de 2019.

Setor/Atividade	Servidores	Capacitações	Capacitação por servidor
Compras e Licitações	25	6	0,24
Gestão de Contratos	12	5	0,41
TOTAL	37	11	0,29

Tabela 21 - Número de contratos executados e acompanhados no IFFar no exercício de 2019.

QUANTIDADE/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Contratos	410	472	445	514	465
Fiscais	205	236	309	290	285
Terceirizados	380	419	365	384	382
Média de Fiscais por Contrato	2	2	1,44	1,77	1,63

Fonte: DCLC/Coordenações.

Ações desenvolvidas na área de compras, licitações e contratos

Ao iniciar o exercício de 2019, percebeu-se algumas fragilidades em relação ao quantitativo de servidores necessários para a realização das demandas, acatamento da normatização e procedimentos internos da instituição. Além disso, sobrevieram modificações profundas na legislação quanto à forma de contratar da administração pública. Desse modo, foram implementadas as seguintes ações visando a suprir tais fraquezas:

Publicação da Instrução Normativa N° 01/2019, que estabelece os procedimentos, fluxos e competências para a consolidação do Plano Anual de Contratações – PAC;

Realização de reunião com Comitê Assessor de Administração – CA-AD, para discussão das prioridades das ações e alinhamento para elaboração do Plano Anual de Contratação – PAC;

Continuidade dos processos de licitações de forma conjunta, visando à economia processual de forma geral. Além disso, cabe destacar os ganhos institucionais desta forma de licitar em que se dispõe de praticamente os

mesmos bens e serviços, retratando, assim, a identidade institucional. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

» Análise semestral dos relatórios das Coordenações da Reitoria, para monitoramento das ações executadas pelas unidades;

» Análise prévia da minuta do Termo de Referência das licitações conjuntas;

» Sempre que necessário foi solicitado atualização das planilhas de execução em tempo real;

» Em dezembro de 2019, foram convocados para reunião os DAD's e as CLC's dos *campi* e Reitoria, para apresentação do PAC das unidades e definição dos objetos licitatórios para elaboração da minuta do cronograma de licitações institucionais;

» Em janeiro de 2019, foi realizado o encaminhamento do cronograma de Licitações Conjuntas para o exercício e posterior emissão de Ordem de Serviço (N°008/2019);

» Designação formal dos Gestores de Compras das unidades.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

» As particularidades e necessidades específicas de cada unidade é um importante desafio da gestão de licitações e contratos, considerando o atual quantitativo de 11 unidades contratantes.

» Entende-se que a integração de compras entre os órgãos federais resultaria em consideráveis ganhos de escala.

» A restrição orçamentária (também chamada de contingenciamento) no âmbito da Administração Pública Federal vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.

» A carência de pessoal qualificado para atuar na área, o elevado número de processos e atividades desenvolvidas por servidor, as instabilidades nos sistemas governamentais e as

recorrentes mudanças da legislação também são indicadas como fraquezas enfrentadas pelo IFFar na gestão de licitações e contratos.

» A implantação de Programa de Gestão de Contratações é um dos principais desafios para a Gestão do IFFar para os próximos anos;

» Aperfeiçoamento da estrutura e planejamento de compras se tornou indispensável para efetivação das ações;

» Outro desafio importante é reduzir a um contrato por fiscal em 2020.

» A instituição buscará manter pelo menos uma capacitação por servidor envolvido nas atividades de compras, licitações e contratos.

6.4. Gestão patrimonial e infraestrutura

6.4.1. Investimentos em infraestrutura

Ao longo de 2019, o IFFar investiu R\$ 15,40 milhões de reais em obras de construção, ampliações, adequações e manutenção de espaços físicos, compra de acervo bibliográfico, móveis, equipamentos e bens diversos com a finalidade de garantir as atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.

Os investimentos foram realizados tendo como base dois eixos estratégicos fundamentais: (1) Sustentabilidade Orçamentária e Financeira e (2) Infraestrutura. Esses investimentos visam a garantir o funcionamento e a manutenção de projetos institucionais estratégicos e adequar a infraestrutura para o crescimento e manutenção do IFFar, conforme constam no PDI 2019-2026.

Do orçamento despendido no exercício de 2019, R\$ 4,29 milhões foram investidos em obras, R\$ 6,06 milhões em equipamentos, mobiliários diversos e soluções de TIC. Tam-



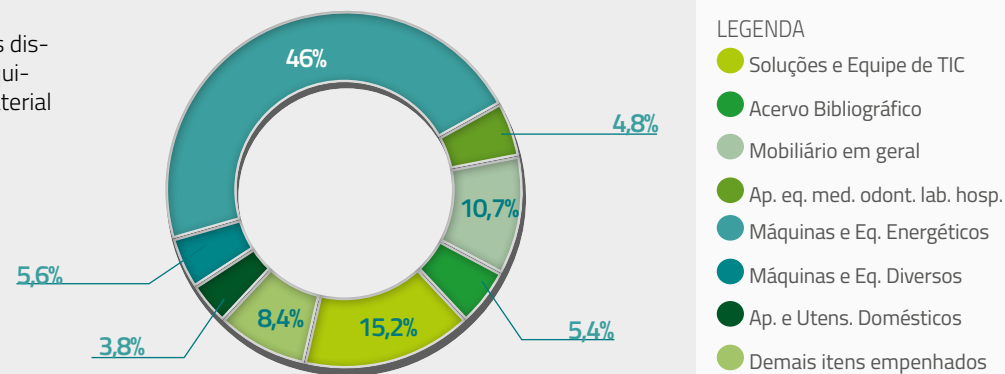
Tabela 22 - Total dos dispêndios em obras, instalações e manutenção das estruturas do IFFar, em milhões de reais.

EXERCÍCIO	2018		2019	
	Executada	Paga	Executada	Paga
Despesas/Subitem				
Obras e instalações	5,75	1,48	4,29	2,25
Manutenção de imóveis e instalações	3,68	2,39	5,05	1,59
Total	9,43	3,87	9,34	3,84

Tabela 23 - Total dos dispêndios com equipamento e mobiliários no IFFar, exercício de 2019, em milhões de reais.

Despesas/Subitem	Executada	Paga	Despesas/Subitem	Executada	Paga
Máquinas e Eq. Energéticos	2,79	0,04	Acervo Bibliográfico	0,33	0,03
Soluções e Equip.de TIC	0,92	0,19	Apar. Eq. Méd. Odont. Labor. Hosp.	0,29	0,19
Mobiliário em Geral	0,65	0,26	Aparelhos e Utens. Domésticos	0,23	0,03
Demais Itens Adquiridos	0,51	0,16	Manutenção de Eq. e Mobiliários	1,90	0,99
Máquinas, Eq. Diversos	0,34	0,02	Total	7,96	1,91

Gráfico 10 - Distribuição dos dispêndios com equipamentos e material permanente



Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

bém foram gastos recursos para manutenção de bens móveis e imóveis, bem como aquisição de equipamentos e manutenção e adequação dos espaços físicos para garantir infraestrutura apropriada para a realização das atividades institucionais. R\$ 5,05 milhões de reais foram gastos em adequações e manutenção de imóveis e instalações, e aproximadamente R\$ 1 milhão foi utilizado em manutenção de equipamentos e mobiliários.

O orçamento de investimento em obras e instalações foi direcionado prioritariamente às obras em andamento e paralisadas. Assim, o orçamento beneficiou a continuidade e/ou conclusão de treze obras e a instalação de um espaço para as incubadoras tecnológicas.

O valor expressivo em manutenção de imóveis e instalações se deve ao fato de as instalações possuírem necessidades dispendiosas de manutenção, como no caso de *campi* mais antigos, a saber: Alegrete, São Vicente do Sul, Júlio de Castilhos e Frederico Westphalen. Além disso, os demais *campi*, apesar de mais recentes, já possuem instalações que superam 10 anos.

O dispêndio com aquisições de

equipamentos, móveis e demais itens de investimento, bem como a manutenção de outros bens, constituiu o montante de R\$ 7,96 milhões de reais. As principais despesas estão relacionadas a mobiliários e equipamentos para laboratórios, soluções e equipamentos de TIC e acervo bibliográfico. Destaca-se que o IFFar priorizou as demandas de acervo bibliográfico para os cursos superiores em fase de reconhecimento e disponibilização de laboratórios para as atividades de práticas profissionais.

Principais resultados das ações em infraestrutura realizadas no IFFar

- » Aprimoramento da infraestrutura dos *campi* e Reitoria;
- » Disponibilização de novos espaços para as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão;
- » Ampliação da quantidade e qualidade de laboratórios e equipamentos para as atividades práticas e profissionais;
- » Melhoria das instalações;

» Entrega à comunidade de uma obra que estava paralisada e continuidade de outras duas que deverão ser entregues no primeiro semestre de 2020.

» Instalação de micro usinas geradoras de energia fotovoltaicas em oito unidades.

O IFFar possui atualmente oito obras e ou adequações de instalações em andamento e uma obra paralisada que está em fase de readequação do projeto e planilhas para nova licitação. Destaca-se que, no ano de 2019, cinco obras foram concluídas.

Quadro 8 - Obras e serviços de engenharia em execução no IFFar em 2019.

OBRAS EM EXECUÇÃO					
Unidade	Obra/Reforma	Situação	Vigência	m²	Valor (R\$)
Júlio de Castilhos	Refeitório (remanescente)	75% concluída	31/03/2020	1.622,52	1.262.141,31
São Vicente do Sul	Salas de Aula Engenharia Rural	63% concluída	14/04/2020	624,00	1.208.464,15
São Vicente do Sul	Terminal Rodoviário	94% concluída	01/09/2019	1.600,00	409.029,38
Santo Ângelo	Centro de Saúde	31,93% concluída	06/09/2020	385,57	1.136.276,75
Uruguiana	Quadra Poliesportiva Coberta	98% concluída	28/11/2019	1.114,41	1.427.851,66
Panambi	Reforma Cobertura Prédio Adm	OS para início em 2020	31/04/2020	-	256.253,92
Santo Augusto	Reforma Quadra Poliesportiva	OS para início em 2020	31/03/2020	720,00	356.372,84
Reitoria	Reforma Tecnoparque	OS para Início em 2020	31/04/2020	-	282.295,99
Total					5.443.763,25

OBRAS PARALISADAS					
Unidade	Obra/Reforma	Situação	Vigência	m²	Valor (R\$)
Alegrete	Prédio da Biblioteca	47% concluída	08/04/2018	1.435,57	2.380.737,77
Total					2.380.737,77
OBRAS FINALIZADAS EM 2019					
Unidade	Obra/Reforma	Situação	Vigência	m²	Valor (R\$)
Alegrete	Prédio de Salas de Aula	100%	27/05/2019	3.695,43	1.385.454,10
	Passarela de acesso aos prédios salas de aula e biblioteca	100%	18/05/2019	450,00	314.800,00
Santo Augusto	Prédio Biblioteca	100%	22/03/2019	1.435,57	2.614.548,59
Santo Ângelo	Prédio de Salas de Aula / Sanitários	100%	27/03/2019	919,51	2.173.067,28
Santo Ângelo	Campo de Futebol com Pista de Atletismo	100%	31/12/2019	13.428,40	448.881,77
Total					6.487.869,97

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia.

6.4.2. Gestão do patrimônio imobiliário da União

O objetivo principal é apresentar e analisar a gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha classificados como Bens de Uso Especial de propriedade da União ou Locados de Terceiros. Os quadros a seguir demonstrarão tanto a distribuição espacial dos bens imóveis da União, quanto a discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob a responsabilidade do IFFar.

No âmbito do IFFar, cada Unidade Gestora tem seu Setor Responsável pela gestão e controle do patrimônio móvel e imóvel, os quais são subordinados à Coordenação de Infraestrutura da Reitoria do Órgão. Os imóveis do instituto estão distribuídos em 11 municípios sede dos *campi nas regiões Centro, Oeste, Norte e Noroeste do Estado* do Rio Grande do Sul. A Reitoria está situada na cidade de Santa Maria e funciona em dois prédios alugados.

O registro dos imóveis no SPIU-NET passou por uma reorganização de informações e lançamento dos RIPs de utilização, e foram adotadas as orientações da SPIU para a inclusão de registros e a readequação dos

RIPs. Salienta-se que os processos de regularização das obras junto das prefeituras são encaminhados na sua finalização. Porém, cada município possui regras diferentes, e muitos processos encontram-se parados devido aos trâmites próprios de cada processo, de forma que o registro em cartório fica comprometido.

É mister indicar que os lançamentos contábeis estão de acordo com o que preconiza as regras da contabilidade pública, bem como os registros no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União -SPIU. Outro aspecto relevante se refere à gestão do uso dos imóveis, e a deterioração das instalações é algo que preocupa a gestão, visto que os prédios do IFFar são acessados por milhares de alunos, todos os anos, e esse uso gera despesas com manutenção. Além disso, existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido, que deve ser minimizada com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir esses problemas, as unidades contam com Contratos de Manutenção Predial.

6.4.3. Gestão da frota de veículos do IFFar

O IFFar conta com uma frota de 92 veículos de serviços comuns, incluindo automóveis, vans, ônibus, micro-ônibus e camionetes e 6 veículos de carga. Para o acompanhamento das despesas, os veículos leves e utilitários, veículos de carga e vans, ônibus e micro-ônibus são divididos em categorias. Tal decisão busca observar de forma mais adequada as despesas com manutenção e combustível.

Observa-se que o IFFar possui uma frota já antiga e com muitos anos de uso, o que resulta em alto valor de manutenção. Ressalta-se que a média anual de quilometragem rodada também é alta, com média geral de 7.727 km rodados por veículo. A alta quilometragem rodada pelas viaturas está relacionada a distância entre as unidades institucionais e pelo número reduzido de viaturas para atender toda a demanda.

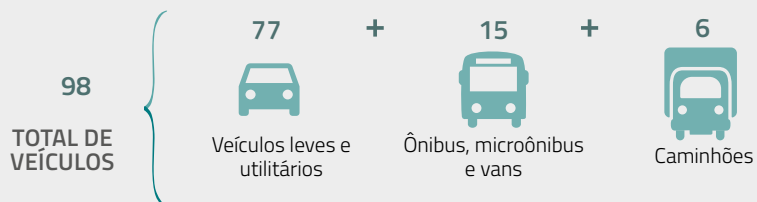
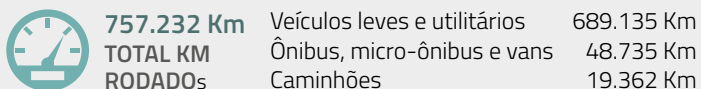
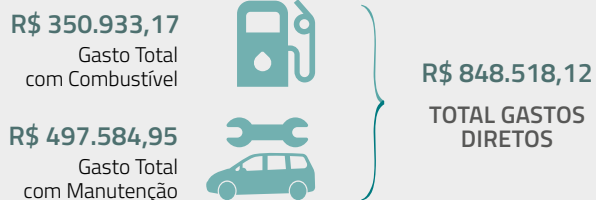
Quanto às despesas com combustíveis, cada carro consome em média R\$ 3.580,95, gerando um gasto médio por km rodado de R\$ 0,46. Dessa forma, o custo médio por km rodado, considerando apenas ma-

nutenção e combustível, é de aproximadamente R\$ 1,12. Analisando as despesas pela categoria Veículos leves e utilitários, a despesa por km rodado é de R\$ 0,95. Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação e investimento com a aquisição dos veículos e as despesas com motoristas terceirizados, e há, em média, um motorista contratado por *campus*. Não estão inclusos também as despesas relacionadas com a gestão da frota. Destaca-se que o IFFar está em processo de desenvolvimento de metodologia para apuração dos custos relacionados.

Não há no IFFar um plano formal aprovado de substituição de frotas. As aquisições de novas viaturas dependem de análise interna de cada *campus*, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual. O IFFar está em fase de implantação de um sistema de gestão de frotas, o qual foi iniciado em junho de 2018 e, no exercício de 2019, foram incluídas algumas funções, com a perspectiva de que, em 2020, seja implementado integralmente.



Quadro 9 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos automotores próprios do IFFar em 2019.



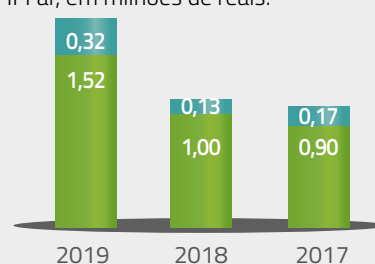
Custo médio por veículo	R\$ 8.658,35
Custo médio com manutenção	R\$ 5.077,40
Custo médio com combustíveis e lubrificantes	R\$ 3.580,95
Custo médio por Km rodado	R\$ 1,12/Km

Fonte: Setor de Gestão de Frotas

6.4.4. Locações de imóveis e equipamentos

Em 2019, o IFFar mantinha três locações de imóveis destinados às atividades administrativas da Reitoria e da Diretoria de Educação a Distância. No ano de 2019, durante os meses de janeiro e fevereiro, a instituição manteve a locação da sede anterior da Reitoria para a devida desocupação e manutenção conforme contrato, o que explica o aumento das despesas executadas com esta finalidade apresentada no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Despesas executadas com locação de móveis, imóvel, máquinas, equipamentos e softwares no IFFar, em milhões de reais.



LEGENDA ● locação de imóveis ● locação de máquinas e equipamentos

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Mudanças e desmobilizações

Entre o final de 2018 e início de 2019, foi realizada mudança de sede da Reitoria, em virtude da definição de locação de um novo espaço para a Unidade administrativa e desmobilização da sede antiga. Esse novo contexto representou um incremento nas despesas com locação da ordem de 30%. Porém, no médio prazo, em virtude da mudança de sede da Direção de Educação a Distância, ter-se-á uma redução significativa com aluguel e vigilância. Em termos de qualidade de infraestrutura e espaço adequado e condizente com as atividades da Reitoria, houve um ganho significativo. Em 2019, concretizou-se a ampliação do Centro de Referência de Santiago, com a mudança de sede. A nova sede é cedida pelo estado do Rio Grande do Sul.

6.4.5. Principais desafios e ações futuras

- » Definir critérios efetivos para priorização de despesas com investimento;
- » Iniciar novas obras;
- » Reiniciar obras paralisadas;

- » Atender as demandas institucionais por investimento;
- » Aprimorar as ações de gestão patrimonial de bens móveis e equipamentos.

6.4.6. Principais ações institucionais

- » Planejamento de investimentos;
- » Captação de recursos extraorçamentários para atender as demandas institucionais;
- » Capacitação de servidores;
- » Efetividade na fiscalização de obras;
- » Aprimoramento da gestão de frotas;
- » Aprimoramento da gestão de imóveis.

6.5. Gestão da tecnologia da informação

6.5.1. Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Institu-

to Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução CONSUP N° 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI). Essa diretoria é responsável, em uma linha geral, pela aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados a área da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Também atua na viabilização, planejamento e manutenção do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), assim como na identificação de necessidades institucionais e na proposição de políticas de segurança da informação e telecomunicação. Outras demandas de atribuição da DTI são o gerenciamento de investimentos, a proposição de recursos e aquisições para ações de TIC, o gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por Técnicos de Informática e Analistas de Sistemas que atuam em diferentes frentes. A diretoria também possui uma Coordenação de Sistemas, a qual é respon-

sável pela gestão dos projetos de desenvolvimento de software institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de acompanhamento nos *campi* da instituição, bem como interage na discussão e no planejamento em conjunto de futuras ações.

6.5.2. Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento existente no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), onde constam as ações estratégicas elaboradas e constatadas neste documento. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI). A Diretoria também possui um documento próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), no qual consta o planejamento de ações da área durante três anos.

O modelo implantado a partir do PDTI 2017-2019 planejou necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do

PDI institucional. É importante salientar que, por meio desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comitê de Tecnologia da Informação tem alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Para o ano de 2019, o documento trazia 15 (quinze) metas, das quais uma (01) não foi aferida, e outras sete (07) não foram alcançadas.

6.5.3. Montante de recursos aplicados em tecnologia da informação

Os recursos investidos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do IFFar totalizaram R\$ 1.868.645,91 em bens e serviços, sendo R\$ 1.617.792,52 destinados para a Reitoria e R\$ 260.051,39 para as demais unidades. Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades e metas: ampliação da infraestrutura física de TI, aquisição de parque computacional (software e hardware), manutenção de parque computacional (software e hardware) e ampliação de rede lógica, em conformidade ao documento de gestão tática de Tecnologia da Informação.

A distribuição dos recursos ocorreu de acordo com a sua disponibilidade. Lembramos que durante o exercício de 2019, houve o contingenciamento dos recursos institucionais e quando ocorreu liberação, não houve tempo hábil para destinação de sua totalidade em conformidade ao planejamento inicial. Dessa forma, das quatro necessidades, uma foi atendida para além do objetivo financeiro planejado. Trata-se da manutenção de parque computacional (hardware e software).

Outras necessidades, em função do contexto sócio-político-econômico, não foram alcançadas, a exemplo da meta de ampliação da infraestrutura física de TI, considerando a diminuição das verbas destinadas a investimento. Assim, necessidades como essa tiveram sua efetivação diminuída. A análise detalhada de todas as necessidades, bem como os percentuais de valores aplicados pode ser encontrada no relatório de resultados do PDTI.

6.5.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

No exercício de 2019, ocorreu a

contratação de empresa de desenvolvimento para dar continuidade na atualização e customização do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e todos seus subsistemas. Destaca-se, ainda, a aquisição de 20 computadores para renovar o parque tecnológico da Reitoria, licenças de *softwares* da Autodesk Arquitetura, Engenharia e Construção, Adobe Creative Cloud e Microsoft Office. Ocorreu também a contratação de serviços essenciais para o funcionamento e manutenção do data-center como, por exemplo, a regularização das pendências relativas à garantia do servidor *blade*, *storage* e licenças do equipamento de *firewall*. Por fim, ocorreu também a contratação de serviço de impressão para a Reitoria, Centros de Referência e a Diretoria de Educação a Distância.

6.5.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

O desenvolvimento de sistemas foi reforçado na Diretoria de Tecnologia da Informação ao ser criado o cargo de Coordenador de Sistemas, responsável pela gestão do desenvolvi-

mento e manutenção dos softwares institucionais. Durante o exercício de 2019, foi finalizada a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e concluída a fase inicial. Ainda, foi firmado um novo contrato com a empresa de desenvolvimento para dar continuidade à atualização e customização do SIG e todos seus subsistemas de modo a alcançar a versão mais recente até o término do contrato. Foram desenvolvidos, revisados para atender a legislação vigente, customizados conforme a necessidade setorial e sustentados os sistemas para seleção de estudantes e também o sistema de refeições para os *campi*, auxiliando no planejamento dos gestores e diminuindo o descarte de alimentos.

Além disso, iniciou-se um processo incipiente de adoção de *framework* de gerenciamento de projetos. No exercício de 2019, também foi aberto um novo canal de comunicação entre a Reitoria e as demais unidades, denominado “Café com os *Campi*” através de encontros virtuais mensais entre todos os servidores dos setores da tecnologia da informação nos *campi*.

6.5.6. Segurança da informação

A Segurança da Informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas no que diz respeito à utilização e acessos às informações da instituição. Foram realizadas reuniões ordinárias. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as pró-reitorias e um representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e do gabinete de Reitoria. Ainda, no exercício de 2019, a portaria do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) foi atualizada com os novos membros.

6.5.7. Principais desafios e ações futuras

A Diretoria da Tecnologia da Informação é composta atualmente por quatro Técnicos em Informática e seis Analistas de TI que realizam atendimento aos chamados provenientes da Reitoria e de todas as demais unidades da instituição. Mesmo com diversos servidores fazendo parte da equipe, o excesso de demandas no setor é um desafio que impossibilita, muitas vezes, o devido planejamento e acompanhamento de ações e iniciativas que venham a melhorar a eficiência do setor ou a execução de

novos projetos.

Como ações futuras, pretende-se melhorar o fluxo de execução de projetos, adotar o SCRUM, conforme o Processo de Desenvolvimento de Software institucional preconiza. Tal iniciativa já foi aprovada por resolução do CONSUP, na área de desenvolvimento. Pretende-se, ainda, reforçar a equipe de desenvolvimento para atuação especificamente na manutenção, customização e sustentação do Sistema Integrado de Gestão (SIG). Faz-se necessária também a adoção de uma sistemática mais adequada de compartilhamento de conhecimento e informações entre os servidores do setor, para que todos os processos internos possam ocorrer normalmente na ausência de um dos membros.

Em conformidade com o Relatório de Resultados do PDTI, é necessário que haja a aplicação e o posterior aprimoramento de processos de governança de TI. Cabe definir meios de mensuração da satisfação dos membros do comitê de tecnologia da informação com os processos de governança. Também é preciso determinar meios de mensuração da satisfação dos usuários com os serviços de ti

ofertados pela instituição.

6.6. Gestão de custos

A par dos novos desafios que têm sido apresentados aos gestores públicos, uma variada gama de instrumentos de gestão vêm sendo incorporada pelas instituições públicas, a fim de dotar seus administradores de maior capacidade gerencial. Nesse sentido, os sistemas de custos desempenham um papel chave nos processos decisórios e na avaliação do desempenho institucional, pois permite quantificar os custos dos processos empreendidos e estabelece padrões de desempenho adequados e compatíveis com as expectativas da sociedade. Neste relatório, foram priorizadas as informações de custos referentes à despesa com o pessoal, custeio da máquina pública, despesas com investimento, tecnologia da informação e outros, sob o aspecto de avaliação que impactam a prestação dos serviços para a comunidade.

Quanto à apuração dos custos, a Coordenação de Contabilidade junto à Pró-Reitoria de Administração implantou ações para mensurar por departamento e por atividade os reais

custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do IFFar, tanto nos setores de suporte, atividade-meio, administrativa e da atividade-fim como ensino, extensão, pesquisa e assistência estudantil. A adoção de uma metodologia de setorização dos planos internos de trabalho permite visualizar o que foi gasto por setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação neste sentido é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras, permitindo visualizar como e onde os recursos estão sendo aplicados e qual o custo efetivo de cada setor e suas atividades na instituição.

6.7. Sustentabilidade ambiental

O IFFar vem proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para desenvolverem as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento das atividades administrativas. O crescimento institucional em diversas atividades e ações tem se refletido no aumento de consumo dos insumos básicos para o

funcionamento do IFFar.

Para compensar este aumento de demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, como a readequação da demanda contratada de energia elétrica; impressão frente e verso de documentos oficiais; construção de cisternas para coleta e reaproveitamento de água da chuva, combate a incêndios, lavagem de máquinas, equipamentos e irrigação. Também foram desenvolvidas ações de sensibilização dos gestores e servidores com palestras e divulgação do tema através de cartazes informativos, alertando para o consumo racional de insumos.

O IFFar busca atender as demandas apresentadas na IN SLTI/MPOG 10/2012. Nesse sentido, foi criado um grupo de trabalho responsável por desenvolver ações de sustentabilidade na instituição. Tais ações objetivam desenvolver e criar um plano de ação para alcançar o uso eficiente de recursos no âmbito institucional. Um reflexo disso é a elaboração de um plano de licenciamento ambiental que está em andamento. Nesse plano, estão sendo realizados estudos em todas as unidades institucionais para viabilização das atividades. Tais

estudos abordam temas relevantes como descarte de resíduos, reutilização de água, entre outros.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras e redução do consumo de recursos naturais

O IFFar busca definir critérios de sustentabilidade ambiental tanto para aquisição de bens, quanto para a contratação de serviços ou obras. Isso é realizado por meio de editais específicos. Quanto a obras com geração de resíduos sólidos e químicos, existe a obrigatoriedade de que a empresa contratada realize o descarte apropriado, conforme a legislação vigente. Nesse sentido, encontra-se em fase de implantação um estudo para analisar a viabilidade de comprovação da forma e local adequado para o descarte de resíduos de obras durante o processo licitatório, juntamente com a documentação técnica necessária de comprovação.

O IFFar vem desenvolvendo ações que vão ao encontro da IN SLTI/MPOG 10/2012 e demais legislações

que tratam de sustentabilidade ambiental. Entre as ações, destacam-se:

» Os editais de material de consumo preveem mecanismos para ações de sustentabilidade;

» O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferência dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material segue as solicitações sustentáveis solicitadas em edital;

» Os novos prédios construídos deverão ter plano de captação e reaproveitamento de água para reutilização e sistemas de energia que busquem o menor consumo;

» Está em fase de desenvolvimento o licenciamento ambiental de todas as unidades;

» Aquisições de equipamentos de consumo classe A preferencialmente;

» Aquisição de equipamentos de leituras de consumo de energia elétrica para acompanhamento e análise visando a subsidiar as decisões de contratação de demanda conforme necessidade institucional;

» Aquisição de 8 microssinas de ge-

ração de energia fotovoltaicas que serão instaladas em oito unidades.

Outras ações:

» Aquisição de papel para impressão de origem de reflorestamento;

» Nos processos de licitações, é solicitado que os documentos enviados sejam impressos em papéis reciclados, observando as exigências de sustentabilidade ambiental constantes na IN 01/2010, dentre os quais:

a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

b) Que os bens devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que se utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio

(Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados.

»7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Declaração do contador

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balancos Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei N° 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, exceto:

» **A equação 0287** - permaneceu durante todo o exercício, inclusive no encerramento. Cabe ressaltar que as recomendações do COMUNICA 20191256570 foram seguidas, foram enviados os documentos causadores desta equação, por mensagem SIAFI PARA A UG 150003 e também foram enviadas as justificativas e explicações por e-mail para a Setorial para o endereço pauloalecrim@mec.gov.br.

» **A equação 0063** - OBS Canceladas. Ela permaneceu no encerra-

mento do exercício devido à desatenção por parte da UG 155081 ao que foi estabelecido no COMUNICA 20191249415. Foi realizada a assinatura pelo Ordenador de Despesa, às 11h e 59 minutos, de OB que já constava na conta 218913601 e ocorreu o seu novo cancelamento. Isso ocorreu no dia 02.01.2020, quando já não era possível mais o ajuste de OB cancelada no dia 31.12.2020. Salienta-se que todas as UG do IFFar foram devidamente orientadas quanto aos horários de assinatura de OB, bem como foram orientadas sobre todos os outros procedimentos de encerramento do exercício 2019.

» Outra restrição que irá permanecer na Conformidade Contábil competência Dezembro de 2019 é a 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB, devido a vários problemas apresentados no Sistema de Controle Patrimonial desde sua implantação (SISTEMA SIG CRIADO PELA UFRN). Como a perspectiva é de migração, o mais breve possível, para o SIADS, espera-se que esses problemas sejam sanados.

7.2. Balanço orçamentário

TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO: 2019
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 13/02/202
 VALORES EM UNIDADES DE REA

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas correntes	1.575.411,00	1.575.411,00	1.472.682,69	-102.728,31
Receitas tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de melhoria	-	-	-	-
Receitas de contribuições	-	-	-	-
Contribuições sociais	-	-	-	-
Contribuições de intervenção no domínio econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades privadas de serviço social formação profis.	-	-	-	-
Receita patrimonial	174.768,00	174.768,00	181.511,43	6.743,43

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	174.768,00	174.768,00	181.096,15	6.328,15
Valores mobiliários	-	-	415,28	415,28
Delegação de serviços públicos	-	-	-	-
Exploração de recursos naturais	-	-	-	-
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	-
Cessão de direitos	-	-	-	-
Demais receitas patrimoniais	-	-	-	-
Receita agropecuária	227.300,00	227.300,00	192.367,44	-34.932,56
Receita industrial	142.500,00	142.500,00	47.625,54	-94.874,46
Receitas de serviços	968.564,00	968.564,00	693.639,78	-274.924,22
Serviços administrativos e comerciais gerais	968.564,00	968.564,00	693.639,78	-274.924,22

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	-	-	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	-	-	-	-
Serviços e atividades financeiras	-	-	-	-
Outros serviços	-	-	-	-
Transferências correntes	-	-	-	-
Outras receitas correntes	62.279,00	62.279,00	357.538,50	295.259,50
Multas administrativas, contratuais e judiciais	54.527,00	54.527,00	5.198,93	-49.328,07
Indenizações, restituições e ressarcimentos	7.752,00	7.752,00	352.339,57	344.587,57
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	-	-	-	-
Demais receitas correntes	-	-	-	-

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas de capital	-	-	-	-
Operações de crédito	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado interno	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado externo	-	-	-	-
Alienação de bens	-	-	-	-
Alienação de bens móveis	-	-	-	-
Alienação de bens imóveis	-	-	-	-
Alienação de bens intangíveis	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	-	-
Transferências de capital	-	-	-	-
Outras receitas de capital	-	-	-	-
Integralização do capital social	-	-	-	-
Resultado do banco central do brasil	-	-	-	-

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Remuneração das disponibilidades do tesouro nacional	-	-	-	-
Resgate de títulos do tesouro nacional	-	-	-	-
Demais receitas de capital	-	-	-	-
Recursos arrecadados em exercícios anteriores	-	-	-	-
Subtotal de receitas	1.575.411,00	1.575.411,00	1.472.682,69	-102.728,31
Refinanciamento	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de crédito - mercado externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Subtotal com refinanciamento	1.575.411,00	1.575.411,00	1.472.682,69	-102.728,31
Deficit			321.064.478,40	321.064.478,40

RECEITA				
Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
TOTAL	1.575.411,00	1.575.411,00	322.537.161,09	320.961.750,09
Detalhamento dos ajustes na previsão atualizada	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com superávit financeiro	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com excesso de arrecadação	-	-	-	-
Créditos cancelados líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Da Dotação
Despesas Correntes	293.082.352,00	315.639.831,00	312.192.651,59	300.748.726,48	278.819.089,30	3.447.179,41
Pessoal E Encargos Sociais	229.982.162,00	252.482.964,00	248.925.755,13	248.925.755,13	228.474.725,90	3.557.208,87
Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	63.100.190,00	63.156.867,00	63.266.896,46	51.822.971,35	50.344.363,40	-110.029,46
Despesas de Capital	7.576.654,00	5.863.258,00	10.344.509,50	3.148.371,33	3.136.159,45	-4.481.251,50
Investimentos	7.576.654,00	5.863.258,00	10.344.509,50	3.148.371,33	3.136.159,45	-4.481.251,50
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-
Reserva Do Rpps	-	-	-	-	-	-
Subtotal Das Despesas	300.659.006,00	321.503.089,00	322.537.161,09	303.897.097,81	281.955.248,75	-1.034.072,09
Amortização Da Dívida / Refinanciamento	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	300.659.006,00	321.503.089,00	322.537.161,09	303.897.097,81	281.955.248,75	-1.034.072,09
TOTAL	300.659.006,00	321.503.089,00	322.537.161,09	303.897.097,81	281.955.248,75	-1.034.072,09

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADO	PAGO	CANCELADO	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.064.896,71	7.035.398,40	7.314.249,32	7.309.026,97	707.733,80	83.534,34
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.064.896,71	7.035.398,40	7.314.249,32	7.309.026,97	707.733,80	83.534,34
DESPESAS DE CAPITAL	2.481.752,18	4.829.141,63	4.852.696,32	4.849.447,32	2.169.209,65	292.236,84
Investimentos	2.481.752,18	4.829.141,63	4.852.696,32	4.849.447,32	2.169.209,65	292.236,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.546.648,89	11.864.540,03	12.166.945,64	12.158.474,29	2.876.943,45	375.771,18

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGO	CANCELADO	SALDO
DESPESAS CORRENTES	146.840,13	20.705.681,69	20.692.917,10	10.102,15	149.502,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	19.110.489,70	19.110.489,70	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	146.840,13	1.595.191,99	1.582.427,40	10.102,15	149.502,57
DESPESAS DE CAPITAL	115.623,47	644.639,06	650.732,31	48.558,25	60.971,97
Investimentos	115.623,47	644.639,06	650.732,31	48.558,25	60.971,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	262.463,60	21.350.320,75	21.343.649,41	58.660,40	210.474,54

7.3. Balanço patrimonial

TÍTULO: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR: 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO: 2019

PERÍODO: Anual

EMIÇÃO: 13/02/2020

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	33.005.324,60	25.100.434,31	PASSIVO CIRCULANTE	59.662.030,21	23.419.198,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.489.112,52	21.721.851,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	22.763.845,96	20.465.834,25
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	7.931.021,81	1.738.034,53	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	714.598,27	1.453.196,56
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.581.387,69	1.638.340,18	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	3.802,58	2.208,38	Demais Obrigações a Curto Prazo	36.183.585,98	1.500.167,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	246.546.111,88	216.330.432,53	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Investimentos	4.434,74	4.434,74	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	59.662.030,21	23.419.198,21
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
			Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	245.417.985,42	215.224.654,22	Demais Reservas	8.313,89	8.313,89
Bens Móveis	38.447.250,16	39.244.612,05	Resultados Acumulados	219.881.092,38	218.003.354,74
Bens Móveis	84.826.648,72	77.626.529,65	Resultado do Exercício	1.525.790,38	1.027.661,09
(-) Depreciação/Amortização/ Exaustão Acum. de Bens Móveis	-46.366.468,31	-38.368.987,35	Resultados de Exercícios Anteriores	218.003.354,74	216.973.753,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	351.947,26	1.940,44
Bens Imóveis	206.970.735,26	175.980.042,17	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	210.052.421,76	177.582.274,70	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	219.889.406,27	218.011.668,63
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.081.686,50	-1.602.232,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.122.574,09	1.100.225,94			
Softwares	1.119.081,81	1.096.733,66			
Softwares	1.585.471,22	1.539.468,22			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-466.389,41	-442.734,56			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	279.551.436,48	241.430.866,84	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	279.551.436,48	241.430.866,84

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	23.851.866,78	22.084.605,48	PASSIVO FINANCEIRO	41.175.790,71	37.040.691,66
ATIVO PERMANENTE	255.699.569,70	219.346.261,36	PASSIVO PERMANENTE	37.493.602,61	1.789.695,47
			SALDO PATRIMONIAL	200.882.043,16	202.600.479,71

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.100.259,06	29.228.412,83	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10.399.583,61	10.405.622,90
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.100.259,06	29.228.412,83	Execução dos Atos Potenciais Passivos	10.399.583,61	10.405.622,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	25.083.001,19	29.211.154,96	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	77.266,71	10.606,34
Direitos Contratuais a Executar	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais a Executar	10.322.316,90	10.395.016,56
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.100.259,06	29.228.412,83	TOTAL	10.399.583,61	10.405.622,90

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-13.888.723,34
Recursos Vinculados	-3.435.200,59
Educação	-3.398.259,31
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-431,34
Previdência Social (RPPS)	-
Receitas Financeiras	-699.282,78
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	662.772,84
TOTAL	-17.323.923,93

7.4. Balanço financeiro

TÍTULO: BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR: 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO: 2019
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 13/02/2020
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.472.682,69	1.442.274,96	Despesas Orçamentárias	322.537.161,09	296.355.470,62
Ordinárias	-	-	Ordinárias	300.860.935,71	276.483.335,47
Vinculadas	1.479.243,06	1.442.709,57	Vinculadas	21.676.225,38	19.872.135,15
Educação	326.341,16	535,19	Educação	6.058.691,15	1.796.059,85
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		519.904,42
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.152.901,90	1.442.174,38	Previdência Social (RPPS)	13.502.406,72	9.828.287,00
Recursos a Classificar		-	Receitas Financeiras	799.820,17	900.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.560,37	-434,61	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.315.307,34	2.551.980,09
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		4.275.903,79
			Recursos a Classificar		-
Transferências Financeiras Recebidas	362.377.880,62	349.385.806,75	Transferências Financeiras Concedidas	46.765.813,72	50.453.486,99
Resultantes da Execução Orçamentária	340.616.856,60	317.625.791,85	Resultantes da Execução Orçamentária	36.140.413,40	35.896.621,10
Repasso Recebido	304.954.885,08	281.745.310,25	Repasso Concedido	478.441,88	16.139,50
Sub-repasso Recebido	35.661.971,52	35.880.481,60	Sub-repasso Concedido	35.661.971,52	35.880.481,60

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Independentes da Execução Orçamentária	21.761.024,02	31.760.014,90	Independentes da Execução Orçamentária	10.625.400,32	14.556.865,89
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	21.178.170,20	30.828.905,86	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.121.133,50	14.460.980,87
Movimentação de Saldos Patrimoniais	582.853,82	931.109,04	Demais Transferências Concedidas	30.885,72	34.487,90
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	473.381,10	61.397,12
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	41.169.274,39	33.467.034,90	Pagamentos Extraorçamentários	33.949.601,59	18.469.800,24
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.941.849,06	21.211.776,52	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21.343.649,41	323.663,45
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.640.063,28	11.864.540,03	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.158.474,29	17.817.477,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	440.322,11	329.856,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	447.477,89	328.659,15
Outros Recebimentos Extraorçamentários	147.039,94	60.861,93	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	147.039,94	60.861,93			
Saldo do Exercício Anterior	21.721.851,22	2.705.492,46	Saldo para o Exercício Seguinte	23.489.112,52	21.721.851,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.721.851,22	2.705.492,46	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.489.112,52	21.721.851,22
TOTAL	426.741.688,92	387.000.609,07	TOTAL	426.741.688,92	387.000.609,07

7.5. Demonstração do fluxo de caixa

TÍTULO: DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO:2019
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO:13/02/2020
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.403.600,38	28.749.518,00
INGRESSOS	364.437.925,36	351.218.800,06
Receitas Derivadas e Originárias	1.472.682,69	1.442.274,96
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	181.096,15	153.931,18
Receita Agropecuária	192.367,44	152.302,95
Receita Industrial	47.625,54	122.854,23
Receita de Serviços	693.639,78	857.714,83
Remuneração das Disponibilidades	415,28	416,20
Outras Receitas Derivadas e Originárias	357.538,50	155.055,57
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-

	2019	2018
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	362.965.242,67	349.776.525,10
Ingressos Extraorçamentários	440.322,11	329.856,42
Transferências Financeiras Recebidas	362.377.880,62	349.385.806,75
Arrecadação de Outra Unidade	147.039,94	60.861,93
DESEMBOLSOS	-354.034.324,98	-322.469.282,06
Pessoal e Demais Despesas	-271.366.321,44	-239.336.804,70
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-16.587.715,36	-12.695.211,46
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-254.778.606,08	-226.641.593,24
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-

	2019	2018
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-35.454.711,93	-32.350.331,22
Intergovernamentais	-300.000,00	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-300.000,00	-

	2019	2018
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-35.093.217,86	-32.296.869,27
Outras Transferências Concedidas	-61.494,07	-53.461,95
Outros Desembolsos Operacionais	-47.213.291,61	-50.782.146,14
Dispêndios Extraorçamentários	-447.477,89	-328.659,15
Transferências Financeiras Concedidas	-46.765.813,72	-50.453.486,99
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.636.339,08	-9.733.159,24
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.636.339,08	-9.733.159,24
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.630.851,08	-9.498.694,24
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.488,00	-234.465,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-

	2019	2018
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.767.261,30	19.016.358,76
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.721.851,22	2.705.492,46
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	23.489.112,52	21.721.851,22

7.6. Demonstrações das variações patrimoniais

TÍTULO: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO: 2019
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 13/02/2020
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	435.247.166,34	354.370.376,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.114.636,65	1.287.135,98
Venda de Mercadorias	192.367,44	152.302,95
Vendas de Produtos	47.625,54	123.206,84
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	874.643,67	1.011.626,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	516,82	1.813,76
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	93,26	1.397,56
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	423,56	416,20
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Transferências e Delegações Recebidas	369.427.898,24	351.337.477,54
Transferências Intragovernamentais	362.377.880,62	349.385.806,75
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	7.050.017,62	1.951.670,79
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	64.199.101,19	1.528.967,09
Reavaliação de Ativos	35.634.256,38	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	15.119.114,19	1.523.521,46
Ganhos com Desincorporação de Passivos	13.445.730,62	5.445,63
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	505.013,44	214.981,86
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	505.013,44	214.981,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	433.721.375,96	353.342.715,14
Pessoal e Encargos	242.753.419,62	227.970.715,76
Remuneração a Pessoal	193.283.606,21	181.780.659,58
Encargos Patronais	35.692.036,60	32.643.562,21
Benefícios a Pessoal	13.758.156,59	13.503.174,51
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	19.620,22	43.319,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	16.564.183,59	13.821.528,43
Aposentadorias e Reformas	14.514.845,47	12.022.762,54
Pensões	2.049.338,12	1.798.765,89
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	51.671.161,73	51.957.110,78
Uso de Material de Consumo	4.573.003,97	4.769.961,11
Serviços	35.987.083,88	41.005.666,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.111.073,88	6.181.483,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	9.211,55	5.692,50

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9.210,55	5.257,89
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1,00	434,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	47.730.455,57	52.190.596,34
Transferências Intragovernamentais	46.765.813,72	50.453.486,99
Transferências Intergovernamentais	300.000,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	664.641,85	1.737.109,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	70.486.116,35	1.561.531,34
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.471.929,58	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	156.647,50	56.452,75
Incorporação de Passivos	46.839.249,92	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Desincorporação de Ativos	14.018.289,35	1.505.078,59
Tributárias	173.803,04	273.667,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.076,02	15.119,79
Contribuições	142.727,02	258.548,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.333.024,51	5.561.872,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	4.130.793,95	5.217.092,62
Subvenções Econômicas	61.494,07	53.461,95
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	140.736,49	291.317,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.525.790,38	1.027.661,09

7.7. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

TÍTULO: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO: 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO :2019 PERÍODO DEZ (Encerrado)

EMIÇÃO: 13/02/2020

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	8.313,89	216.973.753,21	-	-	216.982.067,10
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	30.955,65	-	-	30.955,65
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-29.015,21	-	-	-29.015,21
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.027.661,09	-	-	1.027.661,09
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	8.313,89	218.003.354,74	-	-	218.011.668,63

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio/ Capital So- cial	Adiant. para Fu- turo Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesou- raria	TOTAL
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	8.313,89	218.003.354,74	-	-	218.011.668,63
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	396.586,80	-	-	396.586,80
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-44.639,54	-	-	-44.639,54
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.525.790,38	-	-	1.525.790,38
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	8.313,89	219.881.092,38	-	-	219.889.406,27

7.8. Notas explicativas

Balço Patrimonial

O imobilizado é composto pelos bens m3veis e im3veis. 3 reconhecido inicialmente com base no valor de aquisi3o, constru3o ou produ3o. Ap3s o reconhecimento inicial, ficam sujeitos 3 deprecia3o, 3 amortiza3o ou 3 exaust3o (quando tiverem vida 3til definida), bem como redu3o ao valor recuper3vel e reavalia3o. Os gastos posteriores 3 aquisi3o, constru3o ou produ3o s3o incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida 3til do bem e sejam capazes de gerar benef3cios econ3micos futuros. Se os gastos n3o gerarem tais benef3cios, eles s3o reconhecidos diretamente como varia3es patrimoniais diminutivas do per3odo.

Em 31.12.2019, o IFFar apresenta no seu balancete SIAFI um saldo de R\$ 245.417.985,42, assim composto e dividido:

1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.603.316,65 D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	512.153,97 D
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	6.374.141,49 D
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	391.773,80 D
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	818.274,98 D
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAII	7.186.842,24 D
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	2.409.332,20 D
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	288.345,38 D
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	2.460.733,59 D
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	10.951,22 D
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	13.625,97 D
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	3.469.323,04 D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	851.163,76 D
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	2.591.311,94 D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUN	21.768.417,64 D
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	4.618.841,97 D
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	75.643,22 D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	13.519.192,27 D
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	6.997.867,23 D
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5.053,32 D
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	72.907,21 D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	3.872.930,28 D
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC	4.031,00 D
1.2.3.1.1.05.01	VEICULOS EM GERAL	20.398,21 D
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	3.609.963,90 D
1.2.3.1.1.05.05	AERONAVES	12.389,90 D
1.2.3.1.1.05.06	EMBARCACOES	22.281,00 D
1.2.3.1.1.08.01	ESTOQUE INTERNO	14.317,26 D
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	200,03 D
1.2.3.1.1.10.00	SEMOVENTES	26.209,55 D
1.2.3.1.1.99.07	BENS NAO LOCALIZADOS	136.184,61 D
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	66.666,58 D
1.2.3.1.1.99.10	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.863,31 D
1.2.3.2.1.01.01	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	491.706,82 D
1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS	32.281.796,46 D
1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS	3.585.084,59 D
1.2.3.2.1.01.04	ARMAZENS/GALPOES	187.541,21 D
1.2.3.2.1.01.07	IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	150.972.696,89 D
1.2.3.2.1.01.09	FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	542.026,97 D
1.2.3.2.1.01.22	ESTACIONAMENTOS E GARAGENS	153.502,00 D
1.2.3.2.1.01.24	SALAS	163.410,12 D
1.2.3.2.1.01.26	AUTARQUIAS/FUNDAOES	2.567.383,41 D
1.2.3.2.1.01.28	BENS DE INFRAESTRUTURA	163.059,21 D
1.2.3.2.1.04.12	SALAS	144.200,00 D
1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	17.793.074,07 D
1.2.3.2.1.06.03	OBRAS EM ANDAMENTO - CONVENIOS	32.422,90 D
1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	974.517,11 D
1.2.3.8.1.01.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEI	46.366.468,31 C
1.2.3.8.1.02.00	DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVE	3.081.686,50 C
1.2.3.9.1.01.00	REDUCAO AO VALOR RECUP DE IMOBILIZ	12.930,25 C
1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES	1.255.368,22 D
1.2.4.1.1.02.01	SOFTWARES	330.103,00 D
1.2.4.2.1.01.02	CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COM	3.492,28 D
1.2.4.8.1.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 124	466.389,41 C

Fonte: SIAFI 2019.

Destaca-se como fato relevante relativo ao Imobilizado, no quarto trimestre de 2019, que o Ativo Não Circulante onde se inclui o Ativo Imobilizado representa 87,79% do total das aplicações do patrimônio do órgão, e teve variação monetária de R\$ 30.193.331,20 (inclui-se depreciação acumulada que diminui a variação) ou 14,03% a maior no período corrente relacionado ao final do exercício passado. No que diz respeito aos bens imóveis, houve uma variação monetária positiva de R\$ 32.470.147,06, em relação a 31.12.2018, devido à conclusão de obras em andamento que totalizou R\$ 11.650.366,97 até o quarto trimestre de 2019. Os bens imóveis representam 75,14% do total do Ativo e tiveram um crescimento no saldo contábil em 18,28% em relação ao encerramento do exercício passado. Essa majoração no saldo desta conta patrimonial se deve também ao processo de reavaliação de bens imóveis ocorrido durante o exercício 2019.

Quanto aos bens móveis, observa-se uma variação monetária de R\$ 7.200.119,07 no quarto trimestre do exercício corrente, em relação ao encerramento de 2018, o que em números proporcionais representa um aumento de 9,28% e representa 30,34% do total do Ativo. Essa majoração no saldo se deve a novas aquisições e outras incorporações (doações principalmente) ocorridas durante o exercício 2019.

Os estoques, no âmbito do IFFar, em sua grande maioria, são frutos de aquisições no mercado e usados na manutenção das atividades fim e meio da Instituição. Uma parte ínfima disso vem de produção própria, em apenas algumas entidades que efetuam atividades agrícolas e pecuárias oriundas das atividades de ensino.

1.1.5.0.0.00.00	ESTOQUES	1.581.387,69
1.1.5.6.0.00.00	ALMOXARIFADO	1.552.590,61
1.1.5.6.1.00.00	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO	1.552.590,61
1.1.5.6.1.01.00	MATERIAIS DE CONSUMO	1.552.590,61
1.1.5.8.0.00.00	OUTROS ESTOQUES	28.797,08
1.1.5.8.1.00.00	OUTROS ESTOQUES - CONSOLIDACAO	28.797,08
1.1.5.8.1.01.00	MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EM	936,12
1.1.5.8.1.01.01	ESTOQ MAT ACOND E EMBALAGEM - ARMA	936,12
1.1.5.8.1.02.00	ESTOQUES PARA DISTRIBUICAO	27.860,96
1.1.5.8.1.02.01	MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA	27.860,96

Fonte: SIAFI 2019.

A variação monetária negativa dos estoques no IFFar foi de R\$ 56.952,49, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019, uma diminuição no saldo em 3,48 %. Hoje, os estoques representam 0,57% do total do ativo no órgão. Esse fato se deve à entrega de materiais pelos setores de almoxarifado, por meio das requisições de materiais, enviadas pelos setores requisitantes nas Unidades Gestoras do IFFar, considerando a não reposição do estoque na mesma proporção, devido a fatores como o contingenciamento orçamentário que o MEC adotou, entre outros.

Os ativos intangíveis são aqueles bens incorpóreos, imateriais, ou seja, aqueles que não são palpáveis nem visíveis, mas que são destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição ou de produção.

1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES	1.255.368,22
1.2.4.1.1.02.01	SOFTWARES	330.103,00
1.2.4.2.1.01.02	CONCESSAO DE DIREITO DE USO DE COM	3.492,28
1.2.4.8.1.01.00	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS 124	466.389,41

Fonte: SIAFI 2019.

O saldo da conta de Ativo Intangível teve variação de R\$ 22.348,15 (inclui-se a amortização acumulada que diminui a variação), representando 2,03% para mais no saldo, na comparação dos períodos. Os softwares com saldo de R\$ 1.119.081,81 representam 99% do saldo dos bens intangíveis e 0,57% do total do Ativo, posto que variou em R\$ 46.003,00 para mais, ou seja, 2,99% de majoração no seu saldo no período comparativo.

Demonstração das variações patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade. Em outras palavras, deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, destaca-se a Demonstração das

Variações Patrimoniais do 4º trimestre de 2019. Comparando-se ao mesmo período do exercício passado, no horizonte do IFFar, a evolução do saldo de item em relação ao mesmo período do exercício passado segue abaixo:

- Valorização e ganhos com Incorporação de Ativos que teve uma variação monetária positiva de R\$ 62.670.134,10 na comparação dos períodos. O aumento se deve a bens adquiridos por doações e aquisições normais pela execução orçamentária e financeira e, principalmente, ao processo de reavaliação de bens imóveis ocorridos no exercício de 2019, que representou 56% desta majoração no saldo, que aumentou em 4.098,85% no período analisado.

- Desincorporação de Passivos que variou em R\$ 13.440.284,99, e isso se deve principalmente à baixa de Restos a Pagar que foram constatados como não mais devidos. Variação de 246.808,63% no período.

- A incorporação de passivos, que em 2018 foi R\$ 0,00; em 2019, teve uma expressiva ocorrência R\$ 46.839.289,35, e se deve principalmente a ajustes de exercícios anteriores.

Analisando comparativamente o Balanço Patrimonial, o primeiro item tem reflexo nas contas principalmente de bens móveis que ficam dispostas no Balancete, logo após a conta sintética 123110000, aumentando saldo de várias delas. Já o segundo reflete na conta de Passivo Circulante, devido à baixa dos Restos a Pagar no controle orçamentário e do respectivo passivo, concomitantemente para não causar desequilíbrio.

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo em aberto de R\$ 14.598,27 relacionados com fornecedores e contas pagar a curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar – Análise Horizontal, em reais.

	31/03/2018	31/03/2019	AH (%)
Saldo da conta	1.453.196,56	714.598,27	50,82

Total

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

Houve uma diminuição no saldo de fornecedores e contas a pagar no ordem de 50,82%, devido à execução financeira ter liquidado e pago as obrigações desta natureza em maior volume que no exercício anterior. Foram pagos R\$ 47.524.382,72 e apropriados R\$ 46.790.860,23 durante o exercício 2019.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante, em reais.

	31/03/2019	AV (%)
INST. FED. FARROUPILHA - REITORIA	147.683,41	20,67
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS S. ÂNGELO	7.106,72	0,99
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	60.368,78	8,45
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS S. AUGUSTO	5.341,28	0,75
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS SVS	428.449,78	59,96
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS FREDERICO W.	344,59	0,05
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS ALEGRETE	30.155,04	4,22
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS SÃO BORJA	2.913,07	0,41
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS SANTA ROSA	757,33	0,11
INST. FED. FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	31.478,27	4,41
Total		100,00

Fonte: SIAFI 2019

A Unidade Gestora Instituto Federal Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul é responsável por 59,96 % do total a ser pago, em segundo lugar fica a Reitoria, com 20,67% das pendências com Fornecedores e Contas a Pagar.

Provisões

Em 31/12/2019, O Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 2.200.478,87 relacionados a provisões de encargos trabalhistas, que são aquelas provenientes das retenções sobre pagamentos de empresas terceirizadas contratadas para prestação de serviços continuados com cessão de mão-obra, com o fim de garantir a quitação dos direitos dos trabalhadores cedidos, tendo em vista a responsabilidade solidária do ente contratante.

Provisões por Unidade Gestora – Análise Vertical, em reais.

	31/12/2019	AV (%)
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - REITORIA	176.973,49	8,04
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - CAMPUS JAGUARI	60.802,57	2,76
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SANTO ÂNGELO	55.237,91	2,51
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS FREDERICO W.	604.602,08	27,47
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SANTO AUGUSTO	249.157,63	11,32
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS ALEGRETE	10.553,27	0,47
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SVS	51.852,31	2,35
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS JC	419.679,35	19,05
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SÃO BORJA	259.840,88	11,80
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS SANTA ROSA	198.984,84	9,04
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS PANAMBI	113.099,09	5,13
Total	100,00	

Fonte: SIAFI, 2019.

A Unidade Gestora 155570 Instituto Federal Farroupilha *Campus* Frederico Westphalen é responsável por 27,47% do total de provisões a curto prazo. Essa configuração tende a se modificar, devido à adoção dos procedimentos corretos de retenção das provisões. Isso foi adotado por todas as unidades no começo de 2019, por meio de orientação da Coordenação de Contabilidade, que padronizou essas operações no âmbito do órgão.

Provisões – Análise Horizontal (órgão), em reais.

	31/12/2018	31/12/2019	AH (%)
Provisão para encargos trabalhistas	1.069.550,46	2.200.478,87	48%

Total

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

O saldo das provisões para encargos trabalhistas aumentou em 48% na comparação do encerramento do exercício de 2018 com 2019. Também se deve ao que foi relatado acima, ou seja, a adoção dos procedimentos corretos para as retenções sobre os pagamentos de contratos de prestação de serviço continuados com cessão de mão- obra.

Balanço financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

Quanto aos ingressos:

Relativo às Receitas Orçamentárias, que são aquelas provenientes da exploração do patrimônio público, pode-se observar que houve um aumento de 2,11% em 2019 (R\$ 1.472.682,69), quando comparado a 2018 (R\$ 1.442.274,96). Essa variação ocorreu, principalmente, em razão do aumento de receitas ordinárias vinculadas à área da educação. Quanto às Transferências Financeiras recebidas,

foi possível verificar um acréscimo de 3,72% em 2019 (R\$ 362.377.880,62), quando comparado a 2018 (R\$ 349.385.806,75). Ainda que o total das transferências financeiras tenha aumentado, houve variação negativa dos ingressos independentes da execução orçamentária. Isso ocorreu em razão da diminuição das transferências para pagamento de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais.

No que diz respeito aos Recebimentos Extraorçamentários, destacam-se os acréscimos provenientes da arrecadação financeira de outras unidades.

No que tange ao Saldo do Exercício Anterior (caixa e equivalentes de caixa), observa-se um decréscimo significativo de 802,88% (R\$ 21.721.851,22).

Quanto aos dispêndios:

Com relação às Despesas Orçamentárias Vinculadas Ordinárias, houve um acréscimo de 8,83% em 2019. Destaca-se nesse item os pagamentos da área educacional, com 337,33%.

No tocante às Transferências Financeiras Concedidas, observa-se

um decréscimo de 7,31% em 2019.

Os repasses concedidos e a movimentação de saldos patrimoniais aumentaram significativamente, 2964,42% e 771,02%, respectivamente, em 2019.

No que se refere aos Pagamentos Extraordinários, houve um acréscimo de 83,81%, o que impactou esse resultado foram os restos a pagar processados (acréscimo de 6594,40%). Já os restos a pagar não processados declinaram de percentual em (31,16%) em 2019.

Quanto ao saldo do exercício seguinte, observa-se um aumento de 8,14% de 2018 para 2019.

Análise Vertical (ingressos)

Quanto às receitas de Outros Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Recursos a Classificar, representam 77,94% do grupo contábil das Receitas Ordinárias Vinculadas, enquanto os da Educação totalizaram 22,06%.

No que tange às transferências, resultantes da execução orçamentária, os repasses recebidos representam 89,53%, enquanto que as transferências para pagamento de restos a pagar abarcam 4,46% do grupo contábil.

No que diz respeito aos recursos extraorçamentários, os provenientes das inscrições em restos a pagar processados configuram 53,53%, enquanto os do não processados equivalem a 45,28%. Os depósitos restituíveis e outros recebimentos extraordinários abarcam 1,07% e 0,36%, respectivamente.

Análise Vertical (dispêndios)

Quanto às despesas vinculadas, os recursos provenientes da Previdência Social (RPPS) representam 62,29% e dos da educação 27,95% do grupo contábil.

No que tange às transferências financeiras concedidas, destacam-se as provenientes da execução orçamentária (Sub-repasse Concedido), representando 75,96% do total.

No que concerne aos pagamentos extraorçamentários, os restos a pagar não processados abarcam 62,87%, enquanto os não processados correspondem 31,81%.

Demonstração de Fluxo de Caixa

A demonstração do fluxo de caixa evidencia as entradas e saídas de re-

ursos financeiros, sendo uma ferramenta essencial para análise da utilização de recursos próprios e de terceiros.

Análise Horizontal

No que tange às receitas ordinárias patrimoniais, observa-se um aumento de 17,65% em 2019 (R\$ 181.096,15). Essa variação é proveniente da exploração do bem público, como os de aluguéis.

Quanto às receitas agropecuárias, percebe-se um aumento de 26,37% (R\$ 192.367,44) em 2019, isso está atrelado à comercialização de produtos agrícolas nas unidades gestoras que possuem postos de vendas.

No que diz respeito às receitas industriais, é possível notar que houve uma redução de 61,23%.

Relativamente às receitas de serviços, houve uma diminuição de 19,13% em 2019, em virtude da diminuição com a arrecadação de receitas provenientes de concurso público.

Quanto a outras receitas ordinárias e derivadas, nota-se um aumento de 230,59%.

Análise vertical

As receitas ordinárias de serviços representam 47,10% do total (R\$ 693.639,78), enquanto outras receitas derivadas e ordinárias representam 24,28% (R\$ 357.538,50).

Os recursos oriundos de receita patrimonial, agropecuária, industrial, remuneração das disponibilidades correspondem a 12,30%/13,06%/3,23% e 0,03%, respectivamente do total dos ingressos.

Balço orçamentário

O Balço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No Balço Orçamentário da IFFar do 4º trimestre de 2018, podemos observar que o total das Recei-

tas Realizadas de R\$ 1.472.682,69 foi menor que o total da Receita Prevista de R\$ 1.575.411,00, uma realização de 93,48%. As receitas de serviços representam 47,10% do total dos ingressos por fontes próprias do órgão, na grande maioria taxas de inscrição em concursos públicos, sendo que a sua realização foi de apenas 71,62%, previsão inicial de R\$ 968.564,00 e realização de R\$ 693.639,00. O único aumento de realização em relação à previsão do início do exercício ocorreu na Receita Patrimonial que representou 3,86% no encerramento do exercício 2019, previsto R\$ 174.768,00 e realizado R\$ 181.511,43. Esses itens dos demonstrativos encontram-se expostos também na Demonstração de Fluxo de Caixa exatamente com os mesmos saldos. Já, no Balço Financeiro, a distribuição está nas Receitas Orçamentárias vinculadas, de forma agrupadas no item Educação e Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas.

Na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada de R\$ 296.355.470,62, as Despesas Correntes representaram 96,79%, enquanto que as Despesas de Capital (investimentos) representaram

3,21%. Pessoal e encargos sociais representaram 77,18% do total das despesas, outras despesas correntes 19,62% e as despesas de capital foram na sua totalidade investimentos.

A dotação inicial das despesas correntes foi atualizada de R\$ 293.082.352,00 para R\$ 315.639.831,00, sendo que desses, R\$ 312.192.651,59 foram empenhadas, R\$ 300.748.726,48 foram liquidadas e R\$ 278.819.089,30 foram pagas. Portanto, foi executado 98,91% da dotação inicial atualizada.

Quanto às Despesas de Capital, houve redução na atualização em relação à dotação inicial, passando de R\$ 7.576.654,00 para R\$ 5.683.258,00. Desses, R\$ 10.344.509 foram empenhados, porém R\$ 4.661.251,00 são provenientes de reforços orçamentários ocorridos durante o exercício 2019, portanto, a execução chegou a 176,43% da dotação atualizada.

Salienta-se que a execução da despesa orçamentária se dá no momento do empenho, não necessariamente liquidado e pago. Assim sendo, nota-se nas despesas correntes que 3,67% foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados, que são aqueles empenhos que não foram liquidados,

mas foram inscritos nesta condição pelo Gestor no final do exercício, para serem utilizados, liquidados no exercício 2020. Além disso, 7,29% virou de exercício na condição de Restos a Pagar Processados, que são aqueles já liquidados, ou seja, o fornecedor ou prestador de serviços já cumpriu suas obrigações e teve suas notas fiscais já atestadas e apropriadas no sistema financeiro da instituição, aguardando somente o pagamento.

Quanto às Despesas de Capital, 69,56% foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados e 0,39% virou o exercício liquidado somente aguardando pagamento, ou seja, como Restos a Pagar Processados.

No total das Despesas do Órgão Instituto Federal Farroupilha, 5,78% foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados e 7,22% foi para a conta de Restos a Pagar Processados.

Esses itens (Despesas Correntes e de Capital) encontram correspondência na Demonstração de Fluxo de Caixa, nos itens do grupo Desembolsos e no Balço Financeiro, nas Despesas Orçamentárias, porém, a distribuição é distinta e mais detalhada.



INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
ALAMEDA SANTIAGO DO CHILE, 195 | NOSSA SRA. DAS DORES - CEP 97050-685
SANTA MARIA | RIO GRANDE DO SUL
(55) 3218-9800 | IFFARROUPILHA.EDU.BR